



Fernanda Furieri Paes

Violência e trauma na constituição da subjetividade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Silvia Maria Abu-Jamra Zornig.

Rio de Janeiro, março de 2019.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Fernanda Furieri Paes

Graduou-se em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2006 e em Psicologia na Puc-Rio em 2011, concluiu o curso de Pós-Graduação a nível de especialização em Psicologia Clínica com crianças na Puc-Rio em 2013, frequentando e apresentando trabalhos em diversos congressos e simpósios sobre o tema.

Ficha Catalográfica

Paes, Fernanda Furieri

Violência e trauma na constituição da subjetividade / Fernanda Furieri Paes ; orientadora: Silvia Maria Abu-Jamra Zornig. – 2019.
110 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2019.
Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Psicologia. 3. Psicanálise. 4. Violência. 5. Constituição subjetiva. 6. Psicologia clínica. I. Zornig, Silvia Maria Abu-Jamra. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD:150



Fernanda Furieri Paes

**Violência e trauma na constituição da
subjetividade**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia
Clínica) da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão
Examinadora.

Profa. Silvia Maria Abu-Jamra Zornig

Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Maria Isabel de Andrade Fortes

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Marta Rezende Cardoso

Instituto de Psicologia - UFRJ

Rio de Janeiro, 22 de março de 2019

Para Rafaela, Guilherme e Leonardo.
Para minha mãe.

Agradecimentos

Ao CNPq pelo apoio concedido.

À minha orientadora, Silvia Maria Abu-Jamra Zornig, pelo incentivo, e parceria em todo esse percurso.

À banca Examinadora, pelo o cuidado na leitura e indicações valiosas.

Aos amigos do LABPSI, que compartilharam essa jornada e, além do companheirismo e da amizade, foram fontes de trocas e indicações preciosas de leitura.

A Leonardo Paes, por ser apoio constante, leitor e revisor de todos os meus textos e por fortalecer minha confiança nos momentos de dúvida.

Aos meus filhos, Rafaela e Guilherme, minhas maiores fontes de inspiração e aprendizado.

Aos meus pais, Jane e Fernando, pela presença, amor e limites.

À toda a minha família, por representarem a permanência e a continuidade.

A minhas queridas amigas do IFCS, Sheila, Amanda e Eliana, sempre presentes, pela amizade e compreensão e gargalhadas.

A minhas queridas amigas da graduação em psicologia na Puc-Rio, pois nossos diferentes caminhos na profissão sempre se encontram, e inauguram novas formas de pensar nossa prática.

A todos os funcionários do curso de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Puc-Rio, que trabalham pela excelência em pesquisa, em especial à Marcelina, por ser sempre tão prestativa.

Resumo

Paes, Fernanda Furieri. **Violência e trauma na constituição da subjetividade**. Rio de Janeiro, 2019, 102p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente pesquisa aborda a questão da violência a partir da teoria psicanalítica, analisando sua relação com a constituição subjetiva e os processos de simbolização. Primeiramente procuramos investigar a noção de violência em psicanálise, partindo da relação que Freud estabelece entre violência, poder e domínio. A partir desse percurso na obra freudiana chegamos a duas teorias que tomam a violência como conceito central em suas obras: Jean Bergeret e Piera Aulagnier, e a partir da teoria de Aulagnier podemos entender a constituição da subjetividade como um processo que se desenvolve em uma relação intersubjetiva, estando subjacente a esse processo a imposição de um discurso que tem a marca de uma exterioridade violenta, porém estruturante. Essa violência, no entanto, pode apresentar-se pelo excesso, marcadamente desestruturante. Essa face excessiva da violência é tema central do segundo capítulo, onde procuramos pensar nos efeitos de uma relação primária alienante, onde a violência do objeto paralisa o sujeito numa passividade traumática. No terceiro capítulo nossa atenção se concentra na clínica, e defendemos nossa hipótese de que algumas manifestações de sofrimento que presenciamos na clínica com crianças como sintomas ligados ao vazio (apatia, dificuldades de aprendizagem), assim como pelo sofrimento corporal se relacionam com um excesso de violência no contexto das primeiras relações.

Palavras-chave

Psicanálise, violência, constituição subjetiva, psicologia, psicologia clínica, clínica com crianças.

Abstract

Paes, Fernanda Furieri. **Violence and trauma in the constitution of subjectivity**. Rio de Janeiro, 2019, 102p. Dissertação de Mestrado – Psychology Department, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present research approaches the issue of violence based on psychoanalytic theory, analyzing its relation to the subjective constitution and the processes of symbolization. First, we seek to investigate the notion of violence in psychoanalysis, starting from Freud's relationship between violence, power and domination. From this path in the Freudian work we come to two authors that take violence as central concept in its works: Jean Bergeret and Piera Aulagnier. From Aulagnier's theory we understand the constitution of subjectivity as a process which develops in to an intersubjective relationship, underlining this process is the imposition of a speech that has the mark of a violent but structuring exteriority. This violence, however, may appear as a destructive excess that, instead of working in favor of the processes of symbolization, paralyzes the subject in a traumatic passivity. This excessive violence is the central theme of the second chapter, where we approach the effects of a primary alienating relationship. In the third chapter our attention is focused on the clinic, and we defend our hypothesis that some manifestations of suffering, which we witness in the clinic with children as symptoms related to emptiness (apathy, learning difficulties) as well as to the suffering of the body, are related to an excess of violence in the context of early relationships.

Palavras-chave

Psychoanalysis, violence, subjective constitution, psychology, clinical psychology, clinic with children.

Sumário

1. Introdução	9
2. Circunscrevendo a questão da violência em psicanálise	17
2.1 Freud: violência, poder e dominação	19
2.2 Violência e desmesura em Klein	26
2.3 Violência e trauma	28
2.4 Violência: delimitando o conceito	35
2.4.1 Bergeret: Violência fundamental	36
2.4.2 P. Aulagnier: a violência da interpretação	41
2.5 Violência ou violências?	45
3. Violência como excesso e a marca do traumático	48
3.1 O originário e o estado de encontro	51
3.2 Violência e desencontro originário	56
3.3 O impossível de metabolizar	60
3.4 Violência e alienação do pensamento	66
4 Manifestações clínicas da violência	75
4.1 Violência e vazio na clínica com crianças	77
4.2 Corpo e violência: nos limites da história	82
4.3 Levi: 8 anos	86
4.3.1 Primeiro tempo: criação de um espaço pessoal	88
4.3.2 Segundo tempo: o espaço virtual	93
5 Considerações finais	97
6 Referências Bibliográficas	104

1

Introdução

Já amamentei e sei
Quão suave é amar o nenê que me suga:
Mesmo ele estando a sorrir para mim,
Arrebataria o seio de suas gengivas desdentadas
E faria saltarem-lhe os miolos, se assim o tivesse jurado fazer,
(Shakespeare, 1605, Ato I, Cena VII)

Nossa pesquisa estuda a violência pelas lentes da teoria psicanalítica, lendo-a em sua relação com a constituição subjetiva e os processos de simbolização. Partimos do pressuposto que há uma violência inerente ao sujeito, que não é instintiva, mas pulsional. Essa violência é fundada na relação intersubjetiva e se mantém a partir dela. É a dimensão do desencontro, do excesso que marca a relação do sujeito com o mundo (interno e externo), sendo permeada pela agressividade, a crueldade, o sadismo e o masoquismo.

O termo *violência* comporta diferentes sentidos e nuances, assim, faz-se necessário justificarmos nossa escolha, o que traz em si um risco ao passo que ao nos propormos a fazê-lo tentamos, por meio da razão e da inteligibilidade, definir o que é da ordem da desrazão e da desmesura (Gantheret, 1981).

Quando nos deparamos com o contexto de violência social e urbana em que vivemos, o termo se refere fundamentalmente a violência atuada, explícita e cruel que, de tão presente, acaba por aglutinar toda a sua significação. Nesse sentido, Michaud (1989) ressalta que o termo violência carrega em si um aspecto performático, ou seja, implica uma ação. Desta forma, caracterizar um comportamento, atitude ou situação como violentos significa imputar-lhes um valor, o que provoca a denúncia ou a acusação. Vemos, portanto, que longe de ser uma expressão neutra ou descritiva, o termo violência está carregado de valores negativos ou positivos, vinculados à idéia de *transgressão*. Ela pode ser celebrada se considerada libertadora, ou denunciada pelos efeitos de insegurança que gera.

Marin (2002) ao investigar a etimologia da palavra violência destaca que desde sua origem - no latim *violentia* - ela está ligada à significação tanto

quantitativa quanto qualitativa. Em termos qualitativos se remete à profanação, transgressão, insistência na infração e ultraje, e em termos quantitativos à abundância, excesso de força, potência, vigor, dominação que prevalece. A ligação entre as significações se dá em função de normas sociais, ou seja, variam histórica e socialmente, assim, “se existem fatos os quais concordamos serem violentos (a tortura, a execução, os golpes), a apreensão de outras formas de violência depende das normas em vigor - normas que podem variar.” (Marin, 2002, p.69).

Portanto, na etimologia da palavra, temos a ideia de violência enquanto fenômeno comportamental, histórico e cultural, mas também como força vital, presente desde o início da vida, ligada a potência, ao incontável e ao excesso. Desta forma, enquanto psicanalistas, ao circunscrevermos a significação da palavra violência, não há como não sermos conduzidos ao termo pulsão - *trieb* - força que impele os seres vivos, que Freud transforma em conceito e fio condutor para pensarmos o humano.

É como “força vital” que Bergeret (1990) trabalhará a ideia de que é próprio ao humano uma “violência fundamental”, instintiva, que está a serviço da vida. O autor reinterpreta o mito edípico para defender sua tese de que, anterior aos votos parricidas e incestuosos de Édipo existiriam as fantasias infanticidas em Laio e Jocasta, das quais seu filho se defende. Assim, entende que a violência fundamental é uma força de autoconservação, que faz frente ao que, no narcisismo parental, se coloca como a lei do “eu ou o outro”. Essa força seria estruturante, só se colocando como fenômeno em ato - violência atuada na relação com o outro - quando não é integrada a uma lógica simbólica a partir da triangulação edípica.

Temos, portanto, em Bergeret uma leitura da violência que ultrapassa a questão fenomenológica, se instalando na própria gênese do psiquismo. Essa concepção também está presente em Dadoun (1998) que nos fala de um *homo violens*, entendendo a violência como característica primordial e constitutiva do ser humano. Para além de uma concepção eruptiva da violência como algo que explode de forma repentina e imprevisível, e que se coloca do lado do descontrole, o autor, assim como Bergeret, formula a hipótese de uma função estruturante da violência, pois não haveria qualquer aspecto da realidade humana

que não esteja a ela associado. Desta forma, entende que a violência cobrirá tudo o que tem relação com força, potência, energia e poder. Neste contexto, suas reflexões vão de encontro com um delineamento da violência para além da questão comportamental.

Aulagnier (1979a) também trabalhará a partir dessa leitura, entendendo porém a violência dentro da relação intersubjetiva mãe/bebê. Para ela, o sujeito só pode desenvolver-se a partir de uma “violência primária” materna, que o impõe significações que possuem caráter de exterioridade e que ele precisa encontrar uma maneira de integrar. A exigência feita ao psiquismo é o que põe em marcha os processos de metabolização, ou seja, a atividade de representação. A violência primária, no entanto, pode ser excessiva e assim, ao invés de promover a atividade, cristalizaria o sujeito em uma posição de passividade frente ao discurso do outro.

Essa leitura sobre a violência nos é cara, pois, ao pensarmos o processo de constituição da subjetividade partimos da ideia de que se dá em um estado de encontro. Ressaltamos, assim, a partir da teoria de Laplanche, a dimensão intersubjetiva do psiquismo, entendendo que a constituição da subjetividade não pode ser lida a partir de uma perspectiva desenvolvimentista, pois não é linear nem pré determinada. Também não é um processo intrapsíquico somente, que dependeria apenas do encontro do sujeito com determinados estímulos. Pensar a constituição do sujeito a partir da ideia de encontro é marcar a contingência do outro no início da vida, entendendo que as primeiras relações são fundamentadas pela assimetria. Nesse sentido, todo encontro é também um desencontro, pois há algo que excede a capacidade do bebê de representar o que do outro é projetado nele. No entanto, sublinhamos que esse excesso, tem uma dimensão desconhecida também para o outro, pois comporta significações recalcadas que carregam toda carga pulsional, erótica e mortífera, como fica claro na fala de Lady Macbeth, na epígrafe supracitada. Essa ideia constitui a base para pensarmos a violência.

Não podemos deixar de lado, porém, que ao escolhermos o termo violência associamos a esse processo a ideia de crueldade e domínio. A violência *submete* o outro que ou se curva diante dela, ou é por ela destruído. Se

escolhemos o termo para falar da dinâmica das primeiras relações é porque assumimos seu caráter ambivalente, entendendo que o sujeito se constitui em um processo dialético, em que a presença do outro é essencial e por isso mesmo perigosa, pois representa um golpe ao narcisismo (Marin, 2006).

Freud não se debruçou propriamente sobre o termo violência, embora apareça em alguns momentos de sua obra (1929, 1932) quando ele fala sobre a destruição e a guerra. Esse termo, portanto, é trazido da criminologia, das ciências sociais e da justiça para pensar a problemática da lei e dos limites sociais, questões que tangem a temática dos interditos que remetem à castração e ao complexo de Édipo, em seu reflexo nas relações humanas.

No entanto, ainda que o termo não seja usado, podemos afirmar que a partir da teoria freudiana a violência é fundadora da civilização e determinante da subjetividade. A lei e a civilização se fundam sobre um crime (Freud, 1913a), fato que será negado e perpetrado por toda eternidade pelas vicissitudes do Édipo, que retoma, na história individual toda essa contradição entre amor, ódio e poder (Marin, 2002).

Assim, é pelo viés da problemática da castração que a violência enquanto fenômeno social vem sendo lida em psicanálise, destacando-se o “declínio da função paterna” como inerente às formas de subjetivação contemporâneas, sob a qual se assentam os atos violentos. Esses atos, portanto, passam a ser entendidos como um sintoma, um resultado da forma de ser do sujeito contemporâneo.

É nesse sentido que Marin (2006) compõe o conceito de “violência branca” propondo uma rica leitura sobre o discurso de negação da violência presente na contemporaneidade, que delinearía o que chama de “predominância da ideologia do amor”. Para a autora atualmente há grande dificuldade por parte dos pais e educadores em assumir o lugar da lei, de quem frustra na sua relação com as crianças. Isso traria consequências não apenas por impossibilitarem um limite para o pulsional, mas também por não permitirem que a criança entre em contato com suas perdas, o que ofereceria condições para que efetuasse o luto simbólico, que é, em última instância, organizador.

Birman (2006a) também nos oferece essa indicação, ao pensar sobre a adolescência da atualidade a partir da questão do desamparo e da violência. Ele entende que a ausência dos limites e a frouxidão dos interditos teria provocado uma fragilização identitária para a juventude contemporânea. Assim, o apelo à violência em ato seria a expressão última dessa onipotência que expressa a impossibilidade desses jovens em reconhecerem os limites e de comporem uma existência singular e autoral.

Por outro lado, temos autores que se dedicam a questão da violência em sua significação exclusiva de crueldade. Costa (1985) em seu livro “Violência e psicanálise” dedica-se a teorizar sobre a violência social. O autor discorda categoricamente da ideia de uma violência fundamental, instintiva, própria ao humano. Para esse autor, o qualificativo violência deve manter-se atrelado a sua significação de crueldade, ao preço de uma banalização de seu sentido, de “diminuir seu impacto e atenuar seu terror.” (idem, p. 140)

Ciccone, (2016) da perspectiva da terapia familiar, nos fala da violência em relação aos vínculos. Diferencia os vínculos hierárquicos dos tirânicos, colocando que enquanto nos primeiros a expressão do desencontro se dá em forma de agressividade no segundo estaríamos na ordem da violência. A diferença entre os dois termos se pauta pelo vínculo e pelo valor de comunicação, pois, enquanto a agressividade é endereçada ao outro, numa tentativa de comunicação quando outros meios falham, a violência seria a ausência de qualquer tentativa de vínculo, seria pura descarga frente a um outro cruel, cuja relação se baseia na tentativa de submeter.

Embora reconheçamos a validade de todas essas leituras, gostaríamos de chamar atenção para um outro aspecto relacionado à violência. Nossa leitura se remete ao arcaico, à dinâmica relacional anterior ao Édipo, ou seja, na relação do sujeito com seu objeto primordial. Acreditamos que pensar a violência a partir dessa problemática pode nos auxiliar muito na clínica de casos onde o sofrimento aponta para um aquém da simbolização.

Portanto, nossa questão nasce da clínica, especificamente da clínica psicanalítica com crianças. Nossa hipótese é que sintomas relacionados ao vazio,

que se manifestam como inibição, apatia, dificuldades de aprendizado, assim como somatizações na infância seriam expressões de sofrimento de sujeitos cuja subjetividade se constituiu em uma relação onde a violência se apresentou em sua face desestruturante. Isso nos conduz a ideia de que no contexto das primeiras relações, o objeto se apresentou como um objeto dominador, alienante.

A conjugação entre os termos violência e dominação, portanto, se faz presente. Essa relação é apresentada a partir da leitura da problemática da violência em Freud. Como colocamos, violência não é um conceito no quadro da metapsicologia freudiana, no entanto, ao elaborar sua teoria sobre a destrutividade presente nas guerras, Freud (1932) aproxima a violência ao poder e a dominação. Partimos dessa relação para pensarmos como a violência se manifesta ligada a problemática do domínio: domínio em relação ao outro, que nos reporta a uma tentativa de domínio pulsional.

Essa reflexão está presente no primeiro capítulo, onde procuramos realizar um percurso que nos permita delinear o que seria a violência para a psicanálise. Iniciamos com Freud e sua teorização sobre a questão da dominação, para diferenciarmos o termo violência de outros como agressividade e sadismo. A partir da evolução do conceito de pulsão de dominação no quadro da primeira teoria pulsional, até sua integração à pulsão de morte a partir de 1920, caminhamos junto com Freud no sentido de pensarmos em uma força que busca, através do domínio, fazer frente a própria percepção da alteridade.

Seguindo na direção de um delineamento do conceito de violência chegamos a questão do desamparo. Iniciamos o percurso a partir da obra de Klein, que entre os teóricos pós freudianos foi a primeira a nos oferecer uma leitura sobre a força violenta e dominadora que permeia as primeiras relações objetais. Em seguida, essa relação entre desamparo e violência é lida a partir da intersubjetividade, e para isso quem nos auxilia é Laplanche e sua teoria da sedução generalizada, que nos permite pensar que a constituição da subjetividade é marcada pela violência duplamente, tanto por parte do adulto sedutor, quanto por parte da criança, que em uma tentativa de domínio do objeto empreende uma tentativa de domínio do pulsional.

Por último, ainda nesse primeiro capítulo, buscamos apresentar duas teorias que trabalham a violência enquanto conceito central. Bergeret e sua teorização sobre a violência fundamental enquanto fundante do psiquismo e Aulagnier, que pensa a questão da instauração dos processos de representação tendo a violência da interpretação materna como paradigma, por sua dupla possibilidade, estruturante ou desestruturante.

No segundo capítulo tomamos a teoria de Aulagnier como guia e nos debruçamos mais propriamente sobre a violência em sua face traumática, desestruturante. Para nos referirmos ao aspecto arcaico dessa violência, ligado ao encontro “corpo a corpo” das primeiríssimas relações, buscamos investigar o conceito de processo originário tal como definido por essa autora, entendendo que o desencontro traumático se inscreve no corpo e suas representações. É a partir daí que buscamos compreender a dinâmica relacional alienante que aprisiona o sujeito em uma posição de passividade onde ele se encontra impossibilitado de pensar e investir. Os conceitos laplancheanos de introdução e intromissão nos auxiliam no sentido de pensarmos para além da questão da crueldade, lançando a hipótese de que, talvez os elementos que vem do outro e que ultrapassam a possibilidade de metabolização da criança em constituição, sejam significantes que encontram-se fora da dinâmica de recalento-metabolização também em seu adulto.

No último capítulo nossa questão central é a clínica. Relacionamos, assim, a violência excessiva à dificuldade da criança de tecer uma narrativa sobre si, sobre sua vivência e seu estar no mundo. Entendemos que, na clínica de casos em que se expressa a problemática em questão, somos confrontados com a necessidade de criar novas formas de escuta, que comportem a sutileza de um trabalho que está além das construções verbais e que se inscrevam em uma leitura da sensorialidade.

Para finalizarmos essa introdução e assim iniciarmos nossa análise, devemos ressaltar ainda um último ponto. Ao propormos uma leitura sobre a violência, corremos o risco de cair em duas “armadilhas”: por um lado, banalizar o fenômeno conferindo a ele uma leitura essencialista neutra que leva a sua naturalização, por outro, tentar neutralizar essa banalização por uma conduta

moralista, que teria como resultado uma ação punitiva ou pedagógica. Esperamos com nossa contribuição poder pensar essa questão por ângulos que ultrapassem essa dicotomia, inscrevendo a violência no campo das relações primárias, que comportam sempre o inapreensível mas que não cessam de nos inquietar.

2

Circunscrevendo a questão da violência em psicanálise.

Na introdução de seu livro *Vida e Morte em Psicanálise*, Laplanche defende ser necessário a distinção de duas dimensões da morte na obra Freudiana: uma pulsional, entendendo a morte como redução das tensões psíquicas a zero, e a outra, que encontraria seu lugar na psicanálise muito mais em uma referência ética do que explicativa, seria a dimensão da morte enquanto finitude da vida. Em sua dimensão pulsional, a morte, enquanto força que impulsiona à redução das tensões, pode trabalhar de forma muda, sem ligação com qualquer representação, inclusive sem ligação com a ideia de finitude da existência (Laplanche, 1985).

Pela sua proximidade com pulsão de morte, acreditamos que podemos pensar o mesmo ao trabalharmos com a temática da violência na obra de Freud. Podemos pensá-los a partir dos atos de violência perpetrados pelos sujeitos, mas também a partir da ideia de que há uma violência implícita na teoria freudiana no tocante ao processo de subjetivação, que não se expressa necessariamente pela atuação violenta, mas fica subjacente na relação que Freud estabelece entre as noções de violência e domínio.

Pensar a questão da violência a partir do saber psicanalítico significa percorrer caminhos que permitem o encontro com outros termos importantes do edifício teórico freudiano como agressividade, crueldade, sadismo, masoquismo, entre outros, tentando traçar contornos que nunca serão totalmente precisos. Percorreremos esse caminho freudiano para depois inserirmos a questão da violência no campo da intersubjetividade, sobretudo no contexto das primeiras relações, realçando a dimensão de encontro subjacente ao processo de constituição subjetiva, que comporta, em nossa leitura, sempre uma dimensão violenta.

Na obra freudiana o termo violência é utilizado em seu sentido popular, não ascendendo ao estatuto de conceito. No entanto, em sua utilização, sobretudo em seus textos que tem como destino a análise do social, Freud relaciona a

violência ao poder, como podemos perceber claramente na resposta que oferece a Einstein em “Por que a Guerra?”: “Estou autorizado a substituir a palavra poder por violência, mais dura e estridente” (Freud, 1932, p. 198).

A questão para Freud, nesse momento de entreguerras e ascensão do nazismo, é entender como a dinâmica do poder se estabelece, ou pela transferência do poder a uma unidade maior, em um acordo social, ou pela sujeição a uma força que se impõe e subjuga os mais fracos. De qualquer forma, nos diz ele, há uma violência implícita nos dois processos, pois mesmo em um acordo social, ela “está pronta a se voltar contra qualquer indivíduo que se lhe oponha”, essa oposição sendo entendida como uma recusa do indivíduo “de abrir mão de sua liberdade pessoal de utilizar a sua força para fins violentos” (idem, p. 198).

No texto em questão, Freud utiliza a palavra violência se remetendo ao conceito de pulsão de morte e às questões que permeiam a sua segunda teoria pulsional, portanto a violência é entendida como inerente ao humano. Ele nos permite pensar na dupla leitura sobre o fenômeno: por um lado a violência é entendida como uma força se impõe, exigindo submissão passiva em uma relação de poder, fruto da tendência à hostilidade, que nesse momento da teoria são consideradas por ele como inatas aos seres humanos. Por outro lado ela é entendida como estruturante, na medida em que é necessária para que se viva em sociedade, para a aplicação da lei e para a própria existência dos acordos sociais.

Essa forma de conceber a questão do poder e da violência está em consonância com o edifício teórico freudiano que aborda o problema da lei e da castração, aos limites veiculados pelo Édipo, assim como aos interditos impostos ao sujeito pela cultura. Há, no entanto, uma outra leitura possível para essa questão, que nos remete às concepções de Freud acerca do arcaico, à instauração do pulsional, articulando a ideia de violência ao conceito de domínio: domínio

pulsional e domínio sob o objeto. É essa articulação, primeiramente, que iremos propor aqui, a partir de uma leitura da noção de domínio em Freud¹.

Essa leitura da obra freudiana nos permitirá lançar as bases para nos debruçarmos, em seguida, sobre autores que trabalham, de maneiras distintas, a violência enquanto conceito fundamental em suas obras: Jean Bergeret e Piera Aulagnier. Esperamos mostrar, com esse percurso, como as questões acerca da violência se localizam no âmbito do arcaico no que tange a constituição subjetiva, e como o efeito das primeiras relações tem papel fundamental se nos propomos a pensar sobre o processo de constituição subjetiva.

2.1

Freud: violência, poder e dominação

Tal como aponta Gantheret (1981), podemos encontrar a a noção de domínio na obra freudiana subjacente a todos os registros do funcionamento psíquico, seja no âmbito do intrapsíquico ou do intersubjetivo. No que tange à dimensão intrapsíquica, ela está presente na dinâmica que Freud estabelece entre pulsão e eu, e entre supereu e id sob o eu. Em termos de intersubjetividade podemos ler na obra de Freud o domínio do perverso sobre seu parceiro, o domínio de homens sobre outros homens, do líder sobre a massa, assim como do pai totêmico sobre a coletividade dos filhos. Nesse sentido, a ideia de conflito psíquico, que permeia, todo edifício teórico freudiano, carrega implícita ou explicitamente a noção de domínio.

Laplanche e Pontalis, em seu Vocabulário da Psicanálise (2004) apontam que Freud utiliza, em sua obra, dois termos diferentes para falar da noção de domínio e dos fenômenos a ela relacionados, o que nos oferece uma pista da crescente complexidade que a noção adquire. Eles colocam que o termo

¹ Tal como abordaremos adiante, Freud utiliza diferentes termos no decorrer da obra para falar da noção de domínio, o que aponta para a complexidade da questão. As diferentes traduções para o português, no entanto, utilizam os termos domínio, dominação ou mesmo apoderamento de maneira indiferenciada. Para efeito de nosso estudo utilizaremos como sinônimos os termos dominação e domínio, tanto para nos referirmos ao domínio pulsional, quanto ao domínio do objeto pela força.

Bemächtigung é comumente utilizado como Bemächtigungstrieb, e é indicativo de uma ação de domínio violento do objeto pela força, enquanto o termo Bewältigung, diz respeito à função de ligar o afluxo de energia do aparelho psíquico, termo usado majoritariamente para designar o domínio da excitação, ou seja, o sujeito tornar-se senhor da excitação, seja ela de origem interna ou externa.

No entanto, os autores sublinham que a diferença é sutil, e não deve ser considerada de forma rígida, à medida que podemos fazer um contraponto entre a noção de domínio exercido sobre um objeto, e a de dominação de uma excitação pulsional. Tal como aponta Cardoso (2002), podemos perceber que o que está em jogo para Freud nessa noção de domínio é o par atividade/passividade e que a tentativa de domínio nos dá notícia de uma tentativa de ligação de um excesso que ameaça violentamente o eu nascente, o que só pode ser pensado a partir da relação com o outro.

No que diz respeito ao conceito freudiano de pulsão de domínio, que nos deteremos mais atentamente, podemos entender, tal como apontam Laplanche e Pontalis (2004), que Freud utiliza o termo para falar de uma pulsão de origem não sexual, muito arcaica na vida do indivíduo, que se dirige cegamente ao exterior, indiferente ao sofrimento alheio. Secundariamente essa pulsão parcial se ligaria a sexualidade, constituindo o sadismo e o masoquismo.

O primeiro registro que encontramos sobre pulsão de domínio na obra freudiana está nos Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, quando Freud trata da atividade genital, especificamente ao se referir à masturbação infantil. O domínio implícito a essa atividade está na reversão da passividade para a atividade, à medida que a criança tenta repetir ativamente uma experiência prazerosa que vivenciou passivamente via cuidados maternos. Em seguida, nesse mesmo texto, Freud utiliza o termo ao tratar do caráter de parcialidade pulsional implícito no comportamento infantil do exibicionismo, do voyeurismo e da crueldade, fazendo questão de marcar seu caráter autônomo e inicialmente separado da atividade sexual erógena. A crueldade infantil seria o exemplo maior dessa pulsão parcial, e teria a atividade muscular autoerótica como seu suporte.

A questão fundamental nessa elaboração é o domínio sob o objeto, que nesse momento do desenvolvimento sexual infantil, não é reconhecido em sua diferença. Freud sublinha que uma vez que essa atividade é do campo da pulsão de dominação, seu objetivo não é o sofrimento do outro, como no sadismo, pois ela opera em um registro anterior a possibilidade de se investir libidinalmente em um objeto, logo, podemos supor, antes da percepção da alteridade:

A crueldade é perfeitamente natural no caráter infantil, já que a trava que faz a pulsão de dominação deter-se ante a dor do outro — a capacidade de compadecer-se — tem um desenvolvimento relativamente tardio. É sabido que ainda não se teve êxito na análise psicológica exaustiva dessa pulsão; podemos supor que o impulso cruel provenha da pulsão de dominação e surja na vida sexual numa época em que os genitais ainda não assumiram seu papel posterior. (Freud, 1905, p.150)

Seria apenas em um segundo tempo do movimento pulsional, no retorno masoquista da pulsão, que o dano causado ao objeto poderia realmente ser reconhecido, quando a piedade passa a ser o afeto que inibe a crueldade. Antes disso, crueldade pode ser entendida como efeito da atividade muscular produzida pela pulsão de dominação. Em nota acrescentada em 1924 ao texto de 1905, Freud fala dessa pulsão a partir da relação acoplada atividade-passividade, predominante na fase sádico-anal. Enquanto a passividade é sustentada pelo erotismo anal, “a atividade é produzida pela pulsão de dominação através da musculatura do corpo” (Idem, p.187), só podendo ser caracterizada como sadismo quando ligada a pulsão sexual.

Nesse sentido, tanto na crueldade infantil quanto na atividade de masturbação, o polo da atividade/passividade é lido a partir da questão do domínio. No entanto, ainda não estamos falando de um funcionamento regido pelas relações objetais, e sim pelo auto-erotismo, logo o domínio exercido do eu sob o objeto não pressupõe a percepção de sua diferença, seu objetivo é a satisfação (Denis, 2003).

Isso é importante, pois o que diferencia a crueldade infantil do sadismo, nesse momento da obra freudiana, é a sua ligação com a sexualidade: no sadismo não há indiferença quanto ao sofrimento do objeto. No texto em questão, Freud se refere ao sadismo como “um componente agressivo exagerado e autonomizado da

pulsão sexual” (Freud,1905,p.149). Devemos lembrar que em 1905 a agressividade é, para Freud, característica de toda a atividade pulsional. Ele coloca que “cada pulsão tem o poder de se tornar agressiva”, pois a agressividade é “um atributo universal e indispensável de todas as pulsões (...) o que poderia ser descrito como sua capacidade de iniciar movimento” (idem, p.145, grifo do autor).

Em 1915, com *Pulsões e o Destino das Pulsões* a leitura freudiana acerca dos fenômenos relacionados ao domínio e violência ganham nova sistematização. Nos interessa principalmente aqui como ele o faz tendo como pressuposto que esses afetos participam da organização do eu e como, a partir de sua leitura sobre as relações do eu com a realidade externa, o pai da psicanálise abrirá o caminho para pensarmos o domínio, e em consequência a violência, a partir das primeiras relações.

Como afirma Mezan (2006), no texto de 1915, o que constituirá a especificidade de cada pulsão na teoria freudiana será a acessibilidade do objeto, ou seja, enquanto as pulsões sexuais têm acesso a satisfação de maneira auto-erótica, os objetos que podem satisfazer as pulsões de autoconservação só existem na realidade externa. Isso fica claro já em 1911 no texto “Formulação sobre os dois princípios do acontecer psíquico” quando Freud pensa sobre uma indiferenciação inicial entre as duas classes de pulsão, que seriam imbricadas no ato de mamar. Nesse texto, ele assinala que a frustração decorrente do contato com o princípio de realidade é do campo das pulsões de autoconservação.

Em 1915, visando estabelecer a relação entre narcisismo e auto-erotismo, Freud nos fala de uma fase “puramente narcisista” do sujeito, onde o eu coincide com o que é agradável e o mundo externo com tudo o que é indiferente ou potencialmente desagradável, ao passo que é fonte potencial de estimulação. Essa fase corresponderia a organização oral, onde protótipo da relação com o objeto é marcada pela incorporação, não sendo ainda reconhecido como comportando uma existência separada, mas, regido apenas pela lógica do prazer/desprazer. Nessa fase, podemos perceber que a temática da destruição se confunde com a temática da dominação no sentido em que a destruição, em seu caráter auto-conservador,

visa em última instância eliminar o desprazer, entendido como excesso pulsional. A emergência de qualquer instância alteritária representará uma ameaça narcísica, devendo, portanto ser destruída em sua diferença.

Será somente na fase sádico-anal que o objeto passa a ser reconhecido, e será pela via do ódio. Aqui, à polaridade prazer/desprazer é atrelada a polaridade amor/ódio na relação do eu com o objeto, que se estabelece a partir do que Freud chama de uma “ânsia de dominar” (urge) o objeto fonte de prazer, e uma ânsia de destruí-lo, aniquilá-lo quando fonte de sensações desagradáveis. O que se inaugura nessa fase da organização sexual é a polaridade atividade/ passividade, sendo o elemento ativo constituído de pulsão de dominação, que é ligada a musculatura (Freud, 1915).

Gantheret (1981) ao falar dessa passagem de uma fase puramente narcísica para uma fase onde há o reconhecimento da relação com o objeto, na lógica sádico-anal, considera que há uma mudança fundamental que se efetiva, de uma lógica onde a pulsão de dominação se realiza auto-eroticamente para uma outra lógica que pressupõe a dominação do objeto externo, sendo o conteúdo fecal o elemento intermediário dessa dinâmica. Embora seja necessário para a atividade auto-erótica da analidade, o conteúdo fecal não é parte do corpo, mas constitui um objeto sob o qual a dominação pode ser exercida com o apoio da musculatura. Segundo o autor seria essa atividade, de dominação do conteúdo fecal, a operação que levaria a pulsão de dominação para fora, para o objeto externo. Logo, a relação objetal se inauguraria tendo a dominação enquanto vetor.

Essa leitura se torna fundamental para abordarmos a problemática da violência, pois nos permite pensar que o ato de dominar violentamente o objeto constitui uma tentativa de reversão da posição de passividade, posição que ameaça o sujeito em constituição, por seu radical assujeitamento não só ao objeto, mas frente ao excesso pulsional. Assim, a reversão dessa passividade para uma posição ativa/dominadora tem o objetivo último de dominar uma força interna, pulsional.

A hipótese acima faz equivaler a violência exercida pela dominação à noção de trauma, tal como é sustentada por Freud em seu texto “Além do Princípio do Prazer”, de 1920. Nesse texto ele nos oferece uma leitura econômica

do trauma, relacionando-o a um excesso de excitação no mundo interno que ameaça as fronteiras do eu, que, em estado de passividade frente a essa força pulsional, procura soluções defensivas. A noção de domínio, então, é retomada por Freud como uma das formas assumidas pela pulsão de morte, forma essa, que tem como função exatamente a passagem da posição passiva para a ativa.

Assim, Freud se debruça sobre a questão da inversão passividade/atividade pensando esse trabalho a partir da tendência a repetição, atribuída, em 1920, à pulsão de domínio. Essa análise será feita primeiramente pelo viés de interpretação de um jogo, que ficou conhecido como *fort-da*.

No texto em questão, Freud observa a evolução de uma brincadeira repetida por seu neto, em que primeiramente a criança jogava para longe de sua visão muitos objetos, o que parecia ser um aborrecimento para seus cuidadores. Um dia, a brincadeira evolui, e o avô observa que o objeto jogado, um carretel amarrado em um cordão, ao invés de ser simplesmente jogado, era lançado para fora da visão da criança e depois puxado novamente, a atividade era acompanhada pela vocalização de “ooo” que é interpretado como *fort* (desapareceu, foi embora) quando jogado, e em seguida “*da*” (voltou) quando era puxado pelo cordão e reaparecia.

A análise que Freud efetua da brincadeira é esclarecedora em muitos aspectos, mas nos deteremos aqui na forma como o autor pensa a relação de dominação presente no jogo. Para ele, essa brincadeira se refere a uma “grande aquisição cultural” dessa criança, que, renunciando à satisfação pulsional, permitia a partida da mãe sem manifestar oposição, e para isso “se ressarcia dessa perda colocando em cena o desaparecimento e o retorno, utilizando para isso objetos a seu alcance” (Freud, 1920, p.142). Freud questiona: como entender a partir do princípio do prazer a repetição de uma experiência dolorosa? Ele elabora, então, que através do domínio sob o objeto carretel o que é vivenciado passivamente pela criança - a separação da mãe - é, transformado em atividade. Freud considera que esse engajamento em um papel ativo “pode ser atribuído a uma pulsão de domínio (*Bemächtigungstrieb*) que se autonomizou, independente da recordação em si ter sido prazerosa ou não” (idem, p.142). A criança não

apenas detém o domínio sobre o objeto, mas também sob sua excitação, pode assim ligá-las a uma representação através de um “processamento psíquico” (idem, p.143).

Cardoso (2002) ressalta que a atividade da criança frente a situação vivida passivamente aponta para a ideia de uma dominação no sentido de tentativa de controle da excitação. Assim, coloca ela “Estamos, novamente, nas fronteiras entre o domínio violento do objeto (externo-interno) e a dominação da transgressão, da inundação pulsional - aspectos, ao meu ver, indissociáveis” (Cardoso, 2002, p.166).

Nessa tentativa de controle fica clara a importância do fenômeno da repetição. Tal como afirma Roussillon (2006), é a repetição que transforma a atividade de jogar o carretel em jogo, sem ela, não estaríamos no plano da elaboração. Cardoso também chama atenção para essa noção tão presente na obra de Freud, considerando que é na tendência a repetição que podemos perceber de forma clara o entrecruzamento entre o domínio do objeto e a tentativa de ligação da impressão traumática.

Não podemos esquecer que o que leva Freud a pensar a sobre um além do princípio de prazer foi o fenômeno da repetição, não mais pensada apenas como o agir transferencial, mas ao retorno mortífero do desprazer, o horror do traumático e seus efeitos, (neuroses de guerra), a questão da perda melancólica, o sentimento de culpa inconsciente, o tratamento da resistência das análises intermináveis e na reação terapêutica negativa, ou seja, uma compulsão a repetição que anuncia sua relação com o traumático e se constitui fundamentalmente como uma tentativa de ligação do que escapa à representação.

Assim, a repetição aponta para a tentativa de ligação, de simbolização da violência. quando propomos uma relação intrínseca entre violência e trauma, ou seja, um atravessamento do psiquismo que ameaça pelo excesso, seja sua fonte interna ou externa. Essa noção nos conduz a lançar um olhar para a teoria do trauma a partir da noção de desamparo. É nessa noção que iremos nos debruçar a seguir.

2.2

Violência e desmesura em Klein

Entre os psicanalistas pós freudianos, a primeira que traz para a sua teoria toda a força violenta e dominadora que permeia as primeiras relações objetais é Melanie Klein. Cintra (Cintra e Ribeiro, 2018) coloca propriamente que Klein é uma autora que “nos convida a deixar de lado nossos preconceitos estéticos e a necessidade de uma bela teoria para fazermos com ela precisamente isto: um movimento de rebaixamento, de degradação do que é abstrato ao plano material e corporal.”. E completa que em sua teoria, Klein se aproxima “da arte do grotesco nesse desmesurado e despudorado avanço para as regiões mais baixas e obscuras da mente, mas que são, também, as mais vitais e fecundas” (p.39).

De fato, ao nos debruçarmos sobre a teoria Kleiniana, entramos em contato com a ideia de que, no que diz respeito ao humano, a violência psíquica é anterior a capacidade de pensar, agir, amar e investir. Vemos que “Antes de tudo somos isto: um feixe de violentas necessidades e exigências, mergulhados no mais aflitivo desamparo” (idem, p.149/150). Nesse sentido, Klein parte da leitura Freudiana sobre o desamparo e sobre o ódio na origem da percepção da alteridade para considerar o desenvolvimento da subjetividade a partir de diferentes posições, que organizam formas distintas de relações com o objeto, assim como de defesas para as angústias provenientes dessas relações.

A posição esquizo-paranóide nos remete a ideia de pulsão de dominação, tal como explicitada anteriormente na obra de Freud. Ela é marcada pelas relações parciais com o objeto, onde ainda não existe a capacidade de se reconhecer o outro em sua alteridade, portanto de estabelecer com ele qualquer relação de cuidado. A violência dessa dominação se expressa pela voracidade, e o objeto, não podendo ser reconhecido em suas necessidades e desejos, é algo a ser consumido, destruído, controlado e submetido. Vigora, nessa posição², a lei do “tudo ou nada”, predomínio da pulsão de morte (Cintra e Figueiredo, 2004).

² Somos remetidos ao clássico livro de Maurice Sendak “Onde vivem os monstros”. Nas primeiras páginas vemos o pequeno Max, com sua fantasia de lobo fazendo toda sorte de crueldades em casa. Sua mãe, então o chama de “monstro” no que ele imediatamente responde: “olha que eu te como!”

As ansiedades despertadas por essas fantasias são proporcionalmente violentas e Klein (1946) nos fala de angustias persecutórias, medo de ser atacado, invadido como retaliação por todas as fantasias de apropriação do corpo materno. A lei que vigora é a lei de Talião: olho por olho, dente por dente, portanto, os desejos sádicos do amor primitivo retornam sobre o bebê como ansiedades persecutórias de igual intensidade, graças ao mecanismo da projeção.

Dentre as defesas utilizadas contra as ansiedades paranóides, duas nos são de especial interesse: a idealização e a clivagem. Esses mecanismos dizem respeito a organização das experiências de prazer e desprazer nos polos bom e mau, sendo o bom idealmente perfeito e o mau terrivelmente perseguidor. A idealização é definida por Klein (1948) como o processo através do qual os aspectos bons do objeto são exagerados com o objetivo de salvaguardar o eu primitivo de toda angústia e terror provocada pelos aspectos perseguidores do objeto. Dessa forma, o seio bom se tornará o seio ideal, oferecendo gratificação imediata, contínua e ilimitada.

Com o posterior reconhecimento do objeto como outro semelhante e autônomo, o sujeito caminha para a posição depressiva. A ansiedade gerada pela percepção da separação e da dependência do objeto é a própria angústia do desamparo. Essa ansiedade é das mais difíceis de suportar, pois o sujeito, nessa posição, sabe da violência de sua fantasia sobre o objeto, portanto, se culpa pela sua ausência (Klein, 1940). A ausência do objeto, por sua vez, é sentida como abandono, gerando uma culpa.

A defesa de onipotência, contra a angústia desencadeada nessa posição, é das mais reveladoras em nosso estudo. Essa defesa “permite que o eu primitivo se levante até certo ponto contra seus perseguidores internos e contra uma dependência submissa e perigosa em relação aos objetos amados” (Klein, 1940, p. 392). A onipotência é, assim, proporcional a sensação de impotência frente a imprevisibilidade do objeto.

Devemos destacar que a leitura de Klein é fundamentalmente intrapsíquica e que propomos aqui realizar uma leitura intersubjetiva da questão da violência. No entanto, ela nos dá subsídios para pensarmos a temática da violência em sua

relação com o arcaico como nenhum outro teórico, pois o bebê kleiniano é, por natureza, um bebê violento. Uma violência instaurada do psiquismo e que se mantém como principal mecanismo na relação do sujeito com suas angústias.

2.3

Violência e trauma

Seguindo o percurso da problemática da dominação em psicanálise, podemos perceber que é subjacente a ideia de que faz frente a um estado de passividade ameaçador, ou seja, a dominação se constitui como uma reação, pela via da atividade, a esse estado. O termo desamparo, se remete, na teoria freudiana, à condição de prematuridade de todo sujeito no princípio da vida, o que o leva a depender totalmente do outro, tanto para satisfazer suas necessidades vitais, quanto para conter o excesso de excitação, ou seja, para conter o excesso pulsional.

O estado de desamparo influencia de forma decisiva o psiquismo, pois pressupõe que o sujeito esteja fadado a se constituir em relação com um outro, em um estado de dependência tal, que a esse outro é suposta uma posição de onipotência. É nesse sentido que, no tocante a teoria freudiana da angústia, o estado de desamparo serve como protótipo da situação traumática (Laplanche e Pontalis, 2004, 112). Em 1913 Freud define como o estado gerador do desamparo o sentimento de perda ou separação que seriam responsáveis pelo aumento progressivo da tensão, que representa o perigo de transbordamento pulsional (Freud, 1913b).

Assim como ressaltamos sobre Klein, para Freud a dinâmica é apresentada enquanto intrapsíquica. Na obra freudiana, o papel da mãe é delineado como aquela responsável pela “ação específica”, que oferece para o sujeito em constituição a contenção necessária para que ele não sucumba ao excesso de excitação pulsional. No entanto, ainda que não trate diretamente da relação intersubjetiva, Freud abre as portas para diversos psicanalistas pensarem o papel estruturante - ou desestruturante - do outro nesse contexto de desamparo fundamental.

Ferenczi é o primeiro a nos apresentar um desenvolvimento teórico sobre essa questão. Em *A criança mal recebida e sua pulsão de morte*, (1929) o autor relaciona a gravidade de certas doenças psicossomáticas à forma como o sujeito foi recebido pela mãe no princípio de sua vida, acreditando haver, nesses casos, um desejo de morte materno que é plasmado na sintomatologia apresentada pelo paciente. Esse autor segue o mesmo caminho de Freud em sua leitura da pulsão de morte enquanto tendência fundamental do ser vivo, no entanto, sua explicação parte da dinâmica da relação entre o adulto e a criança:

(...) o bebê, contrariamente ao adulto, está muito mais perto do não-ser individual, do que não tenha sido afastado ainda pela experiência de vida. Para as crianças, caminhar até esse não-ser seria muito mais fácil. A “força vital” que resiste às dificuldades da vida não é ainda muito forte no momento do nascimento; aparentemente somente se reforça por trás da imunização progressiva contra os atentados físicos e psíquicos, mediante um tratamento e uma educação levadas com tato. (Ferenczi, 1929, p.58)

Assim, apesar de ainda recorrer a ideia freudiana da pulsão de morte como um “retorno ao inorgânico”, ou “retorno ao não-ser”, Ferenczi inaugura a possibilidade de uma leitura intersubjetiva desse conceito, que pode, assim, ser pensado como um componente psíquico diretamente relacionado à qualidade das primeiras relações.

Laplanche, segue na direção de Ferenczi, porém no lugar de uma análise fenomenológica propõe que a dinâmica entre o bebê e a mãe seja lida a partir de sua dimensão fundamentalmente inconsciente. Essa leitura nos permite uma outra possibilidade de entendimento da questão da passividade. Para esse autor o papel do outro é fundamental não apenas no sentido de aplacar as tensões pulsionais, mas também, por comportar, no exercício dessa função mesma de cuidado, algo de sexual que é potencialmente traumático para a criança, ao passo que o adulto já se apresenta como dividido pela dimensão de seu próprio inconsciente.

Será no texto *Confusão de línguas entre crianças e adultos* (1934), de Ferenczi, que Laplanche encontrará o ponto de ancoragem de sua teoria sobre o trauma e a constituição subjetiva. Nesse texto, Ferenczi fala de uma confusão de línguas que se instaura entre a criança, que através da linguagem da ternura se dirige ao adulto de maneira sedutora, e a linguagem da paixão por parte deste

adulto, que interpreta e responde às atitudes da criança a partir de sua sexualidade madura, confundindo a ternura infantil com o amor sensual, podendo incorrer em uma violência contra a criança, seja por uma sedução incestuosa, seja por uma punição passional.

Para Ferenczi o trauma decorrente dessa situação se instaura em dois tempos: o tempo do choque, onde a criança é colocada em uma posição de absoluta passividade: sem defesas para o transbordamento pulsional que é vivido a criança vive a “aniquilação do sentimento de si, [perde] da capacidade de resistir, agir e pensar com vistas à defesa do si mesmo” (Ferenczi, 1934, p.109). O segundo tempo é o que o autor chama de desmentido, ou seja, a criança se remete ao adulto de confiança em busca de um sentido para a violação e encontra a denegação. Nesse caso, desmente-se o fato e também a própria percepção da criança, que fica obrigada a escolher entre confiar no seu adulto ou confiar em sua percepção. A assimetria entre a linguagem do adulto e criança é a marca fundamental destacada por Ferenczi e será fundamentalmente por essa noção que Laplanche irá pensar o trauma a partir da teoria da sedução generalizada.

A assimetria da relação entre a criança e seu cuidador também é destacada por Laplanche, que defende que essa assimetria tem como marca a passividade da criança frente ao que há de enigmático na sexualidade do adulto. Para a criança, o lugar é o de ser biopsíquico aberto ao mundo que se dirige ao outro diante do transbordamento de sua excitação e de sua incapacidade de contê-la sozinha - situação de desamparo fundamental tal como colocamos anteriormente. Já o adulto atende a este pedido agindo a partir da dimensão de seu inconsciente: de seu próprio desconhecimento e de sua divisão (Laplanche, 1992a).

O efeito desse encontro é o trauma, que estrutura a própria constituição do inconsciente. A linguagem exerce papel central nessa dinâmica, pois os pais respondem ao bebê no interior de uma estrutura linguística específica e que porta um enigma para o próprio sujeito que a enuncia, já que ele também é marcado pela divisão inconsciente. Esse encontro radical com a alteridade é traumático, pois ao relacionar-se com a criança oferecendo o objeto necessário à satisfação, o

adulto transmite mensagens enigmáticas que impelem a criança, aparelho de captura de excitações, a dar sentido às intensidades.

A rede de mensagens que o adulto propõe não se restringe, segundo o autor, ao verbal, mas são “somáticas, inseparáveis dos significantes gestuais, mímicos e sonoros que as transportam.” (Laplanche. 1997, p. 15.) A questão principal é que essas mensagens não são imediatamente simbolizáveis, em razão da própria posição passiva e de desamparo subjetivo do bebê. Os elementos intraduzíveis das mensagens enigmáticas do outro, portanto, permanecem como enclaves, não são articulados no psiquismo, constituindo o que Laplanche caracteriza como objetos-fontes da pulsão, representações-coisas reprimidas que exercem estimulação constante no sentido da ligação e da descarga. Dessa forma, a sedução seria um trauma estruturante a partir do enigma, da falta, do irrepresentável ao qual o sujeito em constituição é confrontado e é exigido dele o trabalho de metabolização.

O bebê é entendido, assim, como um ser desde sempre biopsíquico e desde sempre em relação. Para Laplanche não se pode conceber um estado anobjetal, tal como Freud considera, anterior a introdução da pulsão sexual, assim como não se pode pensar “um bebê puro organismo, uma máquina sob a qual viria se enxertar não sei o que, uma alma, um psiquismo.” (Laplanche, 1992a, p.19) . Assim, ele não nos fala de uma pulsão de autoconservação, mas de uma função de autoconservação, que se refere a abertura perceptiva e motora da criança³ que permite a introdução dos significantes enigmáticos do adulto impregnados de significação sexual inconsciente.

O ponto de partida da teoria da sedução generalizada é a noção de apoio, noção freudiana que Laplanche irá reler e ressignificar em seu texto de 1970, “Vida e morte em psicanálise”. Nele, Laplanche salienta a especificidade do conceito de pulsão a partir de sua relação com a noção de instinto, sublinhando a distinção dos dois termos - tal como Freud - porém, afirmando a relação de apoio

³ Para Laplanche o domínio do pulsional não pode se confundir com as funções biológicas, logo, a ideia de funções de autoconservação constituiriam o domínio não-sexual que se contrapõe às pulsões sexuais. Ela pode ser análoga ao instinto. Ao desconstruir a ideia de pulsão de autoconservação, o autor aponta para sua tese de que toda pulsão é, na realidade, pulsão sexual.

da pulsão sexual no instinto. Essa relação de apoio é analisada a partir da teoria freudiana da gênese da sexualidade infantil, que é descrita pelo mecanismo de apoio nas funções que atendem a autopreservação, ou seja, a função alimentar. Nesse sentido, ao oferecer o leite, ao mesmo tempo que satisfaz a fome, a mãe desperta um elemento sexual com a excitação da zona oral.

Não podemos esquecer que o adulto se posiciona nessa dinâmica de maneira ativa, com “suas estruturas, suas significações e suas fantasias” (LAPLANCHE, 1970, p. 54) As zonas erógenas são, portanto, zonas que condensam as primeiras manipulações erógenas por parte do adulto, sendo assim, núcleos privilegiados de concentração das fantasias parentais “(...) de tal forma que se poderia dizer quase como imagem real, que elas são os pontos pelos quais se introduz na criança este corpo estranho interno, que é, propriamente, a excitação sexual.” (idem, p.31 grifos do autor) Ainda que a pulsão sexual se apoie na função de autopreservação, sua fonte não é a excitação do órgão, mas a sedução do adulto.

Assim, podemos ver que, para Laplanche, a noção de desamparo se articula a noção de trauma e de sexualidade para falar da estruturação do próprio aparelho psíquico, e da instauração do pulsional. Podemos perceber que para esse autor todo processo é mesmo tempo exógeno e endógeno, ao passo que é preciso que exista a intersubjetividade para que o intrapsíquico seja produzido. É a relação com o outro, portanto, que produz o pulsional, essencialmente sexual, para esse autor.

Nos questionamos como poderíamos relacionar a questão da dominação a leitura laplancheana da constituição do psiquismo, sobretudo se pensarmos a posição de desamparo fundamental do bebê? Tal como colocamos anteriormente, Freud elabora a noção de pulsão de dominação para falar de uma atividade pulsional que visa dominar pela força um excesso que ameaça as fronteiras do eu, seja pelo domínio do objeto, seja pelo domínio do excesso pulsional. Laplanche nos oferece outra possibilidade de leitura para essa questão, encetando uma leitura da pulsionalidade muito singular, que retoma e ressignifica noção freudiana de apoio. Essa leitura nos dá subsídio para pensarmos a violência e a destrutividade

por outros ângulos, à medida que localiza a pulsão de morte no interior da pulsão sexual, como um ataque de morte dirigido originalmente contra si (Beetschen, 2015).

O caminho que Laplanche segue para abordar a pulsão de morte por esses termos é o da elaboração freudiana sobre o narcisismo, que, segundo ele, ganha uma importância cada vez maior na obra freudiana depois de 1914. O psicanalista francês considera que, a partir das inovações trazidas pela questão do narcisismo, a elaboração freudiana sobre a pulsão de morte funciona como um contrapeso, no sentido de manter a teoria pautada no conflito psíquico.

Quando Freud elabora, a partir do conceito de narcisismo, que o eu é capaz de investir tanto nos objetos quanto em si mesmo, a noção de conflito pautada na oposição pulsão sexual/pulsões do eu não pode se manter (risco do monismo), e a própria noção de sexualidade como desligada, perversa polimorfa, por sua constituição ser da ordem da sexualidade infantil, fica posta em risco pela ideia de uma força de ligação unificante e totalizante como o narcisismo. (Beetschen, 2015) É nesse sentido, como exigência da própria teoria, que a pulsão de morte surge como uma potência de desligamento radical que, na teoria freudiana se opõe a potência ligadora de Eros.

Para Laplanche, no entanto, a ideia dessa potência desligadora com que Freud entende a pulsão de morte se fez presente desde o início da psicanálise, tanto enquanto teoria quanto no método de abordar o inconsciente, com a ideia de uma sexualidade disruptiva (Carvalho, 2017). Assim, o conceito de pulsão de morte provocaria um retorno aos aspectos que anteriormente ficavam no primado do sexual autoerótico: marcados pela parcialidade, desestruturantes, fragmentados e fragmentadores da atividade pulsional, que não se conciliam com o domínio de Eros que é o princípio de ligação. Ou seja: Laplanche relaciona a pulsão de morte à fragmentação auto-erótica do início da vida.

Com base nessa ideia, Laplanche concebe que pulsão de morte e pulsão de vida seriam, ambos, aspectos da pulsão sexual, que, se apartado o “desvio biologizante” de Freud (que poderia considerá-la uma transposição psíquica da excitação sexual somática, ou uma força inerente do organismo com a ideia de

“memória filogenética”), pode ser lida como o resultante do trauma vivenciado pelo sujeito a partir da sedução. Nesse sentido, o autor nos fala de pulsões sexuais de vida e pulsões sexuais de morte.

A diferenciação fundamental entre pulsão sexual de vida e pulsão sexual de morte reside nas seguintes características: sua relação com o eu, sua finalidade, seu modo de funcionamento energético e seu objeto-fonte. A pulsão sexual de vida, é egossintônica, funciona segundo o processo secundário e o princípio de energia ligada, visando à síntese, a constituição e manutenção de laços e seu objeto-fonte corresponde ao objeto-total. A pulsão sexual de morte funcionaria segundo o princípio de energia livre, constituindo uma ameaça ao eu, à medida que busca o desligamento, a descarga pulsional total, ainda que ao preço do aniquilamento. Seu objeto-fonte é parcial, corresponde aos aspectos clivados, unilaterais que Laplanche chama de indício: informe, fragmentado, mais voltado para a metonímia do que para a metáfora. (Laplanche, 1988).

No contexto da teoria da sedução generalizada, a origem da pulsão sexual de morte é o intraduzível, os restos da tradução arcaica, marcados pelas características da fixação, desligamento e fragmentação, que o psiquismo não pode nem metabolizar, nem recalcar. São as mensagens comprometidas direcionadas à criança - que as recebe passivamente excitada - as responsáveis pela implantação de uma destrutividade que carrega também as falhas do eu do outro (Beetschen, 2015).

A autodestrutividade é a marca da pulsão sexual de morte, que se instaura na teoria de Laplanche pelo desligamento⁴. Tal como afirma Beetschen sobre a pulsão sexual de morte:

Aqui não é tanto o retorno ao estado anterior que é solicitado, mas a manutenção do excesso, da satisfação obtida até a morte, da dimensão perversa de um alívio pulsional que, se ele afirma a absoluta contingência do objeto,

⁴ Essa dimensão do pulsional, traumática por essência, à medida que é vinculada pela sedução, é apresentada por Laplanche por sua dupla via, já que o princípio autodestrutivo está presente tanto em quadros marcadamente patológicos, como na desestruturação psíquica por um transbordamento pulsional, quanto em uma vertente mais estruturante, como na possibilidade de desligamento do eu narcisista, quando a pulsão sexual de morte possibilita alguma mobilidade pulsional para o sujeito que está paralisado, fechado em defesas demasiadamente rígidas (Carvalho, 2015)

assinala também a ameaça que ele representa e a necessidade de distanciá-lo ou de negar sua existência. (Beetschen, 2015, p.21)

Retornamos, assim, à noção freudiana de domínio, pois a absoluta contingência do objeto é, em si, uma ameaça. O domínio sob o objeto é, portanto, subjacente ao domínio pulsional, apontando para um perigo de transbordamento que ameaça o eu, pois, para Laplanche, como vimos, a pulsão sexual de morte visa, não a morte biológica, mas a morte do eu. Na origem dessa dinâmica repousa a relação assimétrica do infans com um outro, marcada pelo enigma, pelo traumático.

Nesse sentido, o processo de subjetivação seria permeado pelo trauma/ violência em sua dupla via: por parte do infans, uma violência absolutamente necessária para sua existência, balizada por uma tentativa de domínio do objeto que aponta para um domínio do pulsional, e por parte do adulto, que marcado pelo inconsciente, pela divisão, não possui outra saída se não oferecer, a partir da linguagem da paixão, significantes enigmáticos, traumáticos por excelência ao infans.

Ao passo que nos aproximamos das fronteiras conceituais que delimitam a problemática da violência em psicanálise, vemos que a referência ao arcaico e a problemática das primeiras relações, se acentua. Partiremos agora para autores que trataram, em suas teorias, da violência enquanto conceito bem delimitado e central para suas teorias.

2.4

Violência: delimitando o conceito

Entre os autores que nos oferecem uma leitura psicanalítica da violência no campo da psicanálise, dois, em especial, a tomaram como um conceito central para pensarmos a subjetividade: Pierá Aulagnier e Jean Bergeret. Os dois, de maneiras distintas, defendem o caráter fundamental da violência quando pensamos o processo de constituição psíquica partindo de uma leitura da dinâmica intersubjetiva.

2.4.1

Bergeret: violência fundamental

Bergeret nos oferece o conceito de violência fundamental, para se referir ao que defende ser uma tendência inerente e universal do humano, um componente instintual, desligado e anterior a instauração da pulsão sexual. Este instinto deve, no decorrer do desenvolvimento do sujeito, ser progressivamente integrado à “outras finalidades humanas (...) para que o adulto alcance um livre e eficiente exercício das suas capacidades amorosas e criativas.” (Bergeret, 2000, p. 97) Marcadamente diferente da agressividade, a violência fundamental seria, na leitura desse autor, a força vital que permite a emergência da pulsão.

Essa violência fundamental seria resultante da conjunção de uma atividade instintiva, que chama de “elementos estruturais hereditários”, componentes herdados pela criança e incluídos na ordem do pré-simbólico a partir de seu encontro com os modelos imaginários propostos pelo adulto em seus cuidados com o bebê. Essa violência instintiva é marcadamente auto-protetora, no sentido freudiano da autoconservação. Nos coloca o autor:

A violência fundamental baseia-se em sua origem nas fantasias precoces, que colocam em cena "o outro ou a si mesmo", "ele ou eu", "sobreviva ou morra", "sobreviva ao risco de ter que matar o outro". sem intenção específica de destruir este outro. Nos encontramos mais propriamente no reino de um instinto de sobrevivência, ou seja, muito próximo do que Freud descreveu sucessivamente como um "impulso para a autopreservação" e "um instinto vital". (Bergeret, 2000, p.307 tradução nossa)

Ao falar dos elementos estruturais hereditários, Bergeret se baseia sobretudo na ideia de pré-concepções de Bion, para se referir a elementos que se caracterizam por um potencial inerente, mas que só se atualizam na ordem da interação, do encontro. A expressão ou inibição desses elementos se estruturaria na relação mais precoce do sujeito com seus objetos, como condição intrínseca para sua existência. Nesse sentido, ao falar das primeiras expressões do que chama de instinto violento, o autor nos remete a noção de pulsão de domínio, tal como proposta por Freud ao tratar da crueldade infantil. A meta é o domínio do objeto pela força, não o sofrimento do objeto. A agressividade, o sadismo, a

hetero-destruição seriam secundários à essa violência, resultado de sua integração com a libido:

Existe uma finalidade específica a essa tendência [a violência] e uma necessidade secundária de integração na corrente libidinal (...) Se para Freud a dita tendência deve unir-se mais tarde a sexualidade, sua finalidade original e primeira é uma necessidade de dominar o objeto pela força. (Bergeret, 1990, p. 224 tradução nossa)

Para Bergeret, no entanto, essa atividade é instintiva “no sentido que Freud falou de um instinto animal” (idem p.226). O autor se remete a distinção que Laplanche e Pontalis elaboram dos dois termos - instinto e pulsão - entendendo que a diferença repousa sobre o status do objeto: o objeto do instinto tem status objetivo, ou seja, é fixado não permitindo variações “em razão precisamente do seu primitivismo, de seu arcaísmo imaginário e de sua escassa elaboração.” (idem, p.225), diferente do objeto da pulsão, que teria status objetual, não fixado, contingente. Com essa diferenciação o autor marca o caráter arcaico da violência fundamental, lançando a sua hipótese central: de que essa atividade instintiva serviria de apoio para o desenvolvimento libidinal.

Dessa forma, Bergeret parece caminhar na mesma direção que Laplanche, pensando que a sexualidade se desenvolve tendo como suporte o instinto, entendido como um comportamento cujo esquema é hereditariamente fixado e que tende a se repetir. Diferente da teoria do apoio em Freud, que explica a instauração do pulsional como um fenômeno eminentemente intrapsíquico, para Laplanche, assim como para Bergeret, a dimensão do encontro é ressaltada, é o intersubjetivo que permite que o intrapsíquico se constitua.

Para Laplanche, a sexualidade infantil se desenvolve tendo como suporte o instinto essencial a ordem da vida, ou seja, a sucção. O caráter imaturo das funções vitais do ser humano convocaria imediatamente o outro e seus cuidados, que comportam em si a sexualidade. Assim, a incorporação facultada pela pulsão oral não pode ser entendida apenas como a ingestão de alimento - algo da ordem da necessidade - mas também como inauguração da sexualidade auto-erótica, logo, do pulsional.

Para Bergeret, a dinâmica se daria em dois tempos, o primeiro, resultante do encontro da atividade instintiva do bebê com os modelos imaginários propostos pelo adulto, permitiria a formação de fantasias muito arcaicas, fundamentalmente violentas, pois pressupõem a dominação do objeto pela força. Seriam ainda mais primitivas do que as fantasias originárias clássicas, tal qual propostas por Freud - fantasias de sedução, cena primária e castração - que são essencialmente de natureza sexual, edípica. Bergeret chama atenção para “(...)uma problemática imaginária inicial puramente violenta e não elaborada libidinalmente, nem sequer agressiva” (idem, p. 140).

Essas fantasias são entendidas por esse autor como inscrições pre-simbólicas, “não articuladas ainda, não eficientes ainda, não operatórias ainda” (idem, p.309). Seria apenas em um segundo tempo que essas inscrições seriam integradas, a partir de sua articulação com as fantasias edípicas - que o autor classifica como igualmente inatas e contendo elementos estruturais hereditários - abrindo caminho para as “elaborações genitais autênticas, que integrariam logicamente a dinâmica da violência fundamental a uma lógica libidinal e objetual” (idem, p. 309).

O movimento inverso ao que foi exposto também é encontrado, ou seja, a integração pela lógica da violência fundamental de fragmentos de libido, dando lugar para elaborações imaginárias mais ou menos patológicas de agressividade, sadismo e masoquismo. O autor francês chama atenção que os dois movimentos coexistem, se apresentando de forma mais ou menos patológicas de acordo com a relação de forças existente nessa dinâmica.

Segundo o autor, no desenvolvimento da psicanálise essa modalidade de fantasias é encontrada já na obra de Abraham, que em 1922 descreve os fantasmas primários e violentos na relação mãe bebê, e também em 1924 quando este autor considera a primeira etapa dessa relação como pré-ambivalente e ligada às representações fantasmáticas de violência e medo relativas ao ataque do objeto.

Bergeret também dialoga com a teoria kleiniana que é uma importante referência para ele, pois Klein ressalta, em sua obra, os núcleos violentos primitivos do sujeito, afirmando que eles não desaparecem jamais. No que diz

respeito às fantasias violentas precoces, Bergeret sublinha a importância de pensá-las a partir do temor do bebê de ser vítima das representações parentais aterradoras, e de como essa violência, quando não integrada à libido, pode conduzir a atitudes destrutivas. No entanto, o autor parece se posicionar de maneira diferente no que diz respeito da questão da projeção nesse processo, pois para ele, as fantasias violentas do bebê não se restringem ao caráter persecutório, projeções da própria violência da criança no adulto, mas é fundamental pensarmos a violência operante no próprio adulto em seus cuidados com o bebê, violência presente em sua atividade fantasmática.

Assim, as fantasias arcaicas as quais se refere Bergeret comportariam, na mesma medida, o parricídio, o matricídio, assim como o infanticídio. Essas fantasias violentas tem caráter de instinto protetor da vida, e seu caráter pre-simbólico o reveste de uma função representativa, tanto quanto comunicativa. Nos cuidados com a criança, o adulto comporta também representações violentas e infanticidas arcaicas, que nos dão notícias de sua própria violência fundamental e que em casos patológicos, pode torná-lo incapaz de exercer sua função de para-excitação e de erotização do corpo do infans.

Nessa leitura a violência fundamental não é patológica, mas estruturante da subjetividade. Os quadros patológicos, assim como a violência como ato, seriam fenômenos secundários, nos dando notícias da dificuldade na atividade de metabolização dos conteúdos fantasmáticos primitivos, que permanecem não integrados ao eu. Essa metabolização dos fantasmas arcaicos violentos ocorreria no contexto das primeiras relações, ou seja, no encontro da violência fundamental do bebê com a violência fundamental ainda operante no inconsciente de seus pais.

Quanto a isso Bergeret faz um interessante apontamento acerca do quão sintomático é o ideal social projetado sobre a mulher/mãe de um amor materno incondicional, não ambivalente e inteiramente devotado ao objeto, que dificultaria o contato com os conteúdos psíquicos mais violentos presentes na relação com seu bebê. Longe de permitir a integração da violência a uma lógica libidinal, essa

repressão social seria palco privilegiado para presenciarmos uma agudização das dificuldades relacionadas a impossibilidade de elaboração de dessa violência.

A questão que se coloca, portanto, é o quanto a violência primitiva, pre-genital, está integrada na psique do adulto no seio de uma elaboração genital progressiva e secundariamente realizada. O que marca a hipótese desse autor sobre o aspecto patológico da violência fundamental seria, assim, a impossibilidade de integração dessas fantasias violentas na lógica do sexual, da libido. Na falta de modelos parentais suficientes⁵ para fazer operatório os elementos estruturais simbólicos edípicos, só resta ao sujeito os elementos estruturais violentos, que invadem seu imaginário, sem que ele possa integrá-lo no seio de uma elaboração sob a primazia do libidinal, ou seja, seria a violência fundamental não integrada à triangulação edípica.

O que conduz a essa falta de integração seria a dificuldade do adulto de lidar com os derivados de sua própria violência, manifestos pela agressividade, ódio e ambivalência na relação com o bebê, mas sobretudo a partir da revigoração das fantasias infanticidas, o que acarretaria a impossibilidade de conter as fantasias arcaicas destrutivas do bebê. Tal como coloca Leclaire (1977), a fantasia de assassinato da criança é tão insuportável pois coloca em cena um dos desejos mais profundos e recalcados. A fantasia edípica do parricídio seria muito menos aterrorizante, pois é uma fantasia secundária. Matar a criança, afirma esse autor, aparece como a mais originária das fantasias, pois se trata de eliminar o “pequeno tirano”, que revela em estado bruto a ausência do recalque, remetendo aos pais a seus conteúdos arcaicos recalcados.

⁵ R. Roussillon, que parte de outra matriz teórica, apresenta uma rica leitura sobre esse aspecto da violência fundamental em seu texto: “Um paradoxo da representação: o meio maleável e a pulsão de dominação”. O autor aproxima a noção de violência fundamental a teorização sobre a ‘utilização do objeto’ feita por Winnicott para considerar que, em última instância, o que está em jogo é a possibilidade do objeto de ‘sobreviver’ à violência fundamental do bebê, pois, antes que possa ser descoberto em sua exterioridade e investido libidinalmente, o objeto precisa ser destruído, já que a lógica é do ‘eu ou ele’. Assim, se o objeto é capaz de sobreviver aos ataques, objeto e fonte podem se diferenciar, a pulsão se organiza em um trajeto e um trabalho de religamento torna-se possível. (Roussillon, 2006)

Assim, a não integração da violência fundamental leva a um transbordamento pulsional que ameaça o sujeito. Essa ameaça para Bergeret se atualiza nos atos de violência secundária que presenciamos no social. Porém, ele ressalta que podemos ter uma leitura clínica de muitos fenômenos a partir da problemática da violência fundamental, considerando que o excesso pulsional despertado por sua não elaboração resvala na impossibilidade dos sujeitos de lidarem com seus afetos mais agressivos ou ambivalentes, o que traz como consequência uma organização psíquica sempre ameaçada pelo retorno dessa violência contra si.

2.4.2

P. Aulagnier: a violência da interpretação

Piera Aulagnier (1979a), assim como Bergeret, nos oferece uma leitura da constituição psíquica, onde a violência tem papel fundamental. A autora parte da clínica com pacientes psicóticos para nos conduzir a sua interpretação sobre o papel da violência no processo de constituição da capacidade de representação, e para isso, leva em conta o estado de encontro fundante da atividade representativa, onde o discurso materno se apresenta em seu duplo aspecto: como antecipador de sentido, portador de uma violência que é necessária para constituição psíquica, mas que, por outro lado, pode se manifestar excessivamente violento, interditando ao sujeito a construção de um espaço psíquico separado do materno.

Veremos que tal como Laplanche, Aulagnier parte da suposição de que o princípio da vida é marcado pela primazia do outro, pela relação intersubjetiva, e que essa relação é fundamentalmente assimétrica. Há algo do adulto que se impõe de maneira violenta ao bebê, à medida que traz a marca do inconsciente do adulto. Dando palavra a Aulagnier:

O fenômeno de violência, tal qual entendemos, refere-se essencialmente à diferença que separa o espaço psíquico da mãe, onde já houve a ação da repressão e a organização psíquica própria do infans. A ação da repressão e o estabelecimento da instância eu, em princípio, já se realizaram no que concerne a mãe; o discurso que ela dirige ao infans traz esta dupla marca, responsável pela violência que ele vai operar. (Aulagnier, 1979a, p.36)

Nessa leitura, a violência é inerente ao estado de encontro, fundante do psiquismo, pois em sua relação com o mundo externo o bebê é sempre colocado em contato com algo que se impõe ao seu psiquismo nascente, “ao preço de uma primeira violação do espaço” (idem). Essa violação é necessária para que o infans - aquele que não fala - se constitua enquanto sujeito, aquele que fala sobre seu desejo e possui autonomia da atividade fundamental do pensamento.

O caráter violento do encontro repousa sobre a ideia de antecipação, à medida que o dizer e o fazer maternos antecipam sempre o que se pode conhecer do bebê. Aí residiria o excesso: “Excesso de sentido, excesso de excitação, excesso de frustração (...)” (Aulagnier, 1979a, p.35) , isso nos diz a autora, por que “o infans é continuamente solicitado além de sua possibilidade de resposta e o que lhe é oferecido está sempre aquém de suas expectativas” (idem, 1979a) . O discurso da mãe antecipa a capacidade do infans de reconhecer e assumir sua significação, sujeitando-o a suas próprias significações.

No entanto, não há possibilidade de constituição subjetiva sem que alguém ocupe essa função de “prótese psíquica”, ou seja, sem que alguém ocupe a função de antecipação do discurso que assegura a união do registro do desejo ao registro da necessidade. Ocorre dessa maneira pois a violência primária obriga o sujeito a iniciar um trabalho de metabolização, em que os elementos heterogêneos que violentam a psique são, ou metabolizados, transformados em homogêneos e assimilados ao sistema, ou rejeitados, transformados em resto. Esse resto eventualmente retorna ao sistema sob a forma de desmentido, desequilibrando a homeostase novamente e exigindo mais trabalho. São as exigências impostas pelo estado de encontro, portanto, que estabelecem a atividade representativa e que exigem do infans formas cada vez mais sofisticadas de representação para que seja possível metabolizar outras qualidades do “objeto causa do afeto”.

No entanto, Aulagnier diferencia o que chama de violência primária, estruturante, da violência secundária, excessiva e quase sempre nociva. A primeira se refere a uma ação necessária, àquilo que se impõe do exterior ao aparelho psíquico e que efetivaria uma primeira violação exigindo uma atividade de metabolização. A segunda, apoia-se na primeira, se diferenciando por ter como

finalidade não a atividade, mas a passividade, pois é a imposição de um discurso que se opõe à qualquer mudança nos seus modelos.

No que diz respeito à violência como excesso, seu efeito mais devastador se evidencia nas implicações para a atividade de pensar, ao passo que essa atividade é resultado da constituição do eu e de seus limites. O que está em jogo nessa violência é o desejo de não modificação, e novamente Aulagnier coloca que é estreita a distância que separa o estruturante do desestruturante. Se a atividade de pensar da criança é desejada pela mãe, como resultado de seus investimentos e cuidados, o desejo inconfessável é aquele que busca submeter essa atividade a um saber-poder materno. É o desejo narcísico por excelência, de unidade, de não diferenciação, de recusa de que seus enunciados possam ser questionados ou questionáveis. Assim, a atividade de pensar:

Torna-se-á aquilo sobre o qual a mãe cristaliza o conjunto de suas demandas e do que ela espera como resposta, isto é, que esta nova atividade venha provar-lhe o fundamento de seu “saber” sobre o que deve “ser pensado” pela criança. Este é o disfarce que toma a interdição de pensar e a indução a uma compulsão a só pensar o que jeca foi pensado por ela. (Aulagnier, op.cit. p.197)

O caráter excessivo, mortífero dessa violência aponta, nesse sentido, para um aquém da representação, manifestando-se pela repetição, pois a mínima diferença é vivida como destruição “do presente e de todo futuro” (idem, p.126). Se retornarmos por um momento à teoria de Bergeret nesse ponto, podemos pensar como essa violência se diferencia da agressividade, ou mesmo do ódio, pois se refere a uma ameaça muito mais primitiva, denunciando uma fantasia de apagamento do outro, que para Bergeret se traduz na fantasia de infanticídio e para Aulagnier, na incapacidade da mãe de desejar essa criança, ou seja, de sustentar a singularidade daquele sujeito em constituição, marcando a diferença entre os dois espaços psíquicos.

A origem dessa violência excessiva, para Aulagnier, remete ao percurso edípico materno, e se ancoraria na relação da mãe com a própria mãe, que desencadearia na impossibilidade de simbolização da função materna. Se não pode ser tomada como função, a ideia de maternidade não pode ser dialetizada, ficando presa na concretude da relação da mãe com sua própria mãe, ou seja, a

impossibilidade de simbolização da função materna impossibilita a diferenciação da significação “ser mãe” da relação singular com a própria mãe. Nesse caso, o discurso materno se apresenta de maneira concreta, não mediatizada, não simbolizada, e “a significação ‘função materna’ remete-se à única função primária que esta função teve para ela: mãe alimentícia, frustrante, absorvente, ausente. A imagem que ela atribui ao desejo de sua própria mãe por ela ganhou caráter universal” (idem, p.190).

A questão que se coloca é fundamentalmente narcísica, pois, tal como coloca Aulagnier, o desejo de maternidade é marcado pela indiferenciação. A mãe só pode exercer sua maternagem a partir da ideia de revivência, em posição invertida, da relação que manteve com sua própria mãe. Não há aí distanciamento, que poderia advir da ideia de que se busca na maternidade a reparação da própria infância, ou de que se toma como modelo a própria mãe. Nesse caso, há a “retomada em eco”, e a mãe procura na maternagem de seu bebê, uma automaternagem. Nesse sentido: “O circuito se fecha em si mesmo, num círculo vicioso, que é, algumas vezes, mortal” (Idem, p.193).

A universalidade desse poder-saber materno não permite que se opere nenhuma outra significação, sobretudo interdita a participação do pai. Aulagnier coloca que pode-se encontrar aí o “desejo de maternidade”, mas estaria ausente o “desejo de ter filho”, pois a realização da maternidade servirá de testemunha da validade da significação materna por ela imposta. Quanto ao desejo do pai, a autora coloca:

Compreendemos que este desejo de maternidade não possa dar lugar ao desejo do pai e ao prazer de tornar-se, para este, aquela que lhe permitirá realizá-lo, pois o que ela busca é reencontrar o prazer que seu próprio nascimento, supostamente, ofereceu a sua mãe e somente a ela. O prazer que a mãe pode sentir graças a realização desse desejo de maternidade bastante particular, não pode se ligar a um prazer oferecido pelo pai: para que tal acontecesse, seria necessário que a mãe pudesse reelaborar sua *própria posição identificatória em sua relação a seu próprio pai.*” (idem, p.191 grifo nosso)

Nesse sentido, do sujeito que descende dessa linhagem será exigido que se defina em função dessa única e não dialetizada relação com o desejo materno, e a autora defende que a partir dessa dinâmica pode ser “impossível para a criança

encontrar um lugar no sistema de parentesco que lhe abra o acesso ao simbólico.” (idem). À criança não é permitido o acesso a significações que não sejam o eco do sistema de linhagem materna.

O sujeito que se constitui a partir dessa violência dá notícia desse excesso, manifestando seu sofrimento a partir de um agir que não encontra mediação simbólica. O pensar fica comprometido, pois não há integração entre vivência e cadeia associativa, que daria acesso a construção de um sentido possível ao acontecimento. Nesse sentido, ou o sujeito ocupa o lugar do próprio acontecimento, nos casos extremos como o autismo infantil, ou na sintomatologia psicossomática ou o sujeito encontra uma saída pela constituição do pensamento delirante primário, que tem em sua origem a injunção contraditória e irrealizável a qual ele vem oferecer uma resolução: “a criança apropriar-se de um ‘poder falar’ que não é acompanhado de um “poder pensar” e de um direito de autonomia sobre o pensar” (Idem, p.198).

2.5

Violência ou violências?

O percurso que traçamos neste primeiro capítulo de nosso estudo nos permite perceber que, ao propormos uma leitura psicanalítica da questão da violência no que se refere a constituição subjetiva, o campo que se abre para nós diz respeito a questão do poder, do domínio, que nos reporta ao par de opostos fundamental, apresentado por Freud como precedente de todos os outros: atividade/passividade.

Vimos com Freud que a pulsão de dominação responde à pulsão de autoconservação, ou seja, é protetora da vida. Ela constitui o elemento ativo em um momento de vida onde a posição de dependência ameaça o sujeito a uma passividade extrema, que o torna fundamentalmente dependente do outro, ao risco de um perigo de transbordamento, seja pelo excesso pulsional, seja pela invasão de um não-eu ameaçador.

Bergeret caminha no mesmo sentido, apostando não apenas em uma dominação pulsional - ou instintiva, como coloca ele - mas também na fantasia originária dessa dinâmica. Assim, ele aposta ainda na dimensão de encontro presente no contato das produções fantasmática dos pais com a atividade instintiva do bebê, considerando que esse encontro configura uma violência fundamental, desligada da sexualidade, logo, diferente da agressividade e do ódio, se constituindo como força de vida, barrando o que há de mortífero na relação com o outro.

Aulagnier caminha em uma outra direção, posicionando suas lentes no processo de constituição da atividade de representação. Ela supõe que a violência primária é inerente ao encontro das representações maternas com o bebê. Ela é necessária, constituindo o próprio investimento narcísico, porém, pode ser aprisionante, caso se apresente como excessiva, não abrindo caminhos de diferenciação, colocando o infans em uma posição de assujeitamento frente aos enunciados maternos. Nesse sentido, Aulagnier parece compartilhar com Laplanche a ideia de que a relação mãe/bebê é fundamentalmente assimétrica, e que parte da mãe os significantes que “atravessam” o psiquismo do bebê, de maneira sempre traumática, no entanto, não necessariamente destruturante.

A passividade da criança nesse encontro, a partir dessa leitura, estaria na sua condição de desamparo. No entanto, não seria uma posição de passividade absoluta, pois a criança possui o aparato para metabolizar as mensagens direcionadas pelo adulto e que a partir dos significantes propostos por ele, é compelida à atividade, no sentido de exercer um domínio sobre o “material heterogêneo” - na leitura de Aulagnier - ou sobre as “mesagens enigmáticas”, tal como proposto por Laplanche. Aulagnier deixa claro que em sua leitura o eu é uma instancia identificante, logo, não pode ser lida como um produto passivo do discurso do outro (Aulagnier, 1990).

No entanto, ainda que não estejamos falando de passividade absoluta, o que esses autores apontam é que a relação mãe/bebê comporta uma dimensão de domínio e de violência que não pode ser negligenciada. Os cuidados maternos, ou de quem ocupa essa função para o sujeito, e as fantasias e mensagens propostas ao

bebê durante esses cuidados, submetem a criança a implantação de algo fundamentalmente estranho à sua psique, e isso deixa marcas indeléveis no psiquismo. Essas marcas podem ser estruturantes, levando o sujeito a compor seu campo de significações de maneira que teça - ativamente - seu “estar no mundo”, ou desestruturante, levando o sujeito à constante ameaça de invasão de um outro onipotente.

Como esperamos ter podido deixar claro aqui, essa tendência ao domínio do outro, ao apagamento de toda diferença e redução de toda alteridade é algo fundamental e arcaico a vida de todos os sujeitos, no entanto, quando se apresenta pelo excesso, o que presenciamos é, nas palavras de Cardoso:

uma inversão de posições: transformação no contrário, destino dos mais elementares da pulsão. Trata-se, no fim de contas, de uma primitiva luta pela dominação do outro interno, dominação da transgressão pulsional, por meio de uma passagem a ativo em que se invertem os papéis entre aquele que inflige e aquele que é submetido ao domínio, à violência. (Cardoso, 2002. p. 169)

Nesse sentido, o excesso de violência e a consequente ameaça que representa para o sujeito o levaria a perpetrar a violência em ato, como tentativa de dominação de um outro - interno - ameaçador, tentativa de ligação, quando o que ameaça é do campo do desligamento, portanto, da pulsão de morte, tal como nos apresenta Laplanche (1985). Haveria, portanto, uma relação intrínseca entre a destrutividade e a violência, na forma como ela se configura no princípio da vida.

A diferença apontada por Aulagnier entre a violência necessária e a excessiva nos remete a esse pressuposto. O limite tênue entre o necessário excessivo só pode ser pensado a partir da relação singular da mãe com aquele filho. Na composição de sua teoria, como veremos a seguir, Aulagnier considera que essa violência se evidencia de maneiras distintas nos diferentes registros que compõem o processo de constituição do eu. O que há de similar é o desencontro, que impede as representações maternas de criar um espaço subjetivo para que o sujeito possa advir em sua singularidade.

3

Violência como excesso e a marca do traumático

Esta é, incrédulos do mundo inteiro, a verdadeira história da Mamãe Grande, soberana absoluta do reino de Macondo, que viveu em função de domínio durante 92 anos e morreu com cheiro de santidade numa terça-feira de setembro passado e a cujos funerais veio o Sumo Pontífice.” (Márquez, 2014, p.137)

Assim começa o conto “Os funerais da Mamãe Grande” de Gabriel Garcia Márquez, onde ele narra a comoção derivada da morte da matriarca Maria del Rosario Castañeda y Montero, que elevada à função de Mamãe Grande, por herança familiar, exerceu domínio sobre sua família e seu povoado que ultrapassou o limite das práticas e ações e se estendeu sobre os desejos e pensamentos, sobre a vida e a morte, sobre todos os elementos que constituíam a realidade de seus dominados:

A aldeia foi fundada em torno de seu nome. Ninguém conhecia a origem, nem o limite, nem o valor real do patrimônio, mas todo mundo acostumara-se a acreditar que Mamãe Grande era dona das águas correntes e paradas, chovidas e por chover, e dos caminhos vicinais, dos postes do telégrafo, dos anos bissextos e do calor e que tinha além disso um direito herdado sobre vidas e fazendas. (idem, p.140)

Mamãe grande “esfumava-se em sua própria lenda”, não conhecia limite algum para seu poder e não se submetia a nenhuma lei. Não se ajoelhava nem durante a missa “para não estragar sua saia de volantes holandeses e suas anáguas engomadas de cambraia”. Tudo em seu raio de ação estava à mercê de sua lei arbitrária, suas interpretações e seu capricho. E o mais interessante: mamãe Grande não era, na verdade, uma mãe pois ela, “que fora dotada pela natureza para amamentar sozinha toda a sua espécie, agonizava virgem e sem filhos” (idem, p.144).

O conto de Márquez nos serve de ponto de partida para pensarmos a violência materna enquanto traumática. No capítulo anterior estabelecemos os limites conceituais da nossa abordagem sobre a violência, sobretudo pensando-a a partir da questão do domínio na obra freudiana para situá-la como problemática referente às primeiras relações e implícita no processo de constituição do psiquismo. Vimos que a violência, enquanto referida à questão do domínio e

sobretudo do narcisismo primário, está fundamentada nos primórdios da constituição psíquica. Isso quer dizer que ela opera em uma fase em que o eu encontra-se alienado ao objeto, o que implica a negação da existência separada deste como condição de um domínio primordial de si, buscando-se prevenir de uma experiência de desamparo que remeteria ao perigo de um transbordamento pulsional.

Chegamos, então, a autores que tomaram a violência enquanto conceito estruturante em seus trabalhos - Bergeret e Aulagnier - e vimos que, embora apresentem leituras diferentes sobre a questão, ambos pensam a violência em sua relação com o arcaico, assim como defendem a existência de uma violência fundamental, que estaria na base do relacionamento do sujeito com o objeto primordial. Ambos também consideram que, o que está presente no desenvolvimento regular do sujeito, esse fenômeno pode também apresentar-se como excessivo, o que levaria ao sofrimento psíquico, e a dificuldades em relação ao desenvolvimento da capacidade de representação.

Nesse segundo capítulo seguiremos com essa análise, porém, dirigindo nosso olhar mais especificamente sobre a violência desestruturante, ou seja, sobre seu caráter traumático. A violência como excesso, patologizante, que, em sua ligação mais íntima com o domínio, tem suas raízes nas relações com os objetos primordiais, o que lhes permite comportar um aspecto mítico. A mãe dos primórdios, onipotente, detentora da vida e da morte.

Tal como coloca Abensour (2011) a verdadeira natureza do materno é desde sempre e para sempre incognoscível, e, por comportar o mistério das origens é necessário que recorramos a fundamentos mitológicos, religiosos, literários, poéticos para tentar cercarmos o inapreensível. Por isso o mito construído por Márquez em sua história nos serve tão bem para iniciar nosso estudo sobre a questão da violência como excesso, pois comporta em seu realismo fantástico o estranho familiar de uma figura materna que encarna a unidade original, um singular que a desvincula da condição humana: “A ninguém teria ocorrido pensar que a Mamãe Grande fosse mortal.”, nos diz o romancista (Márquez, 2014 p.140).

Da ficção para a clínica, nosso caminho partirá da noção de violência materna para pensar configurações psíquicas marcadas pelo “vazio”, que nos remete a um empobrecimento egóico. Na clínica com crianças as demandas relacionadas a essa problemática giram em torno da inibição, dificuldades em relação a aprendizagem, apatia, assim como de somatizações. Nossa hipótese é que, nesses casos podemos perceber atuante as marcas da violência em sua face excessiva, que é marca de um desencontro fundamental entre a mãe e seu bebê, e que influencia incisivamente a formação do eu e de sua capacidade de simbolização. Esse desencontro se expressa de diferentes maneiras no decorrer do desenvolvimento dos processos de simbolização/representação⁶ do sujeito, revelando sua face traumática na constituição dos limites entre eu e o outro, comprometendo a capacidade do sujeito de ‘pensar seus próprios pensamentos’ (Aulagnier, 1979a).

Para falar da violência excessiva, nossa referência fundamental é a teoria de Piera Aulagnier. Para essa autora, tal como colocamos anteriormente, há diferença entre a violência primária, que considera estruturante da subjetividade, e a violência secundária, excessiva e nociva. Enquanto a primeira se refere a uma ação necessária, àquilo que se impõe do exterior ao aparelho psíquico e que efetivaria uma primeira violação exigindo uma atividade de metabolização que colocaria em movimento a capacidade de representação, a segunda se diferencia por ter como resultado não a atividade, mas a passividade, a que é imposição de um discurso que se opõe à qualquer mudança nos seus modelos.

Como coloca Aulagnier, testemunhamos nesses casos:

O efeito dramático de um encontro, no qual é aparentemente imposta ao eu a apropriação de um saber - sobre a linguagem, sobre si mesmo, sobre o mundo - ao mesmo tempo que, cada vez que ele mostra os resultados dessa aquisição, tropeça em uma interdição, em uma negação do valor do produto, em uma

⁶ Nos referimos as diferentes formas de representação presentes nos diferentes registros psíquicos. Aulagnier (1979a) nos fala de três formas de metabolização, que são três formas de representação: Pictográfica (processo originário), Fantasmática (processo primário) e ideativa (processo secundário) Essas organizações não são lidas a partir de uma teoria do desenvolvimento, mas sim, como processos de organização psíquica, que se sucedem no tempo, mas que permanecem operantes no psiquismo, em registros diferentes, e tendo entre si relações não homólogas.

contra-verdade que desmente a significação que ele entreviu e constituiu. ‘É proibido pensar’, é obrigado a pensar o pensamento do outro. (idem, p.282)

Nos questionamos, assim, se os sintomas relacionados à problemática aqui proposta não seriam expressões de sofrimento de sujeitos cuja subjetividade se constituiu em uma relação com um objeto dominador, alienante. Voltando ao conto de Márquez, podemos constatar que a única que logrou escapar ao cerco de Mamãe Grande foi Magdalena, a menor das sobrinhas, pois “aterrorizada pelas alucinações, fez-se exorcizar pelo Padre Antonio Isabel, raspou a cabeça e renunciou às glórias e vaidades do mundo” (Márquez, p.139). Magdalena recusa, assim, a herança e o nome, enclausurando-se na psicose como uma saída para se defender da alienação à mãe mítica que não pode reconhecer nenhuma alteridade.

3.1

O originário e o estado de encontro.

Zornig (2008a) chama atenção para o fato de que o conceito de originário em psicanálise comporta, desde Freud, uma noção de anterioridade que remete à origem dos processos psíquicos. Seria um “ponto de proximidade máxima com a origem” (p.67), que ao mesmo tempo aproxima e revela sua impossibilidade, pois há sempre como retroagir mais e mais na história do sujeito. Nesse sentido, na concepção freudiana, o terreno do originário é a fantasia, o que não permite que estabeleçamos com ele uma noção de causalidade, mas sim, uma análise dinâmica que só pode ser efetuada à posteriori, sobre a relação do sujeito com seus outros fundamentais, que compõem sua relação paradoxal com o desejo. Assim, a ideia de origem se coloca de maneira complexa, pois não fica reduzida à concretude da realidade histórica, mas sim, remete à pré-história do sujeito, ou seja, ultrapassa a história de sua concepção e nascimento em direção aos mitos familiares, lendas ancestrais, ou seja, antecedentes simbólicos a partir dos quais o sujeito deve advir e localizar-se.

Ao pensar o originário enquanto processo psíquico que antecederia o processo primário e a configuração da fantasia, Aulagnier nos desloca para outra

origem: o corpo. Não fala de um corpo somente, concreto, mas de um corpo em relação. Essa relação com o outro materno é marcada pela assimetria, ou seja, assim como em Laplanche, Aulagnier considera que não há um estado fusional entre mãe e bebê, pois há sempre algo no objeto que interpela o sujeito convocando-o a um trabalho de elaboração psíquica. Nesse sentido, há sempre uma disjunção necessária no encontro, o problema se coloca quando essa disjunção é excessiva (Zornig, 2018).

O desenvolvimento teórico de Aulagnier parte de seu longo percurso com a clínica da psicose, o que a leva a pensar como essas disjunções excessivas remetem às primeiras inscrições da vida psíquica, em um momento onde há o primado da sensorialidade. Para ela, quando nos referimos aos efeitos de traumas muito precoces, é necessário pensar em um momento anterior ao estabelecimento dos cenários fantasmáticos, por isso, ela elabora o conceito de processo originário como uma cateoria de processo psíquico, anterior aos processos primário e secundário tal como sistematizados por Freud.

Os três processos - originário, primário e secundário - correspondem às dimensões dos encontros fundamentais do psiquismo e às “provas” as quais ele é submetido no seu processo de estruturação: respectivamente a frustração, a separação e a castração. A sequencia desses processos não se regula por uma lógica evolucionista, pois os processos posterior não anulam os anteriores, que permanecem em funcionamento, cada um a partir do seu registro (Birman, 1989).

O originário, assim, corresponderia ao momento mais arcaico do desenvolvimento do sujeito, remetendo ao momento inaugural do encontro boca-seio. “Psiquê e mundo se encontram e nascem um com o outro, um para o outro (...) (Aulagnier, 1979a, p.33), nos diz a autora, colocando que a psique incipiente do bebê encontra, nesse primeiro momento, duas dimensões de experiência: o seu corpo - com todas as sensações vivenciadas por ele - e a psique dos outros, a iniciar pelo eu materno. Desse duplo encontro, que para o bebê tem como característica o fato de “ignorar a dualidade que a compõe” (idem, p. 45) nasce o pictograma.

Fora do campo da psicanálise, as diversas definições do termo Pictograma que encontramos (Rabaça e Barbosa, 2002 ; Silva e Silva, 2009) remetem à ideia de que são signos visuais arbitrários associados a um conteúdo semântico, mas não necessariamente a uma forma verbal específica. São representações de objetos, sensações ou conceitos traduzidos de forma gráfica extremamente simplificada que condensa seu significado. As pinturas rupestres são exemplos de pictograma, sendo considerados essenciais para o desenvolvimento da criação dos ideogramas, símbolos mais complexos, que representavam pensamentos e posteriormente, permitiram o desenvolvimento da escrita cuneiforme, cujos símbolos não representam não só palavras específicas, mas também são associados a um som. Vemos, portanto, que pictogramas apresentam-se enquanto representações muito arcaicas, mas que são fundamentais para o desenvolvimento de representações mais complexas.

É importante ressaltar que a forma como Aulagnier trabalha o termo possui uma diferença fundamental: o pictograma não é imagético, ou seja, é experimentado, representado, mas nunca figurado ou pensado. No entanto, sua configuração é condição para as produções do primário e do secundário, esses sim, acessíveis à figurabilidade. O arcaísmo dessa atividade do processo originário reside sobretudo em sua relação com a sensorialidade, ao passo que ela se desenvolve como representação direta de uma vivência corporal e do afeto - prazer/desprazer - que a acompanha.

No registro do originário não existe ainda alteridade constituída para o bebê, assim, é necessário que a mãe assegure a satisfação pulsional de forma que o infans acredite que pode produzir seus objetos de satisfação e que garanta que ele não vá experimentar um excesso de despreazer que seria perigoso para seu psiquismo nascente. A futura alteridade entre o bebê e o outro é prefigurada, assim, na relação entre a zona erógena - boca - e o objeto de satisfação - seio.

Para Aulagnier essa vivência corporal exige o “encontro entre um órgão sensorial e um objeto exterior que possua um poder de estimulação sobre ele” (Aulagnier 1979a, p. 43), no entanto, tal como colocamos acima, a psique nascente ignora essa dualidade do encontro, por isso a autora denomina esse

estágio pelo postulado do auto-engendramento. A prefiguração da alteridade se coloca, assim, com as experiências sucessivas de frustração, que permitem a introdução de duas figurações polares que irão delinear futuros psíquicos diversos: boa boca/seio prazer, má boca/seio sofrimento (Birman, 1989).

O encontro boca-seio é considerado momento inaugural da sexualidade infantil desde Freud, que explica a instauração do pulsional a partir da noção de apoio do auto-erotismo nos estímulos endógenos advindos das necessidades vitais com a experiência de satisfação. Nesse ponto, Zornig (2013) chama atenção para um outro aspecto da leitura freudiana sobre esse momento inaugural, que consiste na impossibilidade, no início da vida, de diferenciar-se o investimento do objeto, das identificações. Em uma nota de Freud de 1938 ele coloca que nos primórdios da vida psíquica o “ser” o seio antecede a possibilidade de “ter” o seio. A criança só ascenderia à possibilidade de ter quando já é capaz de reconhecer a perda do objeto, assim, o início da vida psíquica é teorizado “a partir da oralidade e da identificação primária, que antecede a diferença sexual” (Zornig, 2013, p.258).

Para Aulagnier, a representação pictográfica do encontro boca-seio “tem a particularidade de ignorar a dualidade que a compõe” (Aulagnier, 1979a, p. 41). Assim, nas figurações que o pictograma forja, as experiências de prazer e desprazer darão origem a pares de opostos que se referem a união ou desunião da zona erógena com o objeto: a boca boa produz o seio prazer e a boca ‘má’ destrói o seio sofrimento. Podemos entender que esse par de opostos fundamental estará presente em qualquer constituição, já que nenhuma psique pode existir sem experimentar o desprazer. No entanto, o que permitirá que o desprazer possa ser vivido enquanto frustração e não como uma experiência de desinvestimento que levaria a uma angústia de caráter aniquilador, é o equilíbrio. Equilíbrio é entendido aqui como a capacidade do objeto de exercer determinadas funções que garantem que o bebê possa manter a experiência de fusão.

Não podemos esquecer que estamos no campo de uma leitura da relação intersubjetiva, portanto, a autora ressalta a necessidade de pensarmos na qualidade da relação objetal tanto quanto na pulsionalidade presente nesse momento inaugurador do psiquismo. Nesse sentido, a função materna se coloca tanto em

termos econômicos, remetendo a capacidade do objeto de realizar a função de para-excitação, protegendo o infans de um excesso pulsional que seria destruturante, quanto em termos qualitativos, se referindo a capacidade de prefiguração da relação intersubjetiva a partir da função de antecipação, assim como sua disponibilidade afetiva para ser intérprete das demandas do bebê.

Isso, no entanto, só poderá ocorrer se a mãe domina, em seu psiquismo, a decepção que o bebê invariavelmente provocará em suas expectativas. Por maior que seja o afeto que se estabeleça, o fato de o bebê ser um outro, invariavelmente provocará na mãe uma ferida narcísica que ela precisará elaborar. Assim, se a relação intersubjetiva necessita sustentar para o bebê a fantasia de fusão que o impede de um encontro traumático com uma dimensão de alteridade que ele ainda não pode metabolizar, é necessário que, no que diz respeito a psique materna, essa alteridade se sustente.

Partindo de uma matriz teórica diferente de Aulagnier, Roussillon (2008) nos oferece uma rica leitura a esse respeito. Ao trabalhar os processos de simbolização primário e secundária, coloca que os primeiros tem como elemento fundamental a qualidade da presença do objeto, ou seja, do prazer sensorial decorrente das interações do bebê com seus outros fundamentais. Esse prazer estésico compartilhado, tem como condição estruturante que o objeto se deixe utilizar como espelho, mas sem perder sua singularidade como sujeito. É essa dupla via que permitirá o estabelecimento de uma sintonia afetiva sob a qual o bebê poderá assentar posteriormente seu trabalho de luto pela perda do objeto, quando a separação pode ser vivenciada. Ou seja, a ausência do objeto só pode ser suportada, se ela foi antecedida por uma presença qualitativa.

A partir dessa leitura de Roussillon, Zornig (2018) indica que a questão da diferença é fundamental para que os processos de simbolização primários possam ser postos em curso. Ela ressalta que não é possível haver simbolização sem um espaço entre os dois sujeitos, que permita ao bebê sair da dimensão especular em sua relação primária com a mãe. Essa diferença, no entanto, se for excessiva, radical, não permite à mãe investir narcisicamente no seu bebê.

Tudo nos leva a pensar na sutileza dos limites nesse primeiro encontro que marca o fundamento do psiquismo e dos processos de representação. Para Aulagnier o limite entre a violência estruturante e a excessiva, a nível do originário é aquela que permite ao bebê vivenciar ou não a experiência de fusão, sem, com isso, ser “engolido” pela antecipação materna. Para isso é necessário que exista uma relação de referência e mobilidade entre os representantes psíquicos materno (eu antecipado) e o que ela presencia no encontro com o corpo de seu filho.

3.2

Violência e desencontro originário

Pensar no corpo em sua relação com a representação é uma das grandes contribuições de Aulagnier. Sua leitura, embora proponha uma metapsicologia própria, é profundamente fiel a teoria freudiana, se pensarmos que o corpo com o que trabalhamos em psicanálise é o corpo pulsional, e que este está “na origem e nos limites da representação” (Fortes, Winograd e Perelson, 2018, p. 280).

Para Aulagnier, a representação do próprio corpo que o bebê constituirá é o resultado da relação entre o corpo psíquico - forjado no originário - e o corpo relacional, que é obra da psique materna. Aqui somos levados para a questão do risco do desencontro, entre o representante psíquico materno do corpo do bebê e seu “corpo real”. Para essa autora o bebê oferece à mãe os “materiais sinalizadores” que são pontos de ancoragem da representação materna

suas [do bebê] expressões, seu estado, seus movimentos, sua apatia, seu choro... Ora, este corpo ou, para melhor dizendo, as manifestações que nele exprimem a vida, e a singularidade e portanto esta parte de imprevisto que faz dele um corpo vivo, deverá ser acolhido pela mãe como o referente sobre a cena da realidade deste representante psíquico que o precedeu e o esperou. (Aulagnier, 1987, p. 39)

O representante psíquico que a mãe forjou durante a gravidez, ao encontrar o bebê, precisa ser remodelado, porém permanecer como referência, sem a qual ela sucumbiria na relação que construiu com a ideia de maternidade. Os materiais sinalizadores que o bebê envia, nesse sentido, são efeitos da relação, portanto

apontam para uma distância entre o bebê e a mãe, que, embora ainda não possa ser vivida pelo primeiro, é necessário que seja investida pela segunda. Somente assim a mãe pode “preservar o investimento de seu representante psíquico no bebê e, portanto, desse ‘corpo psíquico’ presente em sua própria psique” (idem, p.40).

Nos casos em que essa ancoragem do representante psíquico materno na realidade do corpo do bebê apresenta falhas significativas, pode-se perceber dois desenvolvimentos possíveis. No primeiro a mãe idealizará parcialmente o corpo do bebê, negando tudo que não se adapta à sua representação, ou seja, tudo que é do campo do diferente, do imprevisto. Essa idealização fragmentária irá gerar no bebê uma vivência de insegurança nos próprios testemunhos sensoriais, uma ‘incerteza mutiladora’ entre o que percebe e o que pode representar.

Nos casos em que nem mesmo essa idealização parcial é possível, a mãe é levada a ter de realizar um “trabalho de luto em relação a um bebê vivo” (Violante, 2001, p. 65). Isso coloca o bebê em uma posição impossível. Encontra-se totalmente dependente de um investimento de vida por parte do objeto, em posição de desamparo, porém, o investimento no representante psíquico que o inclua, para mãe, só pode ocorrer caso ele morra, o que removerá qualquer obstáculo para a idealização materna. Caso o bebê viva, seu representante psíquico estará condenado a morte, ou seja, a mãe não pode sustentar qualquer investimento narcísico nesse bebê radicalmente estranho.

Aulagnier se refere a esse desencontro como “traumatismo do encontro”, traumatismo violento, pois revela a impossibilidade da relação, pois uma relação requer ao menos dois termos, e nesse encontro traumático qualquer manifestação da singularidade da criança é negada. Essa negação parece ser um deslocamento de um ódio imaginário, não simbolizável, que emerge do arcaico e do impossível da fusão.

Benhaïm (2007), em seu estudo sobre a ambivalência materna, diferencia o “ódio suficientemente bom” simbólico, do ódio imaginário. O primeiro previne que a agressividade não entre no registro da violência, é o ódio da desilusão, que procede da desfusão, e que permite a separação. O ódio imaginário, ao contrário, permanece essencialmente narcísico, “não tendo outra função além de mascarar a

castração lembrada a mãe pela alteridade da criança.” (p.17) Nesse caso, nos diz a autora, no fantasma materno o lugar destinado a criança corresponderia ao do objeto parcial, objeto de posse, ou mesmo o do objeto real que seria exclusivo do seu próprio desejo e que viria negar aquilo que foi identificado como uma perda, perda do bebê idealizado do qual ela não pode fazer o luto. Impossibilitada de fazer o luto do bebê fantasiado, essa mãe não pode investir nos significantes que permitem a seu bebê identificar o seu desejo.

A clínica nos oferece inúmeros exemplos nos quais podemos perceber a impossibilidade materna de estabelecer a distância necessária para que os “materiais sinalizadores” do corpo do bebê sejam lidos como tais, e que a diferença possa ser investida como possibilidade de um encontro singular. Nesse sentido, os caminhos nos quais a criança poderá buscar fazer suplência a esse vazio no lugar do desejo, são múltiplas e de diferentes graus de sofrimento psíquico.

Lembramos de um menino de seis anos, morador de uma comunidade do Rio de Janeiro. À violência urbana se somava uma violência materna significativa: violência com o corpo da criança, violência psíquica.

A escola manda por causa da bagunça e da agressividade, a analista percebe, desde o primeiro encontro a desorganização: a voz sem modulação, gritos e palavras em tom muito alto que são ditos inesperadamente, causando eternos sobressaltos. Um corpo “sem contorno”, com movimentos espasmódicos e repentinos. Além disso, era comum que chegasse com machucados e quando questionado sobre o que havia acontecido ele parecia muito surpreso, tocava a ferida como para se certificar de que havia algo ali, mas não sabia falar o que ou quem havia o machucado.

Ao longo das primeiras semanas de análise a ação repetida pela criança era a manipulação de tintas e de massa de modelar – em que ele misturava todas as cores da massa e comia grandes pedaços do material. Qualquer tentativa da analista de fazer uma intervenção no sentido de interpretação, mesmo que uma breve pergunta era repelida com violência, quando o menino ordenava aos gritos que ela calasse a boca.

Único filho em uma família de mulheres, único homem da casa desde que seu pai morrera, o menino encarnava o que havia de mais terrível para sua mãe, cuja história havia sido marcada pela violência masculina. Ela esperava outra menina, tinha certeza que só geraria mulheres em seu ventre, mas veio ele.

Tal como colocamos, o pictograma não é figurativo. Ele é do campo da sensorialidade. A criança que se apresenta pela violência e pela desorganização corporal, nosso dá um índice de como se representa em sua psique esse momento arcaico, inaugural da subjetividade, que é o encontro com seu corpo e com a psique materna. Nesse fragmento de caso clínico o que presenciamos é o efeito nefasto de um desencontro, de uma violência desmedida que resulta na impossibilidade, para essa criança, de investir no próprio corpo. Esse corpo não é falado, ou desejado, ou seja, não é investido. Ele fica no campo da necessidade, incorporando vorazmente o mundo a sua volta, mas sem metabolizá-lo, sem produzir algo de singular, ou seja, fora do campo do desejo.

Como colocamos, para Aulagnier, o prazer é uma necessidade psíquica. Assim, o bebê necessita, para que a vida seja possível, de certas condições que lhe garantam um “prazer mínimo”, que é conquistado não apenas com a função de para-excitação do objeto, mas também na sua capacidade de investir no corpo do bebê, libidinalmente. No entanto, assim como pode ser fonte de um prazer necessário, esse corpo pode ser fonte de sofrimento, e no início da vida, todo sofrimento orgânico é também sofrimento psíquico, sendo ambos indistinguíveis, e representados como auto-engendrados.

Os efeitos desse desencontro originário, marcado pelo excesso de sofrimento que é experimentado como auto-engendrado, são percebidos na relação que o sujeito mantém com seu corpo no decorrer do processo de constituição do eu. Aulagnier coloca que em casos extremos “o corpo pode se converter em representante do outro e o conflito “eu-outro transfere-se para a relação eu-corpo” (Aulagnier, 1987, p. 134-135). Nesse caso, um dos destinos possíveis para essa substituição, e nos parece ser a que presenciamos no caso clínico apresentado, é uma recusa da função relacional do corpo. A negação do sofrimento daquele corpo ferido, desconexo, sem contornos, guardava uma

naturalização tanto do prazer quanto do sofrimento experimentado por ele, que como era entendida como natural, era também encarada como não modificável.

No entanto, o corpo da criança “falava”, a partir do momento em que, na situação de análise, alguém pôde ouvi-lo. A reação à essa escuta foi violenta, como não poderia deixar de ser, já que a violência era o que sustentava a própria existência dessa criança, tanto na relação que a mãe mantinha com seu corpo, quanto na composição do seu “eu antecipado” pela mãe - será homem, será violento.

Foi preciso suportar os gritos, sobreviver às ameaças e preservar a justa distância entre os dois, para que o menino não se sentisse nem invadido, nem abandonado pela analista. Com o tempo, ele começou a pintar com as tintas, misturando todas as cores e pintando a mesa inteira, de modo que o papel sumia, ficava indiferenciado naquela confusão. Uma pergunta da analista instala uma dúvida: onde está o papel? O menino responde que não tem papel. A analista garante que tem, os dois “pescam” o papel destacando-o naquela confusão de tintas e observam a marca em branco deixada pelo papel na mesa. Momento inaugural onde se instaura uma diferenciação eu-outro, com o início da construção de um contorno onde o eu dessa criança pode habitar.

3.3

O impossível de metabolizar

No caso apresentado no tópico anterior podemos ver como os significantes com os quais a mãe compõe o eu antecipado do bebê, ao mesmo tempo que possuem função de ancoragem para o eu em constituição, também podem ser aprisionantes, comportando uma carga de violência que paralisa a criança em uma repetição mortífera, sem poder criar sentidos próprios para si e perceber os efeitos de seu “estar no mundo”.

Na teoria que nos apresenta Piera Aulagnier, pensar e investir caminham juntos: o eu está “condenado” desde seu nascimento a criar sentido para seu corpo, para os objetos de desejo, para a realidade que encontra e que deverá habitar, esses são os suportes de seus investimentos e o protegem do risco de um desinvestimento radical, que poderia fazer desaparecer os objetos e que faria com

que o eu se auto excluísse do campo da representação, já que não pode existir fora do registro do relacional (Hornstein, 1991).

Ao falar da pulsão, Aulagnier se remete ao segundo dualismo pulsional, para pensar a pulsão de vida a partir de sua função de investimento - em si e no mundo - e a pulsão de morte como tendo como função o desinvestimento. Nesse sentido, sua leitura de aproxima muito da de A. Green, que pensa o par de opostos complementares pulsão de vida/ pulsão de morte pelas suas funções objetualizante/ desobjetualizante, o que nos permite entender que não são apenas as relações com o objeto que estão em questão nesse dualismo, e sim a própria capacidade de transformar “estruturas em objeto” (Green, 1988, p.59). A autora francesa coloca que no caso da pulsão de morte, sua meta é o “desejo de não desejo” (Aulagnier, 1979b), logo, o desejado não é a morte, mas esse “antes do desejo”, que é o antes que a experiência de desprazer inaugurasse a percepção da existência de um outro lugar e a dependência do sujeito a ele. Nesse sentido, “o desinvestimento operado por Thanatos produz o apagamento definitivo da relação de objeto” (Hornstein, 1991, p.54, tradução nossa), ou seja, sua meta é a aniquilação da própria capacidade de investir.

Devemos ressaltar, no entanto, que para Green a função desobjetualizante tem um aspecto estruturante, pois opera promovendo a separação, o desinvestimento do objeto primordial para que o sujeito possa investir narcisicamente em si mesmo e, posteriormente, em outros objetos. Assim, é essa pulsão que permite a criação de espaços vazios que possam ser potencialmente investidos, estando as pulsões de vida e de morte – a partir de suas funções objetualizante e desobjetualizante – operando juntas a favor dos processos de simbolização. Aulagnier não confere o mesmo estatuto estruturante dos processos de simbolização à pulsão de morte. Para essa autora, essa pulsão se opõe aos processos de representação, pois “Tudo se passa como se ‘ter que representar’, como corolário de ‘ter que desejar’, perturbasse um sono anterior, um ‘antes ininteligível para nosso pensamento, e no qual tudo era silêncio” (Aulagnier, 1979a, p. 45).

Para Aulagnier, portanto, a ênfase recai sobre o conflito psíquico como constitutivo do futuro do sujeito, que permite em maior o menor grau o predomínio da pulsão de vida e da capacidade do sujeito de investir nos objetos. O papel da mãe é essencial nessa dinâmica, pois é ela que possibilita à criança as condições de satisfação pulsional, no início da vida, de maneira que ela acredite que pode produzir os seus objetos de satisfação e não está condenada a se expor à experiência mortífera da dor psíquica (Birman, 1989).

Aulagnier destaca não apenas a importância da antecipação materna frente às possíveis demandas do bebê, mas também a importância da mãe funcionar como intérprete, possibilitando a oferta dos objetos de satisfação para ele que impeçam os efeitos mortíferos do sofrimento psíquico. Para que isso ocorra é necessário que a mãe seja sensível às demandas do bebê, o que só pode ocorrer se ela domina, em seu psiquismo, a “decepção” que o bebê inevitavelmente provocará nas suas expectativas. Portanto, tal como coloca Birman, “a possibilidade de a figura materna ser sensível às demandas do infante tem como contrapartida o seu poder de suportar as possíveis decepções que o infante lhe provoca” (Birman, 1989, p. 135).

Nesse sentido, a função de para-excitação materna anunciada por Freud em Além do princípio do prazer é entendida por Aulagnier como função de para-desinvestimento. É essa função a responsável por evitar que o eu em constituição se submeta ao desinvestimento provocado por Thanatos (Aulagnier, 1979a).

Nesse contexto, podemos entender que uma relação primária em que o corpo da criança não pode ser investido pela mãe, onde ela não pode oferecer os objetos de satisfação necessários para garantir o “prazer mínimo” para garantir o predomínio da pulsão de vida e da capacidade do sujeito de investir nos objetos opera, ao contrário, o predomínio de Thanatos e seu coextensivo desejo de auto-aniquilação. Essa incapacidade materna é lida por Aulagnier como derivada da impossibilidade da figura materna de dominar suas decepções de ordem narcísica, o que não lhe permite manter a abertura necessária para ancorar seu desejo no bebê enquanto um sujeito, separado de sua psique.

Do lado da mãe, portanto, o que opera é a destrutividade que impede a configuração da sombra falada, que é uma configuração que se refere aos enunciados que testemunham o desejo materno pela criança. O termo é usado por Aulagnier para se referir aos significantes herdeiros da história edipiana da mãe, que marcam sua relação com o corpo do bebê, ou seja, com a forma como ela cuida desse corpo, lê suas manifestações, ignorando o componente sexual inerente a esses cuidados. A autora coloca que “tudo o que, no discurso materno fala a linguagem da libido e do amor, é dedicado à sombra” (idem, p.113) assim, a sombra compõe o que, “do objeto impossível e interditado desse desejo, pode transformar-se em dizível e lícito”. Assim, a sombra é efeito do recalcado, e resulta na constituição de uma imagem identificatória “que antecipa o que será enunciado pela voz desse corpo, ainda ausente” (idem, p.113).

Tal como colocamos anteriormente ao falar de antecipação materna, devemos entender que as significações são sempre violentas, pois têm caráter de exterioridade, e sobretudo por que são marcadas pelo recalcado materno. No entanto, em alguns casos a violência ultrapassa o limite do necessário, e o caráter de exterioridade desses significantes se impõe, paralisando a criança que não pode metabolizar essa vivência destrutiva. O que marca os enunciados, no caso da violência excessiva é que eles remetem a um não-recalcado na mãe, a uma “falha” na sombra, pois, tal como aponta a autora “a consequência essencial da ação antecipadora do discurso da mãe é seu efeito pré-formativo e indutor do que deverá ser reprimido.” (idem, p.121). Assim, os enunciados maternos, ao invés de servirem de imagem identificatória no qual o eu pode se ancorar para estruturar seus limites, acabam por aprisioná-lo na não significação.

O conceito de sombra falada nos remete a formulação laplancheana sobre os significantes enigmáticos, sobretudo se temos como referência o conceito de implantação e sua vertente violenta, a intromissão. Nos deteremos sobre essa ideia, pois nos parece valiosa para a análise que propomos aqui sobre a violência materna. Como colocamos no primeiro capítulo, a partir da teoria da sedução generalizada, Laplanche indica que o psiquismo infantil se coloca em movimento a partir do confronto entre os significantes enigmáticos propostos pelo adulto à

criança e sua tentativa de traduzir tais mensagens, que por se referirem ao inconsciente e ao sexual, ultrapassam sua capacidade de compreensão. Vale ressaltar, que esses significantes são enigmáticos também para o adulto, pois dizem respeito ao seu recalcado. O mecanismo da implantação refere-se justamente a esse encontro, quando os significantes enigmáticos, vindos do adulto e recebidos passivamente pela criança, se fixam na pele psicofisiológica do bebê, que ainda não possui a instância inconsciente diferenciada, e dão início ao processo de metabolização/recalcamento (Laplanche, 1997).

A intromissão seria a variante violenta da implantação, que seria a introdução, na psique do bebê, de elementos rebeldes, não metabolizáveis, estagnados e com caráter imperativo. Cardoso (2002) chama atenção para a importância de entendermos que o termo intromissão remete para o movimento proveniente do outro que *poderá* produzir no bebê um fracasso em traduzir. Há uma potencialidade, não uma fatalidade de destino. A noção de a posteriori é fundamental, pois, só a partir do recalcamento é que pode-se dizer que essas mensagens permanecerão intraduzíveis, não tendo acesso ao esquema da tradução simbolizante, mantendo-se bloqueadas na posição de enclaves (Cardoso, 2002, p. 107).

A violência operante no processo de intromissão que resulta na formação de enclaves é efeito não apenas do caráter da mensagem - vinda do outro -, mas também das condições em que é implantada e da capacidade de ligação egóica daquele que a recebe. Ao pensar sobre o “caráter da mensagem”, no entanto, Cardoso (2002) chama atenção que não se deve remeter ao seu conteúdo moral, (que só seria introduzido a posteriori com o recalcamento secundário) mas sim, na posição singular dessa mensagem no inconsciente do adulto. Coloca ela:

A intromissão de mensagens, variante violenta da implantação, implica para o indivíduo um fracasso em traduzir. Um dos fatores em jogo deve ser buscado no caráter particular de determinadas mensagens. Isso poderia dever-se especialmente ao fato de que estas já se apresentariam como não metalizáveis no próprio outro -enclaves no adulto. Essas mensagens, não podendo ser traduzidas ou recalcadas, fazem com que ante elas o eu não possa utilizar se não um “modo de tratamento” muito elementar. (idem, p.113)

Bloqueadas no adulto, por remeterem a uma ativação da passividade na sua constituição subjetiva, essas mensagens seriam transferidas na relação com a criança com toda sua potência paralisante. Nesse sentido, elas seriam ‘mensagens vereditos’, fechadas, cristalizadas no próprio remetente, que veiculam uma forma de sentença “à qual o indivíduo pode ser defrontado, que pode ser condenado a repetir, sem no entanto poder torná-la sua, dela se apropriar” (idem, p.115).

Em outro trabalho (2019) Cardoso nos lembra que essas mensagens correspondem a um primeiro “depósito de traços” do outro, constituindo impressões, que não se integram ao circuito tradutivo, e por isso mantêm-se como índices de percepção que tendem a reaparecer na vida psíquica de maneira quase imutável. Assim, a repetição compulsiva parece ser uma tentativa de dominar esse “corpo estranho” que se presentifica na psique, mas se mantém como um “fora do mundo interno” (idem, p.92).

Se nos voltarmos por um momento para o caso clínico que apresentamos acima, vemos operante esse ‘veredicto’ materno. Frente a impossibilidade de se apropriar da mensagem destrutiva veiculada pela mãe, que só podia investir no filho a partir da violência, a criança repete a violência em ato, sem no entanto, fazê-lo em nome próprio. Não é de agressividade que se trata nesse caso, que suporia uma separação do outro e algum índice de apropriação subjetiva, mas de uma repetição mortífera de um veredito inconsciente materno que se atualiza, em ato, naquela criança.

Cardoso se baseia nessa noção de intromissão para pensar a formação do supereu, considerando que o seu núcleo seria constituído pelo conjunto desses enclaves, que estarão, portanto presentes em qualquer configuração psíquica. O que diferenciaria, portanto, um quadro psicopatológico, seria não a presença dos enclaves, já que o supereu é instância operante em todos os sujeitos, mas sim a maior ou menor predominância do princípio de ligação/desligamento⁷ - funções das pulsões sexuais de vida e de morte - em ação na psique, que seria diretamente

7 Lembramos que para Laplanche o psiquismo humano opera entre dois modos de funcionamento: um modo mais arcaico em que representações-coisa desligadas e não-coordenadas manifestam-se pela força da pulsão sexual de morte, e outro mais complexo em que as representações podem ser ligadas numa síntese tradutiva conduzida pela pulsão sexual de vida.

proporcional a força que o supereu irá assumir. Nesse caso, há uma questão econômica em pauta: “é a medida da quantidade do trauma” nos diz Cardoso (idem, p.109), citando Laplanche.

Mas a medida só pode ser buscada na relação, já que é entre o poder de ataque das mensagens, por um lado e as condições de ligação do eu, por outro, que pode residir o x que representa o excesso traumático, paralisante. Por outro lado, sabemos que as condições de ligação do eu, são frutos da “eficácia de suas fronteiras” (idem, p.126). E não esqueçamos que quando falamos em fronteiras falamos no que se estabelece entre o sujeito e seus outros primordiais, sendo o principal representante, no início da vida, o outro materno.

O que Laplanche chamará de capacidade de ligação do eu, Aulagnier pensará como capacidade do eu de investir, em si e nos objetos. Nesse sentido, para essa autora, o excesso de violência, no que diz respeito ao originário, é o que levaria nesse primeiro momento ao domínio de Thanatos, marca do excesso “excesso de sofrimento que traduz o excesso de trabalho psíquico” (AULAGNIER, 1979b, p.134), que mais tarde, com a configuração do eu enquanto instância psíquica, pode levar às “perturbações encontradas na economia libidinal do eu”. A manifestação dessa “perturbação” é o desinvestimento radical, que comporta “um buraco, um nada nesse conjunto de objetos que constitui o capital representativo do sujeito” (idem, p.287/288) Vemos assim, o quão destrutivo pode ser esse excesso de violência.

3.4

Violência e alienação do pensamento.

No que diz respeito à violência, a dimensão do excesso nas relações primárias só pode ser suposta à posteriori, e as condições clínicas que se apresentam nos dão notícias dos seus efeitos, que nos reportam com frequência à ideia de uma “estranheidade agindo no psiquismo” (Cardoso, 2002, p.108). Laplanche nos fala de significantes impossíveis de ingressar no circuito metabolização/recalcamento, pois têm a característica de se remeterem a um

enclave nos adultos. Aulagnier nos fala de enunciados que violentam o infans por remeterem também a um não recalcado materno.

Pensar e investir são as funções e condições de existência do eu, segundo Aulagnier. São essas funções, portanto, aquelas que se encontram comprometidas nos quadros de patologias psíquicas, indicando que a problemática da constituição dos limites é o que está em jogo na construção da capacidade de representação. Tal como esperamos ter podido mostrar, nessa constituição opera uma sutil diferença entre a violência necessária e excessiva, no que diz respeito às primeiras relações, sobretudo na relação com o objeto primário. Nessa linha tênue a autora propõe pensar no conjunto das condições necessárias para que a vida psíquica se desenvolva e que possa preservar um certo limite de autonomia sem o qual não pode existir a não ser em estado de dependência (Aulagnier, 1979a).

Esta “certa autonomia”, no que diz respeito à vida psíquica, se refere a *atividade de pensar*. Nesse sentido, existiria, segundo a autora, um limite abaixo do qual o eu se vê impossibilitado de adquirir no registro da significação, o grau de autonomia indispensável, para que se aproprie da atividade de pensar, ou ao menos de pensar seus próprios pensamentos. Tal como coloca Aulagnier, essa expropriação do pensamento:

(...) se manifesta de maneira evidente na vivência psicótica, mas pode existir de forma velada, sem adotar a forma de uma psicose manifesta, escapando à percepção do espectador. Neste caso, a expropriação sofrida pelo eu será igualmente grave e ele só parece funcionar normalmente quando no exterior existe *realmente* um Outro real, que lhe sirva de prótese e fundamento. (iden, p. 37-38, grifo da autora)

O fato de o “poder falar” no desenvolvimento do sujeito não ser acompanhado de um “poder pensar” é o que remete ao domínio, inerente à violência secundária. Nesse sentido, a função de prótese, que no início da vida é imputada à subjetividade materna, ao invés de oferecer uma base estruturante, na qual o sujeito possa ancorar a sua própria capacidade de pensar, opera o contrário, ou seja, despoja a criança de todo direito autônomo de ser, “interditando-lhe o direito a um pensar autônomo” (iden, p.125).

Aulagnier vê na atividade de pensar um suporte narcísico essencial na relação mãe/bebê, “a ‘bela inteligência’ torna-se o último fruto esperado desse corpo cuidado, alimentado, acalentado, educado, na esperança de que ele ofereça à atividade de pensar o seu suporte premium.” (idem, p.123). Por outro lado, pelo nível de investimento, essa é também uma das atividades onde está presente a ambivalência materna em sua face mais explícita, manifestando o risco do excesso. Essa ambivalência reside no fato de que, se por um lado a manifestação da atividade de pensar é esperada pela mãe, por outro, essa atividade é “a primeira cujas produções podem permanecer desconhecidas para a mãe e, também, [é] a atividade graças a qual a criança pode descobrir as mentiras maternas e compreender o que a mãe não gostaria que ela soubesse” (idem, ibidem) o pensamento marca, assim, a diferença fundamental das duas psiques, é o primeiro “instrumento de autonomia” da criança.

Vemos, nesse sentido, que para Aulagnier o segredo funciona como condição para um pensar autônomo. Em “O direito ao segredo: Condição para poder pensar” (1990) a autora irá defender essa hipótese que aparece já em sua obra de 1979, de que o segredo é, não só uma condição vital para o funcionamento do eu, mas também uma conquista fundamental, ao passo que o direito de manter os próprios pensamentos secretos e protegidos do olhar do outro é uma vitória que opõe a necessidade de autonomia da criança ao desejo materno de um cuidado intensivo, que corre o risco de se tornar invasivo. Assim, ele representa a possibilidade de a criança abrigar-se da onipotência da mãe que, se necessária no início da vida para significar os estados pulsionais infantis, corre sempre o risco de tornar-se aprisionante e acabar por impedir a instalação da diferença entre o eu e o outro (Reznik e Salem, 2010).

Em “Sobre as teorias sexuais das crianças” Freud (1908) nos fala sobre a importância, para a criança, da descoberta de que muitas de suas perguntas sobre as questões da origem permanecem sem respostas por gerarem silêncio ou falas mentirosas por parte de seus pais. A certeza inicial própria às teorias sexuais infantis passam então, a ser alvo de dúvidas, o que é responsável pela remodelação de seu conjunto de percepções, o que altera o valor simbólico que

assume para seu narcisismo. Segundo Aulagnier, é justamente a perspectiva de que os pais estejam ocultando peças do quebra-cabeça de sua própria origem e história, que gera na criança a possibilidade de manter em segredo seus pensamentos derivados de suas investigações posteriores. Assim, é a desilusão derivada da percepção da mentira dos pais que permite o desenvolvimento da capacidade de deliberar sobre os pensamentos que deseja ou não comunicar. Como coloca Aulagnier, “se descobrir capaz de mentir, descobrir que o Outro pode crer num enunciado mentiroso, representa o primeiro e mais decisivo golpe na crença da criança acerca da onipotência parental” (1990, p.149).

Kristeva (2005) chama atenção para outro aspecto dessa dinâmica que constitui a evolução da relação da mãe com a criança, que é a emergência da criatividade e da possibilidade de a criança internalizar o objeto. Nesse sentido, a mãe que sabe retirar-se e que permite que a criança efetue uma espécie de “matricídio simbólico”, é aquela que também cede lugar para a criança tenha o prazer de pensá-la, de recriá-la em sua própria subjetividade.

A atividade de pensar é o que inaugura a possibilidade, para a criança, de formar um espaço psíquico no eu cujo acesso ao outro pode ser negado, sem que isso sem que isso seja um risco para a sua vida, pois, como coloca a autora:

A criança não pode, a não ser ao preço de sua própria vida, recusar-se a comer, dormir e defecar por muito tempo: mas ela pode tentar preservar um espaço solitário e autônomo, onde ela possa pensar o que a mãe não sabe ou não gostaria que ela pensasse. (Aulagnier, 1979b, p.124)

Além disso, essa atividade tem a particularidade de fazer com que a mãe venha compulsoriamente a aceitar que não domina a totalidade das atividades de seu filho, o que a confronta com a necessidade de deixar a criança experimentar o prazer e o jogo solitário do pensamento e do poder de criá-los. O segredo, assim compreendido, inaugura uma primeira experiência de privacidade da criança. “Pensar secretamente é, nesse sentido, a afirmação de um ato de liberdade” (Reznik e Salem, 2010, p. 97).

Para que isso se construa, no entanto, é necessário que a mãe sustente esse movimento de separação, com todo o ‘risco’ que comporta, na sua relação com a

criança, a percepção de suas falhas, a quebra da ilusão de sua onipotência. A percepção das falhas do objeto, a destituição de sua onipotência, no entanto, não é trabalho que a criança pode fazer sozinha, é necessário que a mãe possa suportar esse movimento, caso contrário, o que presenciamos é que na violência operada pelo discurso materno um desejo de não-mudança, desejo de manter o *status quo* desta primeira relação, que no caso da atividade de pensar significa:

fazer com que essa atividade de pensar, presente ou futura, seja adequada a um modelo preestabelecido e imposto pela mãe: esta atividade, na qual o segredo deveria permanecer possível, torna-se-á uma atividade submissa a um poder-saber materno, só podendo abrigar os pensamentos que o saber materno decreta lícitos. (Aulagnier, 1979a,p.125)

Assim, o que estaria presente seria a impossibilidade da mãe em aceitar qualquer questionamento em seus enunciados, pois a mudança será vivida como “a destruição do presente e de todo o futuro”(idem, p.126). A criança não pode ser autônoma pois continua a ser mantida em uma relação de dependência com a “prótese materna”, que continua ser detentora de todos os enunciados que localizam seu desejo.

Essa impossibilidade de a mãe vivenciar a mínima distância entre seu espaço psíquico e o do bebê se originaria, na leitura de Aulagnier, do fracasso do recalque no discurso materno, tendo como referência a relação da mãe com a própria mãe. Anzieu-Premmereur (2011) também nos lembra a importância dessa “linhagem materna”, no sentido em que os desejos matricidas incestuosos da infância da mãe configuram uma dificuldade no caminho da elaboração da separação com o seu próprio bebê. Assim, coloca ela: “A mãe da mãe está sempre presente, em último plano.” (Anzieu-Premmereur, 2011, p.34).

Para Aulagnier, o eu da mãe não teria tido sucesso em recalcar uma significação primária de sua relação com o objeto, o que não a permitiria alcançar o caráter simbólico da função, e assim, a significação “ser mãe” não pode se separar do ocupante singular dessa função. A imagem que atribui ao desejo de sua mãe ganha caráter universal, ser mãe significa ser *essa* mãe.

Assim, haveria na mãe a marca de um luto impossível em suas relação primária, que seria responsável pela configuração de um desejo de maternidade

que se resume à tentativa de revivência de uma posição narcísica que foi perdida, mas nunca desinvestida, permanecendo como enclave. O desejo de maternidade dessa mulher, portanto, comporta a fantasia de reviver, em posição invertida, a relação vivida com sua própria mãe, e busca reencontrar o prazer que seu próprio nascimento, supostamente, ofereceu a sua mãe, o que a permitirá, em última instância, provar a validade da significação da função materna por ela imposta. Assim, não há como permitir que a criança pense seus próprios pensamentos, de maneira autônoma, se “ela não lhe reconhece o direito a um sistema de significações que não seja a simples retomada em eco do sistema materno” (idem, p.192).⁸

A sombra falada não tem, nesse sentido, a possibilidade de funcionar como antecipação do sujeito, mas, como ela não se configura pelo recalque materno, ela despeja na criança significações não metabolizadas, fixas, cristalizadas.

Lá, onde dever-se-ia construir um projeto, lá, onde a noção de futuro deveria permitir ao eu mover-se numa temporalidade ordenada, o retorno-do-mesmo estanca o tempo, em benefício da repetição do idêntico e inverte sua ordem, pois aquele que deve tornar-se descobre que ele é precedido por um passado e um antepassado, os quais lhe impõem o lugar e o tempo aos quais ele deve retornar. (idem, p.193)

A dependência desencadeada por essa lógica relacional não tem um destino definido, mas está na base da estruturação da potencialidade⁹ psicótica, com a formulação do pensamento delirante primário. Esse pensamento ininteligível para o meio, em última instância tenta dar conta de uma antinomia no

8 Andre Green, em sua leitura da obra de Aulagnier, no texto “Rèponses a des questions inconcevable” chama atenção que a questão do trauma para Aulagnier guarda uma concatenação plurigeracional: “não há origem, pois este originário nos remete a outra origem, e daí a outra origem anterior (...)” (p.108, tradução nossa) Nesse sentido, os únicos limites que podemos traçar seriam os limites do discurso, do que é representado ou não na articulação do discurso parental em relação aos seus pais e a história familiar, história, portanto, das origens do sujeito.

9O conceito de potencialidade implica uma posição muito singular de Aulagnier no que diz respeito a psicopatologia, que implica em compreendê-la, para além dos conflitos pulsionais, como conflitos identificatórios. Nesse sentido, a potencialidade “engloba os possíveis do funcionamento do eu e de suas posições identificatórias, uma vez terminada a infância” (Aulagnier, 1989, p.228).

que é violentamente imposto ao sujeito como discurso antecipatório que, caso fosse aceito sem reservas, implicaria a aceitação de uma “história sem sujeito, um discurso que negaria qualquer verdade à experiência sensível” (idem p. 179) e caso fosse recusado levaria o sujeito ao horror da não significação, ou seja, “uma vivência indizível, uma coisa inominável” (idem, ibidem).

Assim, a partir da configuração desse pensamento, que em última instância compõe um ‘saber sobre as origens’, o eu constrói um sistema de significações que o permite manter seu acesso ao campo do pensamento, da ordem causal, criando um sentido onde o discurso do outro o confrontou com um enunciado sem sentido, ou uma ausência de enunciado: o discurso delirante, que é, segundo a autora, sempre uma teoria delirante sobre a origem.

Essa teoria delirante sobre a origem tenta dar sentido à história do sujeito, do mundo que o cerca, do prazer e do desprazer, na tentativa de encontrar uma relação de causalidade que torne sensata a existência do conjunto (Ènriquez, 1999). É através dessa criação que o eu mantém seu acesso ao campo da significação, ainda que essa não seja partilhável com o meio.

O desenvolvimento da potencialidade psicótica e do pensamento delirante primário pode, ou não, terminar na manifestação de uma psicose propriamente dita. Em *Destinos do Prazer* (1979b), no entanto, Aulagnier nos fala de uma segunda possibilidade de desenvolvimento a partir dessas relações assimétricas¹⁰ (relações onde está presente a violência em seu caráter excessivo), configuração esta que nos interessa particularmente, pois configura uma relação onde está presente de maneira mais acentuada possível a dominação: o estado de alienação do eu presente na relação de alienação.

¹⁰Para Aulagnier, quando falamos de relações amorosas, estamos no campo das relações simétricas: relação entre dois sujeitos em que ambos possuem representações ideativas, que tanto garantem o suporte libidinal na ausência do outro real, quanto a estabilidade do investimento nos momentos de conflito. No polo oposto estão as relações assimétricas (em que ela inclui a relação da mãe com seu bebê, do psicótico com o outro e as relações passionais e de alienação) na qual a dimensão narcísica está clivada da dimensão sexual, e assim, o objeto é deslocado do registro do desejo para o da necessidade. Nesse sentido, a idealização extrema do objeto o coloca em uma posição de dominação que obstrui às representações ideativas do sujeito (AULAGNIER, 1979b).

A autora entende a alienação como uma terceira via para o conflito identificatório, entre a resposta neurótica e a psicótica. Nesse sentido, o estado de alienação é definido como uma "patologia da idealização e, portanto, da identificação" (Aulagnier, 1979a, p.35). Trata-se de um estado que se configura como tentativa de abolição do conflito intrínseco entre o eu, seus desejos e seus ideais. No entanto, ao alienar o próprio pensamento à ideologia identificatória defendida pelo outro, o sujeito efetua seu esvaziamento e a anulação da possibilidade de construção dos próprios ideais identificatórios, o que acaba por prejudicar de maneira aguda a atividade de pensar.

Assim, segundo Aulagnier, o estado de alienação se define como:

destino do eu e da atividade de pensar que visa a um estado a-conflitual, através da abolição de todas as causas de conflito entre o identifiante e o identificado e, também, entre o eu e seus ideais, o que implica visar à abolição de qualquer conflito entre o eu, seus desejos e os desejos do eu dos outros por ele investidos. (...) eu diria, então, que o estado de alienação representa o extremo limite que pode alcançar o eu na realização deste desejo, sendo o caráter de limite determinado pelo fato de que mais um passo nesta direção implicaria a morte efetiva do pensamento e, portanto, do próprio eu (Aulagnier, 1979b, p.34).

Aulagnier entende a alienação como um estado que só pode ser compreendido dentro de uma relação, pois a reciprocidade está presente entre o eu do alienante e o eu do alienado: alienar é transferir para outrem o domínio sobre si (Violante, 2001). Na relação de alienação o que se aliena, assim, é o pensamento: "um eu alienado transfere para um eu alienante o poder sobre o seu pensamento" (idem, p. 131) O desinvestimento da atividade de pensar e o desejo de morte do pensamento está implícito nas tentativas de abolição do conflito e do sofrimento psíquico, e são problemáticas que se encontram no cerne da "escolha" pela alienação.

Essa configuração encontra apoio no suporte essencial da idealização: idealização por parte do eu alienado acerca da força alienante de um sujeito cujo desejo é alienar. Esse recurso tem origem na necessidade de preservação intacta das magos parentais idealizadas, nas quais o sujeito se ancora até que encontre alguém capaz de servir de suplente para tal imago, e sobre o qual ele irá projetá-la. Nesse sentido, é um dos recursos para obter um certo nível de investimento

narcísico, às custas do outro, que funciona como prótese (função atribuída ao outro materno no início da vida), assim, a valorização de si pode se efetivar por intermédio desse outro maciçamente idealizado. O estado de alienação nos indica a prevalência do registro da necessidade sobre o registro do prazer, na medida em que a intangibilidade desta relação assimétrica estabelecida não pode ser abdicada (Mendes, 2005).

Cardoso (2010) ao trabalhar a passividade radical que ocorre nos estados-limite, também nos chama atenção para esse estado de submissão patológica do eu em que o objeto exerce um domínio efetivo sobre a subjetividade do sujeito. Coloca Cardoso:

Esses sujeitos encontram-se, portanto, passivos, num estado que pode ser considerado como uma paixão mortífera, escravizados, assim, ao domínio do outro ainda que passando ao ato – ato de dominação que pressupõe, paradoxalmente, a cristalização do eu numa situação de radical passividade pulsional. (...) a exacerbação extrema da idealização do objeto, própria à relação passional, remete-nos a uma situação de fascinação no sentido de uma servidão. (Cardoso, 2010, p.22).

Este estado de servidão nos dá notícias sobre a vulnerabilidade narcísica desses sujeitos, que os conduz a um movimento excessivo de exteriorização, consequência da frágil capacidade de interiorização (Cardoso, 2010). Dessa forma, a problemática dos casos-limite nos leva a pensar que esses sujeitos, na tentativa de preencher seu campo psíquico marcado pelo vazio, se lançam em uma espécie de abertura desesperada ao outro. Essa convocação permanente ao objeto visa um enriquecimento egóico, mas acaba por resultar um acentuado empobrecimento subjetivo.

Esse empobrecimento se manifesta nos quadros clínicos que se apresentam atualmente por sua manifestação no corpo. Acreditamos que encontramos, em alguns casos, ancorado nesse corpo que se apresenta pelo sofrimento, a manifestação do vazio inerente a fragilidade psíquica de sujeito cujas relações primeiras são marcadas pela violência excessiva, pela dominação do outro. No próximo capítulo desenvolveremos, a partir de um caso clínico, essa hipótese.

4

Manifestações clínicas da violência.

Nos capítulos anteriores trabalhamos, a partir da leitura de autores como Aulagnier e Laplanche, a ideia de que a violência é inerente ao processo de constituição psíquica, e que ela pode se apresentar em sua dupla face: como estruturante, possibilitando o desenvolvimento da capacidade de representação psíquica, e a desestruturante, que aprisiona o sujeito em uma relação com seus objetos primários onde o que se impõe é a alienação e a dominação. Em seguida nos debruçamos sobre o estudo da violência desestruturante, e pensamos nos efeitos dessa violência para a instauração dos processos de simbolização, enquanto emergentes da relação intersubjetiva entre o sujeito e seus outros primordiais.

Nesse último capítulo nos debruçaremos sobre a clínica, em particular a clínica com crianças, espaço de diferentes transferências, demandando acolhimento de diversas angústias e fantasias: da própria criança analisada, dos pais, da escola. Nessa clínica, devemos estar atentos para a escuta do que é dito e dos não ditos na construção da história daquela criança, história de suas produções, dos efeitos de seu “estar no mundo”, do lugar reservado a ela na família, para então procurarmos juntos pistas sobre como esse sujeito age da posição que lhe foi reservada, ou seja, como foi possível para ele se apropriar desse lugar.

O sujeito é composto e compõe sua história, tanto uma história libidinal quanto identificatória. É composto por ela pois precisa ser antecipado para poder existir, se ancorando num cuidado e em um discurso que o antecede e o compõe, pois precisa fazer dessa história sua, reescrevendo alguns parágrafos, deletando outros, invertendo a ordem de alguns tantos, resultando em uma versão que o sujeito acredita ser cada vez mais definitiva, mas que necessita permanecer móvel para prestar-se ao trabalho de reorganização cada vez que isto se mostrar necessário (Aulagnier, 1989). É nesse sentido que Aulagnier (1979a) entende que o eu para existir precisa antes ser historiado: nasce mergulhado na história

edipiana dos pais e precisa se constituir em sua própria história edipiana através de um longo processo que corre riscos tanto se permanecer rígido demais (imóvel) quanto se não se sustentar.

Nesse processo, vale ressaltar, o que está em jogo é sempre uma pergunta que inaugura a investigação sobre o desejo do outro, que está na origem de sua chegada ao mundo. Tal como nos lembra a bela canção de Paulo Tatit, intitulada “Eu”:

Perguntei pra minha mãe: "Mãe, onde é que ocê nasceu?"
Ela então me respondeu que nasceu em Curitiba
Mas que sua mãe que é minha avó
Era filha de um gaúcho que gostava de churrasco
E andava de bombacha e trabalhava no rancho
E um dia bem cedinho foi caçar atrás do morro
Quando ouviu alguém gritando: "Socorro, socorro!"
Era uma voz de mulher
Então o meu bisavô, um gaúcho destemido
Foi correndo, galopando, imaginando o inimigo
E chegando no ranchinho, já entrou de supetão
Derrubando tudo em volta, com o seu facão na mão
Para o alívio da donzela, que apontava estupefata,
Para o saco de batata, onde havia uma barata
E ele então se apaixonou
E marcaram casamento com churrasco e chimarrão
E tiveram seus três filhos, minha avó e seus irmãos
E eu fico imaginando, fico mesmo intrigado
Se não fosse uma barata ninguém teria gritado
Meu bisavô nada ouviria e seguiria na caçada
eu não teria bisavô, bisavó, avô, avó, pai, mãe, não teria nada
Nem sequer existiria

Perguntei para o meu pai: "Pai, onde é que ocê nasceu?"
Ele então me respondeu que nasceu lá em Recife
Mas seu pai que é o meu avô
Era filho de um baiano que viajava no sertão
E vendia coisas como roupa, panela e sabão
E que um dia foi caçado pelo bando do Lampião
Que achava que ele era da polícia um espião
E se fez a confusão
E amarraram ele num pau pra matar depois do almoço
E ele então desesperado gritava: "Socorro!"
E uma moça apareceu bem no último instante
E gritou pra aquele bando: "Esse rapaz é comerciante!"
E com muita habilidade ela desfez a confusão
E ele então deu-lhe um presente, um vestido de algodão
E ela então se apaixonou
Se aquela moça esperta não tivesse ali passado
Ou se não se apaixonasse por aquele condenado

eu não teria bisavô, nem bisavó, nem avô, nem avó, nem pai pra casar com a
minha mãe
Então eu não contaria essa história familiar
Pois eu nem existiria pra poder cantar
Nem pra tocar violão
(Tatit, 2013)

No entanto, sabemos que há casos em que o vazio de representações não permite nem mesmo que a pergunta seja formulada, pois essa formulação remete ao desejo, e requer um certo nível de separação do objeto que em alguns casos não foi possível de ser efetuada. Nesse sentido, lembramos de Bleichmar (1993) que nos ensina que não só é necessário que se criem espaços internos para que ocorra o pensar, e assim o questionar curioso e criativo, como também há determinadas condições psíquicas sem as quais não é possível ouvir ou ler a transmissão dos outros.

Vale ressaltar no entanto, que as referências identificatórias não se sustentam sozinhas. Como chama atenção Aulagnier (1990), é necessário, para além disso, que o eu se reconheça como habitante de um mesmo e único corpo, sejam quais forem suas modificações. Assim, o processo de historização do eu passa pela historização do corpo, dos eventos responsáveis por suas modificações e permanências.

Já trabalhamos, a ideia de que a violência em sua face excessiva é responsável pela impossibilidade de constituição desses espaços internos onde o sujeito pode pensar e assim compor sua história. Partiremos agora para a clínica para pensar os casos onde o vazio denuncia a impossibilidade de construção de uma narrativa e de uma história que transforme o “inapreensível do tempo físico em tempo humano” (Aulagnier, 1987). Acreditamos que na base dessa impossibilidade repousa o trauma, a violência desestruturante.

4.1

Violência e vazio na clínica com crianças.

Muitas vezes, na clínica com crianças, somos convidados a participar da jornada que leva o sujeito à constituição de sua neurose infantil. Crianças cujo sofrimento apontam para as vicissitudes do Édipo, dos fantasmas que ali se

configuram para elaboração de sua identidade sexual, sendo o desejo e a defesa os dois principais eixos do sintoma que se apresenta (Zornig, 2008c). Essas crianças brincam, e ao brincar nos contam histórias carregadas de terror e desejo, que muitas vezes trazem sofrimento por sua imobilidade (Aulagnier, 1989). Nesse sentido, o analista pode introduzir interrogações que ajudem a colocar novamente essas histórias em movimento.

Bleichmar (1993) propõe uma diferenciação entre duas categorias na clínica com crianças: de um lado, uma clínica posterior aos processos de recalçamento, em que o sintoma tem valor de mensagem enquanto resultante do conflito entre desejo e defesa. De outro, uma clínica da primeira infância, cujas problemáticas remetem a questões anteriores aos processos de recalçamento, ao campo do interpessoal e do intersubjetivo.

Zornig (2013) reconhece o valor dessa suposição de Bleichmar, e propõe uma ampliação dessa leitura, entendendo que a abordagem clínica que valoriza às dinâmicas das primeiras relações não se restringe à clínica da primeira infância. Considerando que a temporalidade cronológica não esgota a validade de uma abordagem clínica que tenha como paradigma a relação entre a intersubjetividade e a dimensão intrapsíquica, a autora entende que “ressaltar a dimensão intersubjetiva na constituição do psiquismo significa priorizar a função qualitativa do objeto em sua dimensão de presença” (Zornig, 2013, p. 257), presença essa que inaugura a possibilidade da representação da ausência. Essa dimensão, que aponta para a questão das fronteiras entre o eu e o outro, constitui um paradigma clínico importante, inclusive, na clínica com adultos.

Essa leitura nos parece valiosa, ao passo que observamos atualmente o aumento da procura de análise para crianças de diferentes idades que apresentam formas de sofrimento que não se remetem ao recalcado, mas a registros muito mais arcaicos. Nesses quadros o que se coloca em questão não é a elaboração da identidade sexual, ou a resolução edípica como horizonte de análise, mas sim uma demanda de “sustentação do ser” (Rabello, 2015). São casos onde o corpo manifesta um sofrimento para além de qualquer significação, com sintomas

psicossomáticos, manifestação do excesso (hiperatividade), ou do vazio (desatenção, apatia, abulia).

A clínica em questão nos remete à teorização sobre os limites, sobre as fronteiras entre o sujeito e seus objetos primordiais. O que encontramos nesses casos, tal como aponta Cardoso (2005; 2007) é a suplantação da interioridade por uma tendência à exteriorização, que anuncia a precariedade das capacidades de representação e de estruturação do recalque. Notamos, assim, que a incidência de patologias que implicam uma convocação no registro do corpo são acompanhadas frequentemente da manifestação de um vazio psíquico (Green, 1980) que nos reporta a ideia de que foram enfrentadas dificuldades na dinâmica que envolveu a instauração dos processos de simbolização.

Dentre os autores que pensam a categoria de vazio na clínica, destacamos André Green, que a partir dos desenvolvimentos teóricos sobre o negativo nos permite pensar como as questões acerca da falta ou do excesso do objeto no início da vida produzem “buracos” no psiquismo. Esses configuram no sujeito modalidades de angústia que não se apresentam como angústia de castração, mas sim, relacionadas à aniquilação. Esse tipo de angústia se manifesta pela dualidade, sempre presente nesses quadros, de uma subjetividade que vive o horror do risco de intrusão (excesso), tanto quanto do abandono (falta) do objeto.

A ideia de vazio, no que se refere à manifestação clínica, comporta uma significação tanto da dificuldade que esses pacientes enfrentam na construção de investimentos significativos, quanto do prejuízo de sua capacidade de simbolização (Garcia, 2012), pois a dupla ameaça de intrusão e de abandono impede a constituição da “ausência necessária” (Green, 1982) para por em marcha esses processos. “Para dizer sim a si mesmo é preciso dizer não ao objeto” nos diz Green (1986a, p.375), apontando que é no âmbito de um *não* fundamental na relação do sujeito com o objeto primário que os limites psíquicos se constituem.

Green chama de *trabalho do negativo* o conjunto de operações envolvidas na constituição de uma ausência latente, ou seja, algo que permanece potencialmente existente, ainda que não esteja mais no campo da percepção. Dessa forma, relaciona diretamente a constituição dos processos de simbolização à possibilidade de construção de um espaço psíquico pessoal, que se instaura a

partir de uma ausência na psique. Esse processo dependeria da constituição de um *duplo limite*, que diz respeito tanto ao limite eu/não eu, quanto aos limites intra psíquicos (Green, 1982).

As patologias que nos remetem ao vazio - que encontramos em Green como núcleo da "série branca" - nos dão a mostra da impossibilidade de se constituir esse *não* fundamental, ao passo que a qualidade da presença do objeto não pôde apresentar condições satisfatórias que permitissem seu posterior apagamento. Nesses casos estamos no campo dos traumatismos primários, do "desinvestimento, do luto impossível, da depressão invisível, do irrepresentável e da alucinação negativa" (Urribarri, 2012 p. 147). Esses traumatismos provocam na psique nascente clivagens e idealizações que tem a particularidade de manter o objeto cristalizado, ou seja, dele o sujeito não pode se separar.

Assim, submetido às vicissitudes do objeto, do qual não pode prescindir, o eu desenvolve defesas severas. Em Green, nos casos de patologias dos limites, essas defesas envolvem o retraimento e a identificação narcísica, que apontam para a impossibilidade do luto pelo objeto, que, por ser impossível, é substituído por "manifestações de um narcisismo negativo desobjetalisante regido pela busca do grau zero de tensão que promete, quem sabe, finalmente, a libertação da dependência ao objeto" (Garcia, 2012, p. 24).

O texto em que Green sistematiza seu pensamento sobre as situações traumáticas primitivas é o "A mãe morta" (1980), em que descreve um quadro patológico marcado pelo vazio: pacientes que não apresentam sintomas depressivos evidentes, mas prejuízos severos em sua capacidade de investir nos objetos, uma acentuada sexualidade autoerótica, grande pobreza fantasmática e dissociação entre soma e psique. Green, a partir do quadro transferencial que se estabelece, marcado por uma espécie de "depressão de transferência", elabora que essas configurações tem como marca fundamental um desinvestimento maciço no início da vida por parte do objeto, decorrente de uma provável depressão materna, que provoca no sujeito um traumatismo narcísico violento. Esse traumatismo não apenas redundava em um sentimento de perda inexplicável para a criança, mas também afeta sua capacidade de compreensão e atribuição de sentido aos acontecimentos. Assim:

Tudo teria terminado como nas civilizações desaparecidas das quais os historiadores procuram em vão a causa da morte levantando a hipótese de um

abalo sísmico que teria destruído o palácio, o templo, as edificações e as habitações, das quais só restam ruínas. (Green, 1980, p. 248)

O desinvestimento materno impossibilita que o bebê possa se identificar com qualquer coisa que não seja a mãe morta: “uma identificação mimética, no modelo canibalístico, o que resulta num estado de alienação e aprisionamento na identificação primária com um morto vivo” (Garcia, 2010, p. 26). Na análise clínica que propõe, Green (1980) percebe nos sujeitos que se apresentam com essa problemática, a criação de um “núcleo frio” que transparece em primeiro plano a partir de exigências tirânicas do ideal do eu, acompanhadas por injunções superegógicas violentas.

A nossa questão recai sobre a problemática da identificação que esses quadros colocam, pois aí reside a manifestação da violência excessiva que impede o sujeito de construir sua história.

Aulagnier (1979b, 1989) também nos fala do efeito devastador decorrente de uma identificação primária com um objeto vazio, ou seja, com um objeto que não investe de maneira suficiente sua libido na criança. Para ela, no entanto, o efeito mortífero dessa depressão materna não consiste apenas no desinvestimento, mas no fato de que a mãe passa a projetar naquela criança a imagem do objeto perdido, o qual ela não consegue fazer o luto. Assim, qualquer manifestação de singularidade da criança evoca a diferença da imagem do objeto que não está ali “imagem fiel às ilusões narcísicas da mãe e imagem mais chegada de um eu ideal” (Aulagnier, 1989 p. 39), o que provoca o desinvestimento materno.

Tal como colocamos anteriormente (Capítulo 2), Aulagnier ressalta a importância para o bebê de que o eu antecipado materno tenha a flexibilidade necessária para se modificar frente às expressões de singularidade da criança. Essa singularidade, no que diz respeito à primeira infância, se manifesta pelo corpo, um corpo vivo que oferece a mãe materiais sinalizadores que permitem, por um lado a *ancoragem* do representante materno (criança imaginada) e o *afastamento* “que diferencia e também religa”, produzindo o efeito singular do encontro. No caso da depressão materna, essa mobilidade inexistente, provocando uma falha na ancoragem do representante psíquico materno na realidade do corpo do bebê. Esse “traumatismo do encontro” é devastador para a criança, que vê-se “mutilada do representante psíquico que deveria tê-la acolhido” (idem, p. 41).

Aulagnier coloca que “não há corpo sem sombra, como não há corpo psíquico sem esta história que é a sombra falada dele. (...) em todos os casos sombra indispensável, pois sua perda implicaria na da vida, sob todas as suas formas.” O conceito de sombra falada, que, como vimos anteriormente, remete aos enunciados que testemunham o desejo materno pela criança, engloba a noção de corpo fantasmado, imaginado pela mãe. No caso da depressão materna há um desinvestimento massivo desse corpo, e a mãe expropria o filho de tudo que possa designá-lo como um existente singular e esse não desejo de um desejo se exprimirá no registro do eu como uma desconexão temporal e causal que impossibilita a instauração de uma história, de uma narrativa contínua.

Assim, o sujeito não consegue reconhecer em seu corpo o conjunto de sinais e inscrições corporais que poderiam prestar-se a função de referências temporais e relacionais para a composição de sua “biografia”. Não podendo ser simbolizado, o sofrimento do corpo se presentifica sem que o sujeito possa ligá-lo a um “dizível”.

4.2

Corpo e violência: nos limites da história

O corpo do qual nos fala a psicanálise é atravessado pela pulsão, assim, embora seja vinculado ao biológico dele se diferencia pela articulação com a linguagem. O pulsional na obra freudiana é por excelência “a expressão de uma corporeidade jamais inteiramente recoberta pela representação” (Fortes, Winograd, Perelson, 2018, p.281). Em “Além do princípio do prazer” Freud nos apresenta a possibilidade de pensarmos o pulsional excessivo, desligado, cuja descarga opera a partir do corpo e em direção à esse corpo. Assim, se por um lado o eu é entendido como um eu sobretudo corporal, ou seja, habitante de um corpo historiado, representado e que comporta grande carga associativa, por outro, o corpo é um “outro” em relação ao eu, levando em conta que a força pulsional excessiva constitui uma exterioridade em relação ao espaço egóico (Cardoso, 2010).

Apontamos anteriormente em nosso estudo a importância de pensarmos o papel do outro no processo de constituição dos processos de simbolização. Nesse sentido, simbolizar passa primeiramente pela possibilidade de representação da ausência materna, que só pode ser alcançada a partir de uma presença qualitativa do objeto, que permite a criança viver a ausência materna sem sofrer uma angústia de aniquilação (Zornig, 2015). Esse processo está na origem da possibilidade da apropriação e do reconhecimento do corpo, corpo que será historiado, falado e representado pelo eu (Aulagnier, 1989).

A composição dessa história somática tem origem na relação do *corpo* do bebê com o *corpo* materno. O componente sensorial na constituição do psiquismo tem ocupado um lugar cada vez mais importante para a psicanálise. Zornig (2015) considera que, antes de apreender o conteúdo verbal e o sentido da narrativa, o bebê institui uma relação com o mundo através de elementos sensoriais atravessados pelo afeto: o ritmo, a musicalidade da voz materna, o toque etc. Assim, o bebê “interage e entra em sintonia afetiva com seus adultos fundamentais através da comunicação analógica, não verbal, que é baseada na forma, na musicalidade e no ritmo da comunicação” (Zornig, 2015, p.3).

Lembramos também da concepção de Daniel Stern (1992), acerca dos “afetos de vitalidade”. Para esse autor, o bebê inicia sua vida psíquica através de experiências que são do domínio das intensidades e não da qualidade formal do afeto. Essas intensidades permitem ao bebê sentir antes de poder compreender intelectualmente, figurando em seu corpo a história da relação com seus objetos primordiais. A importância fundamental dessas vivências não integradas, para esse autor, é que elas compõem, uma vez que são unificadas, o “envelope proto-narrativo” que seria uma inscrição que integra as diversas vivências sensoriais e que possui uma estrutura próxima a narratividade. Tal como aponta Zornig (2008b), apesar de não considerar o envelope proto-narrativo como uma representação estrito senso, ele permitiria ao bebê “experimentar a potência de um afeto antes de compreender seu conteúdo” (p.330).

Aulagnier (1989) destaca a importância da emoção nos cuidados maternos com o corpo do bebê. Ela coloca que essa relação é dialética, pois “as

manifestações da vida somática do infans emocionarão a mãe, as manifestações desta emoção modificarão este meio ambiente ao qual reage o infans e desta feita os efeitos do mundo sobre sua vida psicossomática” (Aulagnier, 1989, p.32). Assim, a primeira representação que a mãe forja do corpo da criança comporta o prazer e a emoção de sua relação com ela, que permitirá que ela transforme a necessidade em demanda de amor, de prazer, de presença, permitindo uma tentativa de “leitura” das expressões de prazer e sofrimento que expressa o corpo do bebê.

Sabemos, no entanto, que há casos em que no lugar dessa tentativa de leitura, há o desencontro, o vazio de investimento. Nessa perspectiva, tal como apontamos anteriormente, Aulagnier (1979a) fala da violência desestruturante como uma forma muito particular de vivência traumática, pois, vivenciada em um período primordial da constituição psíquica, ela diz respeito ao registro do originário, que não comporta nenhum signo de relação. Por isso o corpo tem um lugar privilegiado, já que responde pela primeira forma de inscrição. Assim, essas representações de sofrimento tem expressões performativas, de uma “corporeização figurativa” (Aulagnier, 1989, p.28), que se apresenta:

Cada vez que a nossa relação com o mundo se furta a toda apreensão dentro de um fantasma ou de um pensamento, à falta de ter podido preservar o investimento, a pelo menos um dos seus ocupantes (...) a vida do mundo e o mundo não são mais representáveis a não ser através dos ‘efeitos somáticos’ que acompanham a angústia de um encontro com a cena vazia (idem, ibidem)

O encontro com a “cena vazia”, portanto, é a impossibilidade de representar ideativamente ou mesmo fantasmaticamente o vivido, convocando o registro do corpo para dar conta de um excesso que ameaça o sujeito.

Isso que Aulagnier chama de representação pictográfica, e que para outros autores se localiza em um “fora da representação”, nos dá notícias de uma “narrativa impossível, mas absolutamente necessária” (Maldonato e Cardoso, 2009, p.46). Impossível, pois se localiza fora da temporalidade que permitiria um encadeamento causal, histórico.

André Green (1967) ao tratar a questão da história em psicanálise, entende que os fenômenos clínicos com os quais nos deparamos na forma de somatizações

e despersonalizações se referem a uma “memória amnésica” que identifica como fenômenos:

frequente caracterizados por sua qualidade alucinatória separada da figurabilidade e da representação. Aqui a prioridade corresponde à expressão máxima de um sentido mínimo e o recurso figurativo se sacrifica em nome de uma função que se aproxima mais ao signo do que ao significante. Graças a essa atribuição de sentido nos limites do sentido, se mantém o mínimo de circulação intrapsíquica. (Green, 1967, p.231-232. Tradução nossa)

Esses fenômenos não possuem finalidade relacional, comunicativa, pois romperam “com o aspecto intersubjetivo da comunicação e com a comunicação intrapsíquica consigo mesmo, são mais ‘para si’ do que ‘para o outro’”(idem, ibidem). O que está em jogo, assim, é a atualização de um passado que não pode ser esquecido, nem lembrado instalando, assim, um presente contínuo sobre a forma de repetição dolorosa (Maldonato e Cardoso, 2015).

Essas marcas que apontam para o traumático desestruturante no contexto das primeiras relações, se apresentam na transferência de maneira peculiar, nos colocando, enquanto clínicos, frente a necessidade de encararmos novas formas de intervenção, pois a concepção clássica de interpretação não nos auxilia a acessarmos essas constituições, onde encontramos uma tendência à exteriorização em detrimento de uma interiorização, que, como aponta Cardoso (2010) “[a interiorização] suporia a assimilação efetiva de uma alteridade interna - alteridade, nesse caso, de caráter radical.”

Assim, precisamos recorrer ao caminho que Freud nos abre a partir do desenvolvimento de sua segunda teoria pulsional. Como afirma Knobloch (1998) é a partir da emergência do conceito de pulsão de morte que a transferência adquire um caráter de estranheza pela sua apresentação em termos de repetição compulsiva. Assim, a transferência passa a poder ser pensada para além de um veículo para a reconstrução de uma história passada, como palco da repetição de vivências que não se integram à cadeia associativa. A memória é atuada, e não rememorada, se refere a uma “não memória” ou a uma “recusa da memória”, que se difere do esquecimento (Mariz e Zornig, 2011).

Assim, diante da clínica que tem o trauma e a violência excessiva como marca fundamental, devemos direcionar nosso olhar para o corpo, no que ele

expressa do excesso, do transbordamento pulsional, tomando essa expressão pelo seu valor de comunicação. No entanto, tomá-la por seu valor de comunicação não significa tentar traduzi-la verbalmente, mas oferecer um espaço onde o sujeito possa, com o tempo, “tecer costuras simbólicas” (Rabello, 2015, p.72).

Desenvolveremos essa ideia a partir da apresentação de um caso clínico de uma criança que chega para análise sem poder articular nada sobre seu desejo ou sobre seu sofrimento. O vazio em suas ações contrastando com o excesso que seu corpo expressava por meio de um sintoma psicossomático, nos leva a pensar que presenciamos ali o efeito de traumas muito precoces, que impossibilitaram àquela criança sair do registro exclusivo de um corpo que sofre para a configuração de qualquer questão sobre o desejo, seu ou de seus pais.

4.3

Levi, 8 anos

A demanda de análise surge a partir da intervenção do médico, pois a criança apresenta uma alergia de pele insistente e clinicamente importante, da qual não se sabe ao certo a origem, e que não apresenta melhoras com tratamentos farmacológicos. Nas entrevistas iniciais, seus pais se apresentam como pessoas muito sérias e preocupadas com o bem estar físico da criança, no entanto, parecem incomodados com a indicação do médico de que poderia se tratar de uma doença psicossomática, como se isso denunciase algum defeito em relação à sua parentalidade.

Desde a primeira entrevista a analista percebe uma dinâmica entre o casal onde o pai protagoniza a cena, sendo responsável por falar sobre os cuidados médicos com a criança e sobre o percurso feito até então de exames e consultas a diferentes especialistas para tratar da alergia. Com o decorrer das sessões esse protagonismo vai ganhando contornos maiores, pois contam como a espera e nascimento da criança são marcados pelos cuidados desse pai: ele prepara o quarto, o enxoval, prodigaliza os primeiros cuidados com o corpo de Levi - banhos, tratos com o cordão umbilical, troca de fraldas e mamadeiras. A mãe não menciona incômodo algum por isso, parece crer que o marido era realmente mais

competente do que ela para executar esses primeiros cuidados¹¹. Coloca também que quando ele precisou retornar ao trabalho, após o primeiro mês do filho, ela passou a cuidar da criança a partir das suas recomendações, e que ele a observava pelas câmeras instaladas na casa inteira.

A analista percebe desde o início a profunda identificação do pai com o filho. Ambos, pai e filho, são muito parecidos fisicamente, o que se reflete na hipótese paterna que se parecem também na forma como pensam e sentem. Muitas vezes a analista se surpreende com o caráter de certeza afirmado pelo pai sobre um pensamento do filho diante de situações em que nada foi comunicado pelo menino, certeza que parece ter aceitação sem reservas da parte da mãe.

Ambos, pai e mãe são profissionais bem sucedidos, no entanto não elaboram um discurso sobre o filho para além da questão do cuidado médico, corporal. Quando indagados sobre o desempenho da criança na escola colocam que não têm nada para reclamar em relação a Levi, pois era um menino que cumpria todas as regras e deveres escolares sem nunca reclamar ou protestar. Assim, era muito elogiado na escola por seu comportamento.

O contraste entre a maneira que é falado pelos pais e o que se apresenta causa grande impacto na analista, que recebe uma criança abúlica, que não consegue brincar, não entende regras até mesmo dos jogos mais simples, não parece interessada em nada. A alergia de pele, se apresenta em todo o corpo, e é bastante impactante ao olhar, com a presença de algumas feridas.

Levi permaneceu quatro anos em análise, marcados pela lenta construção de um espaço onde uma narrativa começou a ser construída. Esse percurso permitiu que ele caminhasse de um vazio subjetivo para a construção de uma organização espaço/tempo onde podia habitar e finalmente falar *sobre* seu corpo e não *a partir* dele. Dividiremos o caso em três momentos, em que identificamos mudanças de posição dessa criança no que se refere a capacidade de simbolização e os decorrentes movimentos presentes no campo transferencial nesse percurso.

¹¹Essa postura da mãe era contrastante com o que se apresentava ali, uma mulher ativa e vitalizada.

4.3.1

Primeiro tempo: criação de um espaço pessoal

Durante o primeiro ano de análise os encontros com Levi são marcados pelo vazio, pela falta de interesse e de vitalidade por parte da criança, que não explora o ambiente e não se interessa pelos brinquedos nem pela presença da analista. Os materiais oferecidos, como massinha, papel, tintas eram manipulados sem que nada fosse produzido. Jogos simples não eram compreendidos, mas o menino também não se esforçava para fazê-lo. O que se colocava era da ordem da abulia, que em termos psiquiátricos se refere à falta de interesse que se traduz na falta de atividade e na ausência de respostas emocionais (Bleichmar, 1993): Levi não protestava para ir, não parecia se incomodar de estar ali e não em outro lugar. Também não manifestava nenhum prazer ou desejo de estar ali ou engajamento em qualquer atividade.

Muitos meses se passam e parecia que nada acontecia, a analista, angustiada, pensava constantemente que a criança só ia ali pois era um cumpridor de regras, tal como os pais haviam apontado. Assim, momentos antes do horário de Levi, pegava-se imaginando o que poderia oferecer a ele que possibilitasse algum interesse, sem que isso fosse sentido pelo menino como algo invasivo. Isso nunca acontecia, e a analista via-se diante de uma situação impossível: se não oferecia nada sentia que não conseguia fazer seu trabalho, se oferecia objetos à criança, sentia-se invasiva e violenta.

Em determinado momento a analista, ainda desconfortável, decide não mais propor atividades. Primeiramente o menino fica muito desconfortável, não sabe onde sentar, para onde se dirigir na sala, pede para ir embora após pouco tempo de sessão. Com o tempo, no entanto, ele fica mais confortável com o silêncio, deita no divã, fecha os olhos. Um tempo depois passa a fazer pequenas explorações no ambiente: mexe em alguns materiais, como as tesouras, abrindo e fechando, mas sem cortar nada, abre os potes de tinta, de massinha. Ainda que nada fosse produzido, alguma coisa já acontecia. A analista permanece presente e interessada na criança, mas apenas acompanha seus movimentos, permanecendo calada caso o menino não se dirigisse à ela.

Nos detenhamos no movimento transferencial presente nesse primeiro momento da análise de Levi, onde o menino se apresentava pelo vazio e a falta de desejo. Nesse momento, o campo transferencial apresentava-se pela situação paradoxal em que a analista, ao nada oferecer para a criança sentia que nada fazia, e ao oferecer algo sentia-se invasiva.

Ao teorizar sobre o "complexo da mãe morta" Green (1980) nos fala de quadros onde vemos se estabelecer uma "depressão de transferência" no lugar da neurose de transferência presente na análise das neuroses clássicas. Esse quadro remete a um núcleo central depressivo, herdeiro de uma exigência defensiva primitiva, na qual o eu do bebê precisou organizar um precoce desinvestimento do objeto. A particularidade desse desinvestimento é que ele teve de ser realizado "na presença do objeto, ele mesmo absorto em um luto" (idem, p.247).

Segundo o autor, essa perda é encenada na situação de análise através da oscilação constante entre a angústia de invasão e a angústia de separação que estes pacientes demonstram na relação transferencial, no lugar da angústia de castração da qual parecem distanciados (Green, 1979). Essa depressão de transferência central aponta para o que chama de "angústia branca", que se dá em torno das perdas e que se faz representar na análise no sentimento de vazio. Esse vazio se remete à situação originária de um desinvestimento radical pelo objeto primário materno, que deixa no seu rastro "buracos psíquicos", preenchidos por intensa agressividade, resultantes do enfraquecimento dos investimentos eróticos (Green, 1980).

A questão é que essa agressividade não pode ser expressada, pois, devido ao estado depressivo da mãe, a experiência de ódio resultaria num vazio sem resposta, sem o gesto materno vindo a proporcionar algum tipo de troca, algum amparo. Se retomarmos a teoria de Bergeret, podemos lembrar das complicações que esse quadro engendra, pois a impossibilidade materna de conter as fantasias arcaicas e destrutivas do bebê, integrando-as em uma ordem simbólica a partir do reencontro com suas próprias fantasias violentas recalcadas, impede que a criança possa metabolizá-las, integrá-las em uma elaboração sobre a primazia do libidinal. Dessa forma, a violência não integrada, ao invés de funcionar como força de

afirmação da vida, torna-se um constante perigo de transbordamento pulsional que ameaça o sujeito.

Zornig (2019) defende a ideia de que crianças com histórias de vida marcadas pelo trauma em seu aspecto desestruturante, exigem do analista a sustentação de uma posição difícil, mas fundamental, que é a de “brincar de não brincar”. Esse seria um primeiro tempo da análise, onde o analista observa atentamente e permite que o sujeito experimente uma espécie de isolamento primário onde pode brincar com suas sensações antes que possa se engajar, propriamente, em um jogo intersubjetivo. A sustentação dessa posição por parte do analista é fundamental para que a criança possa explorar o ambiente sem se sentir invadida ou abandonada pelo objeto, encontrando nele alguém vivo, interessado em seus movimentos, que ocupa a posição de testemunho, presente também para amortizar, caso necessário, os efeitos disruptivos de sua descarga pulsional (Zornig, 2019).

No caso apresentado, em um primeiro momento a analista não consegue sustentar essa posição de “presença em reserva” (Figueiredo, 2006), e contratransferencialmente se colocava em uma posição de atividade que parecia violenta naquele contexto. Foi preciso que ela abandonasse essa posição, sustentando a angústia que ela provocava, para que a criança pudesse começar a se dirigir ao espaço analítico com alguma curiosidade e interesse, sem que corresse o risco de se assujeitar a um outro dominador (Aulagnier, 1979a).

Poder sustentar um espaço psíquico separado do outro onde possa se configurar um pensamento singular e secreto é uma conquista psíquica que precisou ser alcançada para essa criança. No capítulo anterior de nosso estudo, desenvolvemos a ideia defendida por Aulagnier, que a atividade de pensar pressupõe um certo nível de separação do objeto. Isso se faz necessário para que o sujeito alcance um grau de autonomia necessário que o permita pensar seus próprios pensamentos. Sublinhamos a importância da noção de segredo, que constitui não só uma condição vital para o funcionamento do eu, mas também uma conquista fundamental, ao passo que o direito de manter os próprios pensamentos secretos e protegidos do olhar do outro é uma vitória que opõe a

necessidade de autonomia da criança ao desejo materno de um cuidado intensivo, que corre o risco de se tornar invasivo.

No caso de Levi, ao mesmo tempo que o atendimento apresentava as questões que descrevemos acima, a história que se configurava nas entrevistas com os pais, (que eram realizadas quinzenalmente nesse primeiro ano de análise), foram, aos poucos, delineando uma história que se apresentava pelo excesso de identificação parental que denunciava uma falta de diferenciação, e por outro lado uma falta de sintonia afetiva, de “contato emocionado” que pareciam permear a dificuldade dessa criança de criar um espaço interno cujo acesso ao outro poderia ser negado.

O aspecto invasivo dos cuidados parentais fica mais claro durante uma das entrevistas efetuadas com os pais. Nesse momento, após muitos meses de encontros, o pai já se permitia questionar sobre o estado mental do filho, coisa que nas primeiras entrevistas não acontecia, pois o pai parecia ter certeza de tudo o que o filho pensava e sentia. Nesse momento, o pai relata ter vivido há alguns anos um quadro depressivo severo. Quando questionados sobre o período, o casal formula que a depressão do pai coincidiu com a volta da esposa ao trabalho, dado o fim da licença maternidade, quando Levi tinha seis meses.

Não se trata de buscarmos na realidade objetiva uma origem para as questões de Levi, estabelecendo assim uma causalidade ponto a ponto que se distancia da maneira diacrônica como a história deve ser lida em psicanálise (Green, 1967). No entanto, nos parece que essa construção dos pais nos revelam de maneira surpreendente a posição dessa criança frente aos fantasmas parentais.

Supomos, em primeiro plano, uma relação entre os pais que se pauta pela dinâmica da alienação. A figura materna não pode exercer sua maternagem a não ser a partir dos direcionamento e ditames do pai. Tal como colocamos anteriormente, Aulagnier (1989) entende a alienação como uma patologia da idealização, onde o sujeito transfere para outrem o domínio sobre si, sobre seu pensamento, em busca do silenciamento de um conflito identificatório. Este estado de servidão (Cardoso, 2010) nos dá notícias sobre a vulnerabilidade

narcísica desses sujeitos que se lançam em uma desesperada abertura para o outro em busca de preencher seu campo psíquico marcado pelo vazio.

Como investir, portanto, na função materna a partir desse vazio? A mãe de Levi não expressa nenhuma sintonia afetiva ou contato emocionado com o filho, não confiando em sua capacidade de ler nas suas manifestações corporais suas demandas ou desejos, colocando-se como submetida a um saber-poder do marido (provável deslocamento de um poder-saber materno). É importante ressaltar que essa situação se repete na relação transferencial: ela executa de maneira exemplar todas as tarefas que lhes são delegadas, é como ela mesma se define, uma ótima *mãetorista* (mãe-motorista) levando a criança pontualmente para as sessões, nunca se opõe a mudanças eventuais de horário ou marcações de entrevistas. Sua presença porém, é sempre marcada por uma estranha posição, que a faz parecer para a analista como uma estrangeira, como se aquele processo não a dissesse respeito.

O pai, por outro lado, apresentava uma dinâmica relacional com a criança onde se coloca de maneira exemplar a problemática da violência excessiva. Ele configura um “eu antecipado” para Levi onde não há espaço para qualquer distanciamento em relação a si mesmo. Dessa forma, não há um investimento narcísico que suponha uma antecipação, e sim uma projeção regressiva do lugar que o pai acredita ter ocupado em um tempo passado, para sua própria mãe (Aulagnier, 1979a). Nesse sentido, a necessidade de separação que se coloca no momento em que a esposa retorna ao trabalho, joga o pai em uma posição de desamparo sem tamanho, propõe um luto que ele não pode realizar. Luto em relação a separação de sua própria mãe? Luto em relação a separação do filho, que acredita estar simbioticamente unido?

Não há resposta definida, mas o que nos parece é que Levi é confrontado nesse momento, com a perda do investimento que era nele colocado. Fica “sem pai nem mãe” como se diz em linguagem popular, pois o pai, absorto pela depressão não pode mais realizar os cuidados que antes empregava e a mãe, alienada ao pai, não encontra nela significações que deem conta de um desejo por

esse filho. Assim, Levi é colocado em uma posição impossível frente ao desejo, pois, nenhum enunciado dá sentido à sua presença ou o liga ao desejo do casal.

4.3.2

Segundo tempo: o “espaço virtual”

A mudança na dinâmica das sessões era evidente, e Levi já se permitia explorar a sala com algum interesse pelos objetos, sem, no entanto, realizar nenhum jogo simbólico ou convidar a analista para participar de sua exploração. Se algo estava fora de seu alcance, por exemplo, não pedia a analista que pegasse para ele, ela também não oferecia. Um dia o menino percebe um *tablet* no consultório e se interessa. Pergunta de quem é, e pede para ver que outros jogos tem ali. Diante da afirmativa da analista, Levi faz um primeiro pedido: se ela poderia fazer o *download* de um jogo específico, um jogo de terror. A analista, surpresa, pede que ele fale desse jogo, mas Levi coloca que ela poderá ver do que se trata depois, quando baixá-lo. Ela, então, atende.

O jogo espanta pela sofisticação e pela dificuldade em jogar. Consistia na seguinte dinâmica: o jogador é parte do cenário, no papel de segurança noturno de uma pizzeria destinada ao público infantil, que tem como principal atração animatrônicos, bonecos eletrônicos em tamanho humano que cantam e dançam. O segurança começa seu turno à meia noite, e fica sozinho com esses bonecos, que então se transformam em criaturas assustadoras. O objetivo do jogo é sobreviver àquela noite sem levar um susto, um *jump scare*, e para isso o jogador precisa vigiar os bonecos pelas câmeras posicionadas na pizzeria, pois ele não pode sair da sala. A visão das câmeras é limitada, fora de foco e de imagens distorcidas, o que confere ainda mais dificuldade em vigiar o movimento dos bonecos e também ambienta um aspecto sinistro de suspense e de potencial susto.

A princípio o menino não consegue jogar, embora pareça querer muito fazê-lo. Tem medo do susto, não sabe se vai aguentar. A analista propõe que joguem juntos, e a partir desse momento, enquanto Levi jogava a analista ficava ao seu lado, e quando percebia que o susto se anunciava ela avisava para o menino e ele entregava o aparelho eletrônico para ela e se escondia atrás da poltrona,

assim, a analista levava o susto em seu lugar. Um dia o menino pergunta como a analista sempre adivinha a hora do susto, ela então começa a elaborar junto com ele, pois ela mesma não sabia dizer, mas achava que os barulhos - passos, respiração, bater de portas e risadas assustadoras - ficavam mais altos, o que indicava que os animatrônicos estavam mais próximos. A explicação parece uma revelação para o menino, que passa a tentar reconhecer ele mesmo a hora do susto.

Assim, vemos que o primeiro espaço compartilhado é um “espaço virtual” e nele Levi convida a analista a experimentar algo novo, algo que ele não podia dizer, mas já podia sentir, e mostrar. Acreditamos que nesse ponto da análise de Levi se configura um primeiro espaço onde está presente o brincar. No entanto, não é ainda uma brincadeira simbólica, referente a conteúdos que pudessem ser elaborados, mas a dinâmicas muito arcaicas, mais próximas às intensidades.

No primeiro capítulo, ao falarmos sobre a questão da dominação em Freud, ressaltamos como na elaboração presente na brincadeira do “*fort-da*” é subjacente uma tentativa de domínio que perpassa tanto o objeto, quanto a pulsão, como tentativa de ligação da situação traumática (separação) que ameaça o sujeito de um transbordamento pulsional. A repetição da brincadeira permite, portanto, que a criança simbolize a ausência materna, transformando uma experiência de desprazer em atividade, assim, detém simbolicamente não apenas o domínio sobre o objeto, mas também de sua excitação.

No *fort-da* que nos propõe Levi, no entanto, não há a tentativa de elaboração de uma separação, mas de um “susto”. Lembremos que para Freud (1920) o que caracteriza o trauma é por excelência o susto (Schreck), que diferente do medo (Furcht) e da angústia (Angst) se define pela ausência tanto da identificação do objeto quanto da preparação para o evento potencialmente traumático. Portanto, no susto o aparelho psíquico é invadido por uma profusão de estímulos contra os quais é incapaz de se defender, um excesso que ameaça sua unidade. Assim, a situação de passividade que Levi nos comunica não é do campo do trauma estruturante, mas do excesso, e nos remete a violência subjacente aos cuidados parentais invasivos com os quais se deparou no início da vida.

Nos chama atenção que os primeiros questionamentos de Levi eram dirigidos para percepções sobre a sensorialidade. Esse menino que antes não apenas não queria investir em nada, como parecia flertar com o campo do desinvestimento radical¹², começa a se dirigir curiosamente para o outro, na procura de respostas que margeiam o campo das intensidades. Ele pode também experimentar o aumento da excitação, tendo a confiança que o objeto estava ali para evitar o “susto”, ou seja, uma experiência onde o excesso poderia ameaçar seu eu.

Ballestrière (2008) nos auxilia a pensar essa questão, ao teorizar sobre a função materna a partir da noção de “princípio de constância”, tal como conceituado por Freud. A autora entende que o processo de transformar *sensações* em *mensagens simbólicas* só pode acontecer se o outro materno possibilita ao bebê o apaziguamento das suas tensões e intensidades pulsionais através de ações que possibilitem que esses excessos pulsionais se transformem em experiências sensoriais onde se estabelece um ritmo que alterna elevação e diminuição de tensão no psiquismo do bebê.

Zornig (2013) parte do mesmo pressuposto para pensar a função do analista, indicando, porém, a importância de articularmos a essa análise econômica, o aspecto qualitativo da relação com o objeto. A partir dessa perspectiva a autora aponta a necessidade de o objeto servir como um duplo para o sujeito, destacando sua posição de semelhante, que o permitiria manter-se em sintonia afetiva com o sujeito, no entanto, sem perder de vista sua alteridade. Dessa forma, nos diz a autora, a relação transferencial pode ser “vivenciada em uma dimensão pulsional de movimento e intensidade, em que a comunicação se dá por meio da sustentação, da musicalidade, dos afetos de vitalidade” (op. cit., p. 67).

A repetição do jogo, das experiências sensoriais que dele derivavam, como o aumento e diminuição da tensão experimentadas diante da presença da analista quando jogava, começam a configurar para Levi um conjunto de sinais e

¹² Nos remetemos aqui a noção de pulsão de morte, tal como pensada por Aulagnier como “desejo de não desejo”, busca por um ‘antes ininteligível para nosso pensamento, e no qual tudo era silêncio’ (Aulagnier, 1979a, p. 45),

inscrições que funcionam como referências temporais, um “antes” e “depois” da emoção, que passa a se referir a uma vivência da qual o eu não apenas tem conhecimento, como ele sabe o que provocou (Aulagnier, 1989). A instauração dessa temporalidade é elemento fundamental para pensarmos no desenvolvimento de uma narrativa, e posteriormente da capacidade de construção de uma história.

A história com a qual Levi inicia sua narrativa é uma história de terror, não por seu conteúdo manifesto, mas pela eterna ameaça de transbordamento, ou seja, de que algo que venha do outro possa ser excessivo ao ponto de aniquilá-lo. Assim, instaurar um campo onde ele pôde vivenciar suas angústias na presença de um outro atento a suas manifestações e capaz de acompanhá-lo em seus movimentos de intensidades sem, contudo, invadi-lo com significações, foi essencial para que ele passasse de uma posição de assujeitamento, para a condição de um sujeito de desejo, que pode viver uma experiência compartilhada e assim, falar algo sobre sua experiência.

Essa mudança em Levi é acompanhada por mudanças subjetivas também em seus pais, que podem, a partir das entrevistas e da própria mudança na dinâmica que estabeleciam com o filho, desnaturalizar o sofrimento dessa criança, abrindo espaço para a percepção de sua diferença. Seu corpo ferido, que o levou à análise, e que na verdade nunca deixou de apresentar alergias, deixa de ser a questão central para esse casal, que pode começar a se preocupar com outras manifestações de sofrimento da criança, principalmente começar a estranhar a extrema obediência do filho, questionando-se se não se trataria de uma apatia.

Assim, Levi pôde sair do registro do “susto” (acontecimento) para o da narrativa. Podemos entender, portanto, que o processo analítico que pode acolher diferentes formas de expressão se torna “um jogo que subjetiva a história” (Zornig, 2019) constituindo-se como uma aposta no potencial do sujeito, em sua capacidade de sair de uma posição alienada e de se sentir vivo, com todo o prazer e perigo que essa ideia comporta, podendo transformar o mundo de maneira única e singular.

5

Considerações finais

A clínica com crianças possui a especificidade de nos proporcionar encontros que comportam duas dimensões fundamentais: o discurso e o desejo dos pais e a constituição do sintoma apresentado pela criança. Esta particularidade nos permite, por um lado, ouvir e acolher o discurso dos pais, sem os quais a criança não poderia iniciar ou manter-se em análise e por outro, caminhar em direção de um “mais além da demanda parental” em busca do desejo do sujeito (Zornig, 2008). Essa é uma posição ética fundamental, pois comporta o reconhecimento da criança enquanto sujeito, implicado em seu sintoma, e não somente como resultante do sintoma dos pais.

Quando nos propomos trabalhar a questão da violência isso se coloca como fundamental, pois, pelo fato de a criança se encontrar em uma relação assimétrica com seus adultos, corremos sempre o risco de adotarmos uma postura moralista em relação a violência a ela impingida, propondo intervenções em nome do bem-estar do sujeito e de uma normatização, ou ainda, de sermos tomados por afetos que evidenciam a sensação de impotência que acabam por paralisar nosso trabalho, por atacarem nossa capacidade de pensar (Zornig 2019).

Esta parece ser a grande questão que a violência nos apresenta: se efetuamos a leitura de que é exclusivamente uma ação endereçada a uma vítima por um algoz, a resposta à violência é sempre uma resposta defensiva, reativa, sem relação de autoria com o sujeito que a formula. Se consideramos que resposta do sujeito frente a violência comporta uma escolha, podemos diminuir seu caráter cruel e aprisionante, e corremos o risco de diluir a importância do fenômeno e banalizá-lo em sua crueldade (Herzog, 2009). O paradoxo é anunciado, mas será que cabe a psicanálise resolvê-lo?

Em nosso percurso, o conceito de violência partiu da leitura da dinâmica intersubjetiva enquanto constituinte do sujeito, entendendo que no início da vida se faz presente uma relação assimétrica onde a presença do outro é indispensável. O outro é imposto ao infans, é a ele imprescindível, e entendemos que é neste ponto que se estabelece uma relação onde poder e domínio estão presentes. A

figura da mãe é paradigmática por sua relação primordial com o bebê e, embora saibamos que nem todas as mães sejam tão claras em sua ambivalência quanto Lady Macbeth de Shakespeare, ou tão caprichosas e arbitrarias quanto a “Mamãe Grande” de Márquez, é próprio ao materno uma fantasia de “onipotência criadora” que aponta para “a unidade original, para um singular que o desvincula da condição humana” (Abensour, 2011), a colocando como ser onipotente, com todo o risco que isso comporta.

Há, assim, uma relação intrínseca entre violência e domínio. É no caminho do par atividade/passividade que podemos perceber o delineamento dessa questão para Freud a partir da noção de pulsão de domínio. Acompanhando a evolução dessa ideia, chegamos a hipótese apontada por Cardoso (2002) de que a tentativa de domínio no contexto das primeiras relações compõe a atividade da criança frente a situação de desamparo, que a coloca em uma posição de passividade frente ao outro e a seus próprios movimentos pulsionais. Portanto, é na inversão da passividade para a atividade que a problemática da dominação é colocada, e, embora a questão para Freud seja fundamentalmente intrapsíquica, ele já nos aponta a possibilidade de a pensarmos no contexto da intersubjetividade a partir de sua leitura sobre o desamparo.

Essa relação é explorada de maneira vigorosa na obra de Klein, que aprofunda a leitura sobre a força violenta e dominadora que permeia as primeiras relações objetais. A autora parte da construção teórica freudiana sobre o desamparo para pensar sobre o ódio na origem da relação do bebê com o objeto, decorrente da própria percepção de que ele é outro, separado de si e assim, incontrolável. Considerando o desenvolvimento da subjetividade a partir de diferentes posições, a autora nos oferece uma leitura da violência passional que envolve as diferentes formas de relação com o objeto. Assim, Klein nos permite pensar na temática da violência em sua conexão com o arcaico, violência essa que é instauradora do psiquismo e que se mantém como principal mecanismo na relação do sujeito com suas angústias.

Pensar o sujeito a partir de uma leitura sobre o desamparo influencia profundamente nossa concepção sobre a constituição do psiquismo, pois é o que

nos permite entender o caráter intersubjetivo dessa dinâmica. Nesse sentido, podemos aprofundar nossa hipótese da relação entre violência e desamparo a partir da teoria da sedução generalizada, em Laplanche, entendendo que o autor articula essa noção aos conceitos de trauma e sexualidade para falar da estruturação do psiquismo como um processo no qual participa a violência em sua dupla via: por parte da criança uma violência necessária para sua existência, balizada por uma tentativa de domínio do objeto que aponta para um domínio do pulsional, e por parte do adulto uma violência que permeia os cuidados com a criança, que comporta a marca do sexual, da linguagem da paixão, potencialmente traumática para o infans.

Entendemos, desta forma, que essa dicotomia entre o adulto e a criança estará presente nas teorias que tomam a violência como conceito fundamental em seus quadros teóricos, e destacamos em nosso estudo as teorias de Jean Bergeret e Piera Aulagnier.

Bergeret teoriza sobre a violência fundamental, que é entendida por ele como um instinto, protetor da vida e da integridade narcísica do sujeito. Esse instinto não se confunde com a agressividade, o ódio ou o sadismo, que supõem um investimento libidinal no objeto. Nesse sentido, o instinto violento seria um princípio inseparável à vida, mas o autor o pensa não apenas em termos de investimento pulsional, mas também por seu aspecto fantasmático. Ele retoma o mito edípico para defender que, no drama de Sófocles, os votos de morte de Laio e Jocasta sobre Édipo preexistiriam às fantasias parricidas e incestuosas do filho. Se utilizando desse mito, Bergeret defende a ideia de que a violência fundamental se relaciona às fantasias arcaicas, fantasias essas “(...) primitivas, estabelecidas nos dois sentidos, entre os pais e a criança, a partir da forma mais arcaica do instinto de sobrevivência” (Bergeret, 2000, p. 301 Tradução nossa). Nesse registro o que está em jogo é “eu ou ele”, ou “sobreviver ao risco de ter que matar o outro” como fantasia destrutiva dos pais sobre o infans, fantasias essas das quais a criança se defende, o que configura sua própria violência. Assim, a violência fundamental estaria presente em todas as pessoas, não apresentaria necessariamente um caráter patológico. Ela seria integrada à ordem do simbólico

a partir da ação do objeto, e para que isso aconteça ele também precisa ter efetuado um trabalho de integração de sua própria violência fundamental. Caso contrário, a violência não integrada retorna como excessiva, auto e heterodestrutiva.

Essa dupla face da violência também é apontada por Aulagnier. Na interpretação dessa autora a violência materna é responsável por dar início ao processo de representação, entendido como o equivalente psíquico do trabalho de metabolização. Isso nos remete a uma separação: a criança não apenas reage a violência da interpretação materna, mas também a transforma, pois converte em material próprio aquilo que é a ela heterogêneo, material que vai, aos poucos, compor sua forma de estar no mundo, sua singularidade. No entanto, a autora também aponta para o risco da desmesura. Esse risco é sempre presente, e se justifica pelo fato de que a violência desestruturante não se diferencia da violência primária por seu caráter qualitativo, mas quantitativo, ou seja, pelo excesso: “excesso de sentido, excesso de excitação, excesso de frustração” (Aulagnier, 1979a, p.35), que ao invés de trabalhar a favor dos processos de representação acaba paralisando o sujeito, que se vê preso a significações que comportam uma exterioridade alienante.

É a partir dessa teorização de Aulagnier que nos debruçamos sobre o caráter patológico da violência. Assim, entendendo-a em sua relação com o domínio procuramos pensar sobre o sofrimento de sujeitos cuja subjetividade se constituiu em uma relação com um objeto dominador, alienante. Em nossa leitura, se manifesta nessas subjetividades um vazio subjetivo que nos remete a ideia de empobrecimento do eu, consequência do comprometimento da capacidade de simbolização.

Os limites entre a violência estruturante e a desestruturante são sutis pois, se pensarmos nas primeiríssimas relações, eles dependem de uma articulação delicada entre a possibilidade de o bebê vivenciar um estado de não diferenciação, e ao mesmo tempo a percepção, do lado materno, de que existe uma distância entre a sua subjetividade e a do seu bebê. Essa articulação é fundamental para a estruturação do eu e de sua capacidade de simbolização, pois é o que permite que

o sujeito em constituição tome como referência os significantes que seu objeto o oferece, mas que possa ir além, estruturando significações singulares.

No entanto, quando isso não ocorre, ou pela incapacidade materna de estabelecer com o bebê um estado de sintonia afetiva que o permita a ilusão de fusão, ou pelo outro extremo, o da indiferenciação que não permite um distanciamento que instaure a diferença, estamos no campo do que chamamos aqui de “desencontro originário”, desencontro traumático, pois revela a impossibilidade do estabelecimento de uma relação, ao passo que qualquer relação requer ao menos dois termos, e nessa dinâmica a singularidade da criança é negada.

Essa alienação materna aponta para o percurso edípico da mãe, e para a forma como se configura, em sua subjetividade, a problemática da castração. Assim a violência excessiva pode ser entendida em sua relação com um não-recalcado materno, ou seja, com enunciados que, no lugar de servirem como pontos de ancoragem para que o eu do infans possa se estruturar, acabam por aprisioná-lo na não significação. Desta forma, podemos estabelecer uma relação profícua entre essa teorização de Aulagnier e os conceitos laplancheanos de introdução e intromissão, para entendermos que os significantes que escapam ao circuito da metabolização-recalcamento mantêm-se na psique como elementos estagnados, com caráter imperativo que comprometem a capacidade de ligação do eu, ou seja, sua capacidade de investir em si e nos objetos. Essa dinâmica permeia o empobrecimento egóico presente nos casos em que vemos manifestar-se um vazio subjetivo que compromete, em última instância, a atividade de pensar.

A questão do vazio e do comprometimento do pensamento é uma questão fundamental para pensarmos sobre o reflexo dessa violência na clínica. A nossa questão, portanto, passa a ser como esse vazio impede o sujeito de construir um espaço onde uma narrativa possa ganhar forma, situando-o em relação a sua história, história do seu corpo e de seu estar no mundo. Assim, entendemos que, com a impossibilidade de recorrer a representações que deem conta de seu sofrimento, o corpo passa a ser palco privilegiado de expressão.

Novamente destacamos a dimensão de desencontro presente na violência excessiva, mas a questão passa a ser um desencontro marcado pelo desinvestimento materno. Assim, com a conceituação de Green (1980) sobre o vazio em relação a depressão materna, em conjugação com a elaboração de Aulagnier sobre o mesmo tema, podemos refletir sobre o efeito devastador da presença de um objeto que não investe libidinalmente de maneira suficiente no bebê, o que acaba por resultar em uma identificação primária com um objeto vazio (Aulagnier, 1989), “identificação mimética, no modelo canibalístico” (Garcia, 2010, p. 26).

O desinvestimento massivo no bebê em um momento onde tudo o que ele pode representar passa pelo somático, se cristaliza na relação do sujeito com seu próprio corpo. Nesse sentido, o sofrimento do vivido corporal mantém-se nesse mesmo registro, não podendo se expressar a partir de formas mais complexas de representação. O corpo não-historiado fala por si mesmo, apresentando um sofrimento que atualiza um passado que não pode ser esquecido, nem lembrado. Instala-se um presente contínuo sobre a forma de repetição dolorosa.

Chegamos, então, à nossa questão fundamental, que é pensarmos que a clínica com crianças que apresentam sofrimentos que remetem a problemática da violência nos confronta com desafios frente a dinâmica transferencial que se estabelece. Isso nos mostra claramente o caso de Levi, criança de 8 anos que inicia a análise apresentando profunda apatia e um expressivo sintoma psicossomático. Acreditamos que, nesse tipo de clínica, é necessário que o analista possa sustentar uma posição de presença não invasiva para que consiga acompanhar a criança em suas expressões mais primárias, permitindo que ela construa aos poucos uma relação sensorial com o ambiente, que a permita reestabelecer a curiosidade em relação ao mundo que a cerca, assim como uma exploração prazerosa de seu corpo e seus estímulos sensoriais.

Como indica Zornig (2019) a apatia enquanto estratégia denegativa de sobrevivência nos remete a uma relação primordial com um objeto que não consegue exercer a função de despertar a pulsionalidade no bebê, ou, por outro lado, que não consegue oferecer um limite a esse pulsional, o que é igualmente

mortífero. Dessa forma, o mundo perde o interesse, a curiosidade infantil fica seriamente comprometida. Assim, se o brincar, enquanto atividade essencial para a instauração de um espaço entre o sujeito e o outro entre o eu e a realidade não pode se estabelecer (Green, 2013), o horror do real não encontra mediação. A ameaça que Levi expressa na possibilidade sempre presente de um “susto” é um bom exemplo disso.

Assim, acreditamos que não cabe à psicanálise resolver o paradoxo da violência, mas sim, sustentar seu mal estar sem denegar sua potência destrutiva nem procurar saídas pré-concebidas para silenciar seus efeitos. Para isso, é necessário sustentar a confiança de que o sujeito pode, a partir de seu potencial criativo, engajar-se em um jogo onde poderá, na presença de alguém disposto a acompanhá-lo, construir sua história.

5

Referências bibliográficas

ABENSOUR, Liliane. **A sombra do materno**. Relatório para o CPLF [s.n.], Paris, junho de 2011.

AULAGNIER, Pierá. **Violência da interpretação: do pictograma ao enunciado**. Rio de Janeiro: Imago, 1979a.

_____. **Los destinos del placer: alienación, amor, pasión**. Barcelona: Ed. Petera, 1979b.

_____. **Nascimento de um corpo, origem de uma história**. Revista latinoamericana de psicopatologia fundamental, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 9-45 1987.

_____. **O aprendiz de historiador e o mestre feiticeiro: do discurso identifiante ao discurso delirante**. São Paulo: Escuta, 1989.

_____. **Um intérprete em busca de sentido**. São Paulo: Escuta, 1990.

ANZIEU-PREMMEURER, Cristine. **Em torno do materno**. Relatório para o CPLF [s.n.], Paris, 2011.

BALESTRIERE, Lina. **Freud et la question des origines**. Bruxelles: Éditions de Boeck, 2008.

BEETSCHER, André. **O inconciliável: desligamento e destrutividade**. Psicanálise, v. 17, n.2, p.17-28, 2015.

BENGHOSI, Pierre. **La violence n'est pas l'agressivité: une perspective psychanalytique des liens**. Revue de Psychothérapie psychanalytique de groupe, v2. nº55, p. 41-54, 2010.

BENHAÏM, Michèle. **Amor e ódio: a ambivalência da mãe**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2007.

BERGERET, Jean. **La violencia fundamental: el inagotable Edipo**. Madrid: Sombras del Origen, 1990.

_____. **Violencia fundamental: el apuntalamiento instintivo de la pulsion libidinal**. Psicoanálisis APdeBA. Vol. XXII - nº 2, p.295-213, 2000.

BIRMAN, Joel. **Sujeito, singularidade e interpretação em psicanálise**. Physis, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 126-142, 1989.

_____.Tatuando o desamparo. *In*: M. R. Cardoso (Org.), **Adolescentes**. São Paulo: Escuta, 2006a, p.25-43.

_____.**Arquivo da agressividade em psicanálise**. Natureza humana, São Paulo , v. 8, n. 2, p. 357-379, dez. 2006.

BLEISHMAR, Silvia. **Nas origens do sujeito psíquico: do mito a história**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

CARDOSO, Marta. **Superego**. São Paulo: Escuta, 2002.

_____.**Violência, domínio e transgressão**. *Psychê*, vol.VI, n10, 2002, p. 161-171.

_____. **Por que Laplanche?** São Paulo: Zagori ed., 2017.

_____. & Garcia, C. **Entre o Eu e o Outro: Espaços Fronteiriços**. Curitiba: Juruá, 2010.

CARVALHO, Maria Tereza de Melo. Vida e morte no segundo dualismo pulsional. *In*: CARDOSO, M. R. **Por que Laplanche?**, 2017, p.51-80.

CICCONE, Albert. La parentalité soignante. *In*: **Violences dans la parentalité**. Paris: Dunod, 2016. p. 9-28.

CINTRA, E. M. U. e FIGUEIREDO, L. C. **Melanie Klein: estilo e pensamento**. São Paulo: Escuta, 2010.

CINTRA, E. M. U. e RIBEIRO, M. F. R. **Por que Klein?** São Paulo: Zagordoni ed., 2018.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

DADOUN, R. **A violência: Ensaio acerca do homo violens**. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

DENIS, Paul. **Emprise et perversion**. *Filigrane*, volume 12, no 1, p. 71-82, 2003.

ENRIQUEZ, Micheline. **Nas encruzilhadas do ódio: paranóia, masoquismo e apatia**. São Paulo: Escuta, 1999.

FERENCZI, Sándor. (1929) A criança mal acolhida e sua pulsão de morte. **Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 55-59.

_____. (1934) Confusão de língua entre os adultos e a criança: a linguagem da ternura e da paixão. **Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 2011 p. 11-123.

FIGUEIREDO, Luis Claudio. A questão do sentido, a intersubjetividade e as teorias das relações de objeto. **Revista Brasileira de Psicanálise**. v1, n39, 79-88, 2006.

FREUD, S. (1905). Três ensaios sobre sexualidade. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** (Vol. VII). Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. (1908) Sobre as teorias sexuais das crianças. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** (Vol.IX). Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. (1909[1908]) Romances familiares.**Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** (Vol. IX). Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. (1909) Análise de uma Fobia em um Menino de Cinco Anos. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** (Vol. X). Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. (1911) Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** (Vol. XI). Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. (1913a) Predisposição à neurose obsessiva: contribuição ao problema da escolha da neurose. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** (Vol. XII). Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. (1913b) Totem e tabu. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** (Vol. XIII). Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. (1915) Os instintos e suas vicissitudes. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** (Vol. XIV). Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. (1920) Além do princípio de prazer. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** (Vol. XVIII). Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. (1927) Futuro de uma ilusão e (1929) Mal estar na civilização. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** (Vol. XXI). Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. (1932) Por que a Guerra? **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** (Vol. XXII). Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FORTES, Isabel; WINOGRAD, Monah; PERELSON, Simone. **Algumas reflexões sobre o corpo no cenário psicanalítico atual**. Psicol. USP, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 277-284, 2018.

GANTHERET, F. **De l'emprise à la pulsion d'emprise**. Nouvelle Revue de Psychanalyse, n. 24, automne, 1981.

GARCIA, Claudia Amorim. **O trauma Andre Green**. ALTER – Revista de Estudos Psicanalíticos, v. 30 n.2, p. 19-30, 2012.

GREEN. (1975) O analista, a simbolização e a ausência no enquadre analítico. *In: A loucura privada: psicanálise de casos-limite*. São Paulo, Escuta, 2017, p. 69-101.

_____. (1986a). O trabalho do negativo. Anexo 1. *In: O trabalho do negativo*. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 289-294.

_____. (1986b) Pulsão de morte, narcisismo negativo, função desobjetalizante. *In: _____*. [et al.] **A pulsão de morte**. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Editora Escuta, 1988, p. 59 -68.

_____. (1988). Seminário sobre o trabalho do negativo. *In: O trabalho do negativo*. Porto Alegre: Artmed, 2010 p.301-305.

_____. (1980) A mãe morta. *In: Narcisismo de vida. Narcisismo de morte*. São Paulo: Editora Escuta, 1988, p.239-273.

_____. (1979). A angústia e o narcisismo. *In: Narcisismo de Vida. Narcisismo de Morte*. São Paulo: Escuta, 1988 p. 143- 186.

_____. (1967) **La diacronia en psicoanalisis**. Buenos Aires: Amorrortu, 2002.

_____. Réponses à des questions inconcevables: l'originare chez Piera Aulagnier. *In: _____*. **Penser la psychanalyse avec Bion, Lacan, Winnicott, Laplanche, Aulagnier, Anzieu, Rosolato**. Paris, Ithaque, 2013, p. 105-125.

- _____. **Brincar e reflexão na obra de Winnicott**. São Paulo: Zagodoni, 2013.
- HERZOG, Regina. **Violência: um desafio para a pesquisa em psicanálise**. Tempo psicanalítico, Rio de Janeiro, v. 41 n.1 2009, p. 109-127.
- HORNSTEIN, Luis. **Cuerpo, historia e interpretacion: Piera Aulagnier: de lo originario al proyecto identificador**. Buenos Aires: Paidós editorial, 1991.
- KLEIN, Melanie. (1940) O luto e suas relações com os estados maníaco-depressivos. In: **Amor, culpa e reparação e outros trabalhos** (1921-1945). Obras Completas de Melanie Klein. Vol. I, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1946) Notas sobre alguns mecanismos esquizoides. In: **Inveja e gratidão e outros trabalhos** (1946-1963). Obras Completas de Melanie Klein. Vol. I, Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- _____. (1948). Sobre a Teoria da Ansiedade e da Culpa. In: **Inveja e Gratidão e Outros Trabalhos** (1946- 1963). Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- KNOBLOCK, Felicia. **O tempo do traumático**. São Paulo: EDUC, 1998.
- KRISTEVA, Julia. **Introdução à semanálise**. Trad. Lúcia Helena França Ferraz. 2ed. São Paulo: Perspectiva, 2005
- LAPLANCHE, J. e PONTALIS J. B. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ____ & _____. **Fantasia originária, fantasias das origens e origens da fantasia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 1988.
- LAPLANCHE, . **Vida e Morte em Psicanálise** 1985
- _____. **Novos fundamentos para a psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1992a
- _____. **Problemáticas IV: o Eu e o Id**. São Paulo: Martins Fontes, 1992b
- _____. **Le primat de l'autre en psychanalyse: travaux 1967-1992**. Paris: Flammarion, 1997
- LECLAIRE, Serge. **Mata-se uma criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- MALDONADO, Gabriela; CARDOSO, Marta Rezende. **O trauma psíquico e o paradoxo das narrativas impossíveis, mas necessárias**. Psicol. clin., Rio de Janeiro , v. 21, n. 1, p. 45-57, 2009 .
- MARIN, Isabel Kahn. **Violências**. São Paulo: Escuta, 2002.
- _____. **O não violento**. Estilos clin., São Paulo , v. 11, n. 20, p. 38-57, jun. 2006 .

MARIZ, Nataly Netchaeva; ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. **Violência precoce e constituição psíquica: limites e possibilidades de representação no corpo**. Rev. latinoam. psicopatol. fundam., São Paulo, v. 14, n. 3, p. 429-439, Sept. 2011.

MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. **Os funerais da mamãe grande**. São Paulo: Record, 2014.

MENDES, Luiza da Costa. **Clivagem e idealização: Sobre o luto impossível nas patologias limítrofes**. Puc-Rio, Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, 2005.

MEZAN, Renato. **Freud: a trama dos conceitos**. Perspectiva, 2006

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

PONTALIS, J. B. **Entre o sonho e a dor**. São Paulo: Ideias e Letras ed., 2005.

RABAÇA, C. A. e BARBOSA, G.G. **Dicionário de comunicação**. Rio de Janeiro: 2002.

RABELLO, Angela Maria Magioli. **Novos desafios na clínica psicanalítica com crianças**. Primórdios, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 67-76, 2014

RESNIK, D. D. & SALEM, P. (2010). **Duas faces da noção de segredo em psicanálise**. Cadernos de Psicanálise CPRJ. 23, 93-105. Ed. Campos, 2002.

ROUSSILLON, Rene. **Paradoxos e situações limite da psicanálise**. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2006.

SENDAK, Maurice. **Onde vivem os monstros**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

SHAKESPEARE, William. (1605) **Macbeth**. São Paulo: L&PM Ed., 2002. Tradução: Beatriz Vegas.

SILVA, K. V. e SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009

STERN, Daniel. **O mundo interpessoal do bebê**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

TATIT, Paulo. **Eu**. Disponível em: <http://palavracantada.com.br/musica/eu/>

URRIBARRI, Fernando. **André Green: o pai na teoria e na clínica contemporânea**. J. psicanal., São Paulo, v. 45, n. 82, p. 143-159, jun. 2012.

VIOLANTE M. L. V. **Piera Aulagnier: Uma Contribuição Contemporânea à Obra de Freud**. São Paulo: Via Leterra, 2001.

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. **A criança e o infantil em psicanálise**. São Paulo: Escuta, 2008a.

_____. **A corporeidade na clínica: algumas observações sobre os primórdios do psiquismo**. *Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 327-337, 2008b

_____. **Transferência na clínica psicanalítica com crianças**. *J. psicanal.*, São Paulo, v. 41, n. 75, p. 123-133, dez. 2008c.

_____. **Clínica das intensidades e função materna**. In: Figueiredo, L. C.; Savietto, B. B. & Souza, O. (orgs). *Elasticidade e limite na clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta, 2013

_____. **Clínica dos primórdios e processos de simbolização primários**. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 121-136, 2015.

_____. Continuidade e descontinuidade no exercício da parentalidade. In: **Continuidade e descontinuidade no processo de subjetivação do bebê**. São Paulo: Escuta, 2018.

_____. **Quand le jeu perd sa fonction de transitionnalité : réflexions sur l'impact de la violence dans la constitution psychique**. Comunicação Oral, Lyon, 2019.